



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

KARLA VIVIANE MOREIRA BRASILINO

**O RECIFE COMO ESPAÇO EDUCATIVO E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: uma
proposta de ensino sobre a Revolução Pernambucana de 1817**

Recife
2021

KARLA VIVIANE MOREIRA BRASILINO

O RECIFE COMO ESPAÇO EDUCATIVO E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: uma proposta de ensino sobre a Revolução Pernambucana de 1817

Dissertação apresentada ao programa de mestrado profissional em ensino de história (ProfHistória) da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em ensino de história.

Área de Concentração: Ensino de História

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros

Recife
2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B823r

Brasilino, Karla Viviane Moreira.

O Recife como espaço educativo e a educação patrimonial: uma proposta de ensino sobre a revolução pernambucana de 1817 / Karla Viviane Moreira Brasilino – Recife, 2021

166 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação ensino em História, Recife, 2021.

Inclui referências e apêndice.

1. História – Estudo e ensino. 2. História mundial – Estudo e ensino. 3. Cultura histórica. 4. Transporte urbano. 5. Constituição Histórica da Educação. 6. Memórias Coletivas – Individuais. 7. Patrimônio cultural. I. Medeiros, Ricardo Pinto de (Orientador). II. Título.

981.34 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-166)



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

KARLA VIVIANE MOREIRA BRASILINO

**O RECIFE COMO ESPAÇO EDUCATIVO E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:
uma proposta de ensino sobre a revolução pernambucana de 1817**

Dissertação apresentada ao **Mestrado Profissional em Ensino de História** da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de **Mestra em Ensino de História**. Área de concentração: Ensino de História.

Aprovada em: 31/08/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Arnaldo Martin Szlachta Júnior (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Engler Cury (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Paraíba

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). Que mais docentes possam ter a oportunidade de retornarem ao ambiente acadêmico para aperfeiçoarem-se, a partir da política de bolsas voltadas para a qualificação de professores da rede pública, em nível de mestrado profissional.

Aos gigantes que encontrei no caminho e que contribuíram para que a trajetória se tornasse mais fácil, minha gratidão! Não poderia começar a lista de agradecimentos por outra pessoa, senão pelo meu orientador, o Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros. Fui aluna do professor Ricardo em duas disciplinas da graduação e, à época, ele já se mostrou um dos professores mais comprometidos do quadro docente. Posteriormente, na pós-graduação, ele ministrou a disciplina de “Educação Patrimonial e Ensino de História”. O interesse pela linha de pesquisa “Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória” ficou mais evidente a partir das discussões ocorridas em sala. Foi ainda durante o curso da disciplina que teve início a orientação, quando nos encontrávamos, com alguma periodicidade, antes do horário das aulas para conversarmos sobre o trabalho.

O professor Ricardo foi um orientador sempre presente, disponível, solícito e que sempre me incentivou a produzir e a manter o ritmo, respeitando as pausas que se fizeram necessárias no caminho. Com estilo metódico e disciplinado, acabou me conduzindo de forma muito tranquila durante toda a escrita do trabalho. Sem dúvida, ter Ricardo como orientador foi a escolha mais acertada, tendo sido uma aposta baseada na boa imagem, construída ainda antes do mestrado, de um profissional responsável e comprometido.

Agradeço a todos os professores do PROFHISTÓRIA-UFPE de quem fui aluna no primeiro ano do mestrado e que muito contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho com aulas ricas em debates sobre o ensino de História. Eleta, Marta, Roseane, Lucas, Adriana, Edson e Juliana: obrigada por dividirem não apenas conhecimento teórico, mas também por compartilharem experiências profissionais e por fazerem das aulas um espaço de reflexão profunda sobre os desafios da docência.

Agradecimento especial a Silvio Amorim, atual presidente do IAHP e idealizador do projeto História nas Paredes. Silvio foi de extrema solicitude e agilidade ao me atender, compartilhando um rico material que tinha em seu acervo pessoal. Sua ajuda foi de grande contribuição para este trabalho. Foi um prazer poder estar em contato com alguém que tem um trabalho tão relevante de preservação das memórias da História do nosso estado.

Aos meus alunos, que tanto me ouviram falar sobre a pesquisa, agradeço pela paciência, pela troca de conhecimento e por serem a razão pela qual mergulhei no aperfeiçoamento da minha prática. Saudade imensa de ter a sala de aula cheia, de poder abraçá-los e de vê-los cheios de vida e de curiosidade. A pandemia nos afastou, fisicamente, mudou planos, mas juntos conseguimos nos reinventar e criar meios alternativos para que o espetáculo da educação não parasse. Em breve, nos reencontraremos!

Meus sinceros agradecimentos ao professor Dr. Arnaldo Martin Szlachta Junior (membro titular interno) e à Dra. Cláudia Engler Cury (membro titular externo), que compuseram a banca de qualificação e de defesa da minha dissertação. Obrigada pela disponibilidade, pela leitura atenciosa do trabalho e pelas contribuições dadas! A partir de olhares lançados, pela perspectiva das áreas de atuação de cada um, foi possível fazer melhorias e diminuir falhas no conteúdo que haviam passado despercebidas.

Agradeço à família em cujo seio tive a honra de nascer. Vovó Áurea (in memoriam) e bisavó Ivone (in memoriam), vocês foram minha fonte de segurança e de afeto. Sei que estão me protegendo e torcendo por mim. Não há um único dia que não sinta a presença de vocês. Quantas ligações a cobrar não foram feitas do orelhão do Colégio Nóbrega, na adolescência, para contar como estavam as aulas e para saber como vocês estavam, hein? Obrigada por tudo! Vocês fizeram minha infância, minha adolescência e parte da minha vida adulta mais doce e muito mais feliz. Tenho profunda gratidão e muito orgulho por ser neta e bisneta de mulheres fortes como vocês.

Meus tios muito, muito amados! Que privilégio ter nascido nessa família. Obrigada pelos abraços, pelo incentivo, pelo amor, pela proteção e por estarem comigo em todos os momentos. Os momentos mais felizes da minha vida, certamente, foram com vocês: Eziel, Rute, Aldezir, José Carlos e Ângela. Obrigada por sempre acreditarem em mim, por me apoiarem em tudo e por me fazer sentir em

casa e muito acolhida, quando estou nos lares afetuosos de vocês. Obrigada por compreenderem a ausência em muitos períodos da escrita da dissertação!

Meus primos queridos... Primos são irmãos do coração! Alguns, além de primos e de irmãos, são amigos e parceiros de uma vida. Diego, meu primo-irmão caçula, a quem tanto admiro pela pessoa que é e que divide momentos felizes comigo desde os primeiros dias em que nasceu. É a certeza de uma vida, é cumplicidade, é presença e irmandade. Obrigada por vibrar junto comigo em todas as conquistas e por ser meu melhor amigo (somos almas-irmãs)! Marcus, meu primo mais velho e meu padrinho, que tantas vezes, foi me levar à escola ou me buscar, porque meus pais não conseguiam chegar a tempo. É o primo-irmão mais velho com quem conto para tudo e que sabe que pode contar comigo. Obrigada por sempre estar disponível para me ajudar e para me ensinar, por sempre erguer a mão sem hesitação! Obrigada por sempre me indicar caminhos, por me proteger e por possibilitar que a vida seja mais leve. Te amo, primo-padrinho-irmão-amigo! Iguinho, o primo da nova geração, que mesmo tão mais jovem sempre foi muito companheiro e perspicaz, estando, sempre, na torcida para que tudo desse certo, interessando-se por entender o que era um mestrado, ao passo que estava ingressando na universidade e descobrindo o meio acadêmico. Obrigada, Iguinho, por todo o apoio e pela atenção!

Por fim, agradeço àqueles que me deram a vida: minha mãe, Kátia e meu pai, Carlos. Obrigada, pai, por sempre me incentivar nos estudos, por sempre me dar livros em todas as datas comemorativas (e em dias aleatórios, também), por me fazer conhecer todos os museus da cidade na infância, pelas conversas e por sempre me guiar pelo caminho do bem. O senhor foi, sempre, uma grande referência intelectual para mim. Mainha, o que dizer? Obrigada por ser minha melhor amiga, por me apoiar em todas as situações, por estar ao meu lado em todos os momentos, por inúmeras vezes colocar-se em segundo plano para me colocar como prioridade. Ah, mãe, todos os sonhos que consegui realizar só foram possíveis porque a senhora esteve comigo, sendo minha força e meu anjo da guarda. De todos os gigantes citados até aqui nos agradecimentos, a senhora representa aquele que foi o alicerce ideal para o impulso necessário de desbravar o mundo. Gratidão por tanto amor!!!

RESUMO

Este trabalho é fruto da reflexão sobre a necessidade de desenvolver meios dinâmicos no ensino de assuntos relacionados à História de Pernambuco, em virtude da carência de abordagem nos livros didáticos e da demanda dos estudantes por estudarem conteúdos mais próximos a ele. Seguindo esta perspectiva, a presente pesquisa objetivou investigar as possibilidades de ensino da Revolução Pernambucana de 1817 a partir dos patrimônios culturais. Como proposta, foi desenvolvida uma sequência didática que culmina em um roteiro histórico pelos patrimônios culturais materiais do Recife que serviram de palco para este importante acontecimento histórico do século XIX, através da metodologia da educação patrimonial. A sequência didática foi, então, transformada em um produto pedagógico intitulado “Revolução Pernambucana de 1817: cartilha didática de educação patrimonial”. Sendo pensado em cenário anterior à pandemia, a pesquisa precisou passar por ajustes nas diversas etapas de aplicação da sequência e na avaliação junto aos alunos, uma vez que com a pandemia do coronavírus, iniciada em 2020, as aulas presenciais das escolas foram suspensas e os espaços culturais foram fechados por tempo indeterminado. Como consequência, as atividades elaboradas na sequência para serem feitas de forma presencial foram adaptadas para a realidade do cenário remoto, com todos os desafios enfrentados no contexto de uma escola pública brasileira. Apesar das intercorrências, a cartilha adaptada cumpriu a função de ser um material didático que guia professores no ensino de uma temática específico e possibilitou aos alunos a experiência de uma nova ferramenta de aprendizagem, de modo que foram atendidos de forma satisfatória, durante a aplicação da cartilha, os seguintes critérios de análise: aderência, impacto, aplicabilidade, inovação e complexidade.

Palavras-chave: Ensino de História; Aprendizagem Histórica; Espaços de Memória; Educação Histórica; Memória e Identidade; Educação Patrimonial.

ABSTRACT

This academic work is the result of reflection on the need to develop dynamic ways of teaching subjects related to the History of Pernambuco, because of the lack of approach in textbooks and the students' demand to study contents closer to them. Following this perspective, the present research aimed to investigate the possibilities of teaching about the Pernambuco Revolution of 1817 based on cultural heritage. As a proposal, a didactic sequence was developed that culminates in a historical itinerary through the material cultural heritages of Recife that served as a stage for this important historical event of the 19th century, through the methodology of patrimonial education. The didactic sequence was then transformed into a pedagogical product entitled "Pernambuco Revolution of 1817: a didactic primer on heritage education". Since it was conceived in a scenario prior to the pandemic, the research had to undergo adjustments in the various stages of application of the sequence and in the evaluation with the students, since with the pandemic of the coronavirus, which began in 2020, the in-school classes were suspended and the cultural spaces were closed indefinitely. As a consequence, the activities prepared in the sequence to be done face-to-face were adapted to the reality of the remote scenario, with all the challenges faced in the context of a Brazilian public school. Despite these problems, the adapted booklet fulfilled its function of being a didactic material that guides teachers in the teaching of a specific theme and allowed students to experience a new learning tool, so that the following analysis criteria were satisfactorily met during the application of the booklet: adherence, impact, applicability, innovation and complexity.

Keywords: Historical teaching; Historical learning; Memory's places; Historical Education; Memory and identity; Heritage Education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817: HISTORIOGRAFIA E ENSINO DE HISTÓRIA.....	30
2.1	ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817: A ATUAÇÃO DE FORÇAS INTERNAS E EXTERNAS.....	35
2.2	A REVOLUÇÃO DE 1817: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO MOVIMENTO.....	37
2.3	O GOVERNO PROVISÓRIO.....	40
2.4	A REPRESSÃO AO MOVIMENTO DE 1817.....	46
3	A CIDADE COMO ESPAÇO EDUCATIVO E O PATRIMÔNIO CULTURAL: CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE, DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO CONHECIMENTO HISTÓRICO E FORTALECIMENTO DE MEMÓRIAS COLETIVAS.....	48
3.1	CIDADE EDUCADORA.....	48
3.2	PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	58
3.3	MEMÓRIA E IDENTIDADE	69
4	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DA REVOLUÇÃO DE 1817.....	74
4.1	O PROJETO HISTÓRIA NAS PAREDES E A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817.....	75
4.2	DIÁLOGO ENTRE CIDADE, PATRIMÔNIOS CULTURAIS E ENSINO DE HISTÓRIA.....	76
4.3	PROPOSTA DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA	81
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
	REFERÊNCIAS.....	115
	APÊNDICE – Produto Pedagógico.....	121

1 INTRODUÇÃO

A história, no entanto, não se pode duvidar disso, tem seus gozos estéticos próprios, que não se parecem com os de nenhuma outra disciplina. É que o espetáculo das atividades humanas, que forma seu objeto específico, é mais que qualquer outro, feito para seduzir a imaginação dos homens. Sobretudo quando graças a seu distanciamento no tempo ou no espaço, seu desdobramento se orna das sutis seduições do estranho. (Bloch, 2001, p.44)

Assim como a narrativa histórica, alicerçada pelo distanciamento temporal, é construída de modo a seduzir o leitor para o mergulho em um recorte do passado que lhe é oferecido, o ensino da História traz consigo, igualmente, o desafio de seduzir os estudantes para a compreensão deste passado por meio de diferentes metodologias, levando-se em consideração variáveis como disponibilidade de recursos, faixa etária dos discentes, apropriação de um conhecimento prévio do saber histórico em estudo, dentre outros.

Foi na perspectiva de oferecer alternativas dinâmicas para o ensino da disciplina História, no ensino fundamental (anos finais), que surgiu este trabalho. É importante salientar, aqui, a influência da teoria pedagógica histórico-crítica, desenvolvida por Saviani. A sistematização do saber histórico por meio da aliança entre teoria e prática deve servir para que os alunos se apropriem do conhecimento histórico e deem significado para suas vidas, assim como deve possibilitar maior envolvimento dos professores e dos alunos no processo de ensino-aprendizagem de uma temática dentro de diferentes dimensões para melhor contextualização do conteúdo. De acordo com Saviani (2008, p. 64), o método pedagógico histórico-crítico pressupõe que os professores:

[...] têm cada um uma contribuição específica a dar, em vista da democratização da sociedade brasileira, do atendimento aos interesses das camadas populares, da transformação estrutural da sociedade. Tal contribuição consubstancia-se na instrumentalização, isto é, nas ferramentas de caráter histórico, (...), cuja apropriação o professor for capaz de compreender os vínculos de sua prática com a prática social global. Assim, a instrumentalização desenvolver-se-á como decorrência da problematização da prática social (...) para alterar qualitativamente a prática de seus alunos como agentes sociais. Insisto neste ponto porque, em geral, há a tendência a

desvincular os conteúdos específicos de cada disciplina das finalidades sociais mais amplas. Então, ou se pensa que os conteúdos valem por si mesmos sem necessidade de referi-los à prática social em que se inserem, ou se acredita que os conteúdos específicos não têm importância [...].

Após atentar às necessidades dos alunos das redes de ensino de Jaboatão dos Guararapes e de Vitória de Santo Antão por aulas que englobassem assuntos que tivessem maior proximidade com a história do Brasil e do estado, assim como diante de pedidos por aulas que fossem além do modelo tradicional de “quadro, piloto e livro”, foram pensadas novas formas de abordagem dos conteúdos programáticos. Alguns dos questionamentos corriqueiros por parte dos alunos, ao longo dos anos de docência, foram: “por que estudar idade média, se isso não tem nada a ver com a gente?”, “por que a gente só estuda o que aconteceu na Europa e em outros lugares?”, “quando a gente vai estudar algo relacionado a Pernambuco?”, “professora, por que a gente não faz uma aula diferente?”

Os alunos, em todas as séries, sempre questionaram sobre o porquê de terem que estudar, por exemplo, sobre os reinos bárbaros ou sobre as guerras médicas, se isso, nas palavras deles, “não servia para nada”. Paralelamente, sempre houve muita curiosidade sobre a história local do município e do estado onde estão inseridas as escolas, havendo questionamentos recorrentes, por exemplo, sobre como era Pernambuco antigamente, como se desenvolveu a história do estado até os dias de hoje ou sobre como e quando surgiram a bandeira e o hino de Pernambuco. A necessidade por parte dos alunos de assuntos relacionados às suas vidas práticas serve de gatilho para que o professor crie mecanismos que ativem nos discentes a consciência histórica. De acordo com Rüsen (2012, p. 36):

[...] consciência histórica não pode ser meramente equacionada como simples conhecimento do passado. A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulado pela necessidade de entender o presente e presumir o futuro.

Falar sobre dificuldades estruturais e materiais de escolas da rede pública pode parecer repetitivo, mas é uma variável importantíssima a ser considerada por

quem pesquisa formas de ensinar história dentro de um programa de pós-graduação voltado a formar, sobretudo, professores mais bem capacitados para atuarem na rede pública do ensino básico.

Nas duas redes de ensino (Vitória de Santo Antão e Jaboatão dos Guararapes), o cenário de salas de aula com quantitativo de alunos além do ideal é comum. Também os recursos didáticos são escassos, limitando-se ao quadro, ao piloto e aos livros didáticos que, não raro, precisam ser partilhados entre 2 ou mais alunos, dada a insuficiência quantitativa.

No campo do ensino de História, as inquietações ocorreram/ocorrem, mais especificamente, quanto a alguns silenciamentos encontrados nos livros didáticos e na dificuldade em suprir essas lacunas em virtude das carências sabidas vivenciadas nas redes municipais de ensino. O principal incômodo recaiu sobre como a História de Pernambuco no período colonial, assunto pelo qual os alunos sempre demonstraram grande interesse, apresentava um espaço reduzido nas discussões historiográficas voltadas ao ensino de História, no ensino fundamental (anos finais), estando quase que restrita às questões relacionadas ao ciclo do açúcar e ao Brasil Holandês. Parece interessante lembrar o que disse Le Goff (1990, p.426) :

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

No ano letivo de 2018, durante uma aula de História em uma turma de 8º ano, foi comentado sobre a instituição, pelo governador Paulo Câmara, do feriado de 06 de março, a Data Magna de Pernambuco. Curiosos, os alunos questionaram o porquê de ter sido criado o feriado naquela data. Tev e, assim, início o ensino sobre a Revolução Pernambucana de 1817 e o estabelecimento da relação entre um acontecimento histórico de mais de duzentos anos e o contexto atual.

Um grande entrave para o ensino sobre a Revolução Pernambucana de 1817 é que os fatos históricos do século XIX ocorridos em Pernambuco contam com espaço reduzido nos livros didáticos do 8º ano do ensino fundamental. Sabemos que o conhecimento histórico tem suas particularidades e que é influenciado por questões políticas e culturais.

O currículo escolar é um espaço de disputas e os conteúdos encontrados nos livros didáticos fazem parte de uma seleção, de modo que silenciamentos ou espaços reduzidos para certos fatos históricos são recorrentes, ainda que sob o argumento de unificação curricular para todo o país. Acreditamos, porém, que a unificação curricular seguida à risca não seja a melhor opção no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que não leva em consideração as especificidades de cada escola e de cada região. De acordo com Lopes (2006, contra capa):

[...] o currículo se tece em cada escola com a carga de seus participantes, que trazem para cada ação pedagógica de sua cultura e de sua memória de outras escolas e de outros cotidianos nos quais vive. É nessa grande rede cotidiana, formada de múltiplas redes de subjetividade, que cada um de nós traçamos nossas histórias de aluno/aluna e de professor/professora. O grande tapete que é o currículo de cada escola, também sabemos todos, nos enreda com os outros formando tramas diferentes e mais belas ou menos belas, de acordo com as relações culturais que mantemos e do tipo de memória que nós temos de escola [...]

Pensar em currículo é remeter, via de regra, a listas de conteúdos distribuídos por disciplina dentro de uma grade curricular que tem por objetivo orientar o professor sobre o que deve ser trabalhado em sala de aula. É sabido, porém, que os elementos que se relacionam com o ensinar e o aprender, dentro da sala de aula, não estão relacionados apenas aos conteúdos curriculares, mas também ao que eles representam na organização das disciplinas, no discurso e nas relações de poder entre professor e aluno.

[...] princípios da seleção do conteúdo remetem à necessidade de organizá-lo e sistematizá-lo fundamentado em alguns princípios metodológicos, vinculados à forma como serão tratados no currículo, bem como à lógica com que serão apresentados aos alunos (SAVIANI, 2003, p. 31)

Nesse sentido, o currículo pode ser entendido como um instrumento que possibilita que os alunos aprendam sobre determinados conteúdos a partir de formas específicas em detrimento de outros conteúdos e de outras formas possíveis. As críticas sobre o currículo são importantes por buscarem romper com uma concepção positivista de ensino dentro da escola.

o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 2003, p.13).

Em Giroux(1992), na obra *Teoria Crítica e Resistência em Educação*, de inspiração marxista, a ênfase no processo de ensino-aprendizagem recai na transformação do mundo, e não apenas no conhecimento em si. Para que essa transformação ocorra, a Teoria Crítica aborda a necessidade de dar importância aos fatores psicológicos, sociais e culturais, quando houver abordagem de temas sociais. Fonseca (2003, p. 107) chama a atenção para o fato de que:

(..).a escola tem a responsabilidade não só de ampliar a compreensão do mundo, mas de formar indivíduos aptos a participar e intervir na realidade. Portanto a educação é vital na busca da felicidade, do bem comum, nas relações humanas, na promoção do humanismo. Educar é um ato de libertação, socialização, formação e transformação.

O ensino contemporâneo está ligado à organização de um currículo disciplinar. Romper com a ideia desse currículo possibilita novas formas de organização do conhecimento e a produção de novos saberes. Também é possível ao currículo apropriar-se de outros conhecimentos para além do campo científico. É preciso que o professor de História atente para a sua prática pedagógica e se empenhe em não ser um mero transmissor de conteúdos curriculares sobre diferentes momentos históricos. Salientamos, mais uma vez, a importância de considerar a dimensão cultural na qual os estudantes estão inseridos.

Um primeiro pressuposto é o de que o professor (historiador) não pode, em hipótese alguma, ser um mero reprodutor/transmissor, depositador de conhecimentos nos alunos... A finalidade do ensino de História é a formação da consciência histórica do sujeito criança e sujeito jovem e de que esse sujeito está em relação dinâmica com a cultura histórica da sociedade em que vive. (SCHMIDT, 2014, p.43)

Em decorrência da forma inapropriada como é trabalhada nos livros didáticos, e também pela relevância do tema para a compreensão da História do estado e para construção da identidade pernambucana, assim como pela cobrança por parte dos alunos por assuntos que tenham maior ligação com a realidade histórica do estado onde as escolas estão inseridas, este trabalho tem como objeto de estudo a Revolução Pernambucana de 1817. Cabe, então, o questionamento: por que a Revolução Pernambucana de 1817? Por que ela deve ser estudada pelos alunos?

Alguns aspectos a serem elencados: a) a Revolução dos Padres (outra nomenclatura dada ao movimento de 1817, que contou com grande participação de membros da Igreja Católica) está relacionada a diversos nomes de ruas da capital do estado; b) foi graças aos revolucionários de 1817 que teve início a atividade de imprensa em Pernambuco (CALMON, 1971, p. 1461), com a aquisição de máquina de tipografia, em 10 de março de 1817; c) a criação da bandeira do estado ocorreu durante a Revolução de 1817, sendo feita pelo Padre João Ribeiro e sofrendo pequena modificação em 1917 (ALVES, 2011), d) merece destaque o pioneirismo da Lei Orgânica de 1817 (“uma nascente consciência de direitos sociais e políticos” - CARVALHO, 2013, p.25), e) a Revolução Pernambucana de 1817 foi um marco dos fundamentos republicanos no Brasil.

A temática serviu de inspiração para diferentes produções artísticas, dentre as quais destacamos: na literatura (“A Noiva da Revolução” e “Olhos Negros”), no teatro (“O Nascimento da Bandeira” e “O Suplício de Frei Caneca”), no formato de HQ (“A Noiva” e “1817, Amor & Revolução”, ambas inspiradas na obra “A Noiva da Revolução”), nas artes plásticas (o monumento de Abelardo da Hora, na Praça da República, aos heróis da Revolução) e os painéis de Corbiniano Lins sobre os revolucionários, na Avenida Cruz Cabugá) (imagem 1).

Em *A Noiva da Revolução* (OLIVEIRA, 2007), vemos o reflexo das turbulências entre portugueses e brasileiros por meio da relação afetiva proibida estabelecida entre Domingos José Martins, brasileiro e um dos líderes da Revolução de 1817, e Maria Teodora da Costa, filha de comerciantes portugueses. O

casamento entre o líder brasileiro da Revolução Pernambucana de 1817 e a filha de portugueses é tratado como um acontecimento político relevante para a época. Na história em quadrinhos “1817, amor & revolução”, a Revolução é sob o olhar de um diário escrito pelo líder Domingos Martins e pela esposa Maria Teodora.

A obra *Olhos Negros* (ALBUQUERQUE, 2010) se passa em Abreu e Lima e tem como personagem Maricotinha, que testemunha a Revolução Pernambucana de 1817. O acontecimento histórico é descrito ao longo do livro e são apresentados os perfis dos líderes do movimento, dentre os quais Abreu e Lima, Gervásio Pires, João Ribeiro, Muniz Tavares e Frei Caneca.

No texto para teatro *O Nascimento da Bandeira* (BRITO, 2007) a temática é sobre o momento de criação da bandeira de Pernambuco, que foi um dos símbolos da Revolução de 1817. À época, a bandeira contava com mais duas estrelas, relativas à Paraíba e ao Rio Grande do Norte, capitanias que também proclamaram a república.

Já na obra *O Suplício de Frei Caneca* (AGUIAR, 1977), também adaptada para o teatro, o religioso e líder da Revolução Pernambucana de 1817 Frei Caneca tem sua vida biografada. São encontrados no livro diferentes passagens da vida do Frei Caneca, desde a sua ordenação enquanto carmelita, sua prisão na Bahia em virtude da participação na Revolução de 1817, os diversos discursos por ele proferidos e inspirados nos ideais libertários da Revolução Francesa e a sentença de morte a ele imposta.

Imagem 1: Painel de azulejos do artista plástico Corbiniano Lins, na Avenida Cruz Cabugá, em homenagem às memórias das revoluções de 1817, 1824 e 1848.



Fonte: foto retirada do portal Terra Magazine
 (<http://www.terramagazine.com.br/a-expressao-feminina-esculpida-pela-arte-de-corbiniano-lins/>). Acesso em: 15 de abril de 2020.

A Avenida Cruz Cabugá, onde está localizado o painel da imagem 01, é uma importante artéria da cidade do Recife no bairro de Santo Amaro e recebe este nome em homenagem a Antônio Gonçalves da Cruz Cabugá, participante da Revolução de 1817 que foi enviado aos Estados Unidos como representante diplomático, cujo objetivo era conseguir apoio político e também comprar armas. No painel construído em 1967 pelo artista Corbiniano Lins, algumas das principais revoluções ocorridas em Pernambuco são retratadas, dentre elas a Revolução Pernambucana de 1817. Nos painéis, é possível perceber escritos explicativos feitos pelo historiador Amaro Quintas. Este painel é uma demonstração do quão rico em patrimônios e em monumentos é a cidade do Recife.

Ainda em relação à importância do movimento e de estudá-lo, cabe também mencionar que, à época da Revolução, viu-se um movimento de insurgência de brasileiros em relação aos portugueses. Um exemplo foi o conhecido fato do soldado negro brasileiro, em Recife, que entrou em conflito corporal com um português, após este ter proferido expressões pejorativas contra os brasileiros.(TAVARES, 1967, p.37).

alarmou-se com esta quebra da ordem étnica e viu nela, com razão, uma manifestação que ultrapassava uma querela individual. Era algo mais fundo e perigoso que se fazia presente, a oposição entre

portugueses e brasileiros sobre a qual já havia recebido diversas denúncias e advertências (BERNARDES, 2011, p.80)

Importante destacar, ainda, os aspectos ideológicos da revolução dentro do contexto e dos acontecimentos da época, os quais influenciaram na construção identitária do povo pernambucano:

Para além dos motivos econômicos e sociais, uma parte importante dos intelectuais e religiosos, especialmente aqueles abrigados pela maçonaria, estavam sob a influência dos ideais iluministas. Esta corrente política contestava o modo político das monarquias absolutistas, enquanto proclamavam os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade defendidos pela Revolução Francesa. Os revolucionários pernambucanos queriam a instalação do regime republicano no Brasil e a proclamação da República regida por uma nova constituição. Neste contexto, as lojas maçônicas se converteram em tribunas para as ideias liberais e passaram a promover abertamente reuniões que conspiravam contra a Coroa. (TAVARES, 1967, p. 77)

Ao escolhermos como objeto de estudo a Revolução de 1817, buscamos uma nova abordagem para uma temática que faz parte do currículo escolar, mas que julgamos não ter o espaço necessário nos livros didáticos, o que acaba por comprometer o processo de ensino-aprendizagem, inclusive dando a entender para os alunos que foi um acontecimento histórico de menor relevância. Como assinala Oliveira Lima, o movimento de 1817 aponta para uma situação de consonância com outros movimentos ocorridos à época, na América espanhola:

(...) Em todos os espíritos ilustrados da província, imperava a convicção da justiça do movimento e da seguridade dos resultados. Pernambuco, escravizado a um despotismo ignaro, podia e devia, no geral dizer daquela classe, constituir um estado independente; e até certo ponto não se encontravam os que assim pensavam destituídos de razão. A província estava, pelo menos, em condições de adiantamento iguais às de várias das colônias espanholas que por esse tempo efetuaram a sua emancipação. (LIMA, 1975, p. 243)

Entendemos a Revolução Republicana de 1817 como um acontecimento de importância nacional, e não como algo regionalizado, como faz crer, muitas vezes, a elaboração dos livros didáticos, que centram-se em movimentos coloniais, sobretudo, do centro-sul, a exemplo da Inconfidência Mineira. Pontuamos que a revolução será abordada de forma mais detalhada em um capítulo específico, a fim

de garantir o seu melhor entendimento. A frase de Danton, à época da Revolução Francesa(movimento que influenciou os revolucionários de 1817), durante sessão da Convenção, é bom pilar sobre o direito não apenas à educação, mas sobretudo a uma educação de qualidade: “depois do pão, a educação é a primeira necessidade do povo”. (DANTON, Revolução Francesa, 1793 apud MONTEIRO, 2003, p. 32)

A necessidade de criar ferramentas dinâmicas de ensino e aprendizagem para a prática docente na área de História junto à dificuldade de se trabalhar com a temática em formato tradicional formaram a amálgama que conduziu às reflexões encontradas ao longo do trabalho sobre cidade educadora, acontecimentos históricos de 1817, patrimônio e educação patrimonial. “Uma situação social muda ao mesmo tempo o modo de trabalhar e o tipo de discurso” (CERTEAU 2015, p. 59).

Levando-se em consideração os anseios dos alunos por aulas que fugissem do modelo tradicional, assim como considerando a riqueza patrimonial existente na cidade do Recife e seu potencial educativo, a influência de aulas extra-sala tidas ainda na adolescência, o contato no mestrado com os pressupostos teóricos da metodologia da educação patrimonial e experiências pessoais(explicitadas mais à frente), foi feita a opção pelo desenvolvimento de uma pesquisa acerca da Revolução Pernambucana de 1817 por meio da metodologia da educação patrimonial, tendo-se por tema “O Recife como espaço educativo e a educação patrimonial: uma proposta de ensino sobre a Revolução Pernambucana de 1817”.

Com a educação patrimonial, esperamos que os alunos se apropriem dos bens culturais, fazendo com que eles construam para si uma percepção histórica ampliada e crítica acerca da temática, assim como estabeleçam laços de afetividade com os patrimônios, com a cidade e com o conteúdo ensinado.

Historicamente, os sistemas de ensino se organizam a partir “de cima” e adotaram estruturas burocráticas, corporativas e disciplinares, que impediram as práticas locais, familiares e tradicionais de promover a educação. A escola substituiu estes processos “informais”, assumindo o monopólio do ensino. Os docentes se tornaram responsáveis públicos pela formação das crianças. Sabemos hoje que esse modelo escolar – espaços físicos fechados, estruturas curriculares rígidas, formas arcaicas de organização do trabalho –está irremediavelmente condenado. A escola deve se definir como um espaço público, democrático, de participação, funcionando em ligação com as redes de comunicação e de cultura, de arte e ciência. Por uma curiosa ironia do destino, seu

futuro passa pela sua capacidade de recuperar práticas antigas (familiares, sociais e comunitárias), enunciando-as no contexto das modalidades de cultura e educação. (NOVOA, 2011, p. 227).

Esta dissertação, produzida em um programa de mestrado profissional (PROFHISTÓRIA) que tem por objetivo dar formação continuada para uma melhor docência em História no ensino básico, está inserida na linha de pesquisa *saberes históricos em diferentes espaços de memória*. Sobre esta, diz a resolução do programa: “a linha de pesquisa desenvolve investigações sobre a produção e aprendizagem da História fora do espaço escolar, considerando lugares distintos como os museus, o teatro, os centros culturais e o espaço urbano em geral.”

É certo que a identidade profissional de um professor não é construída apenas por pressupostos teóricos acadêmicos vivenciados na universidade. Enquanto docente de História nas redes públicas de Vitória de Santo Antão e de Jaboatão dos Guararapes, muitas das inspirações para a prática pedagógica vieram de meus ex-professores do ensino básico. A influência do passado na prática pedagógica encontra respaldo em Hobsbawm (1997, p.79), que afirma que “o passado é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana”.

O contato com a prática de ensino fora do espaço formal e com a temática da revolução republicana de 1817 ocorreram de forma bastante incisiva ainda nos tempos de formação do ciclo básico. Cabe a retomada de memórias do tempo de estudante secundarista do Colégio Nóbrega dos Jesuítas (na Boa Vista) e de moradora de um bairro central da cidade do Recife (Santo Amaro) para salientar que percorrer, durante toda a fase de infância e adolescência, ruas e avenidas com nomes que remetiam à história de Pernambuco era algo rotineiro. Desde sempre, a curiosidade do porquê daqueles nomes se fez presente.

No transcorrer das aulas de história no ensino fundamental II e no ensino médio, muitos destes personagens históricos que nomeiam ruas do centro do Recife apareceram e, desde então, andar pela cidade ganhou um novo sentido. As ruas foram, pouco a pouco, deixando de ser nomes aleatórios para passarem a ter

significado, dentro de uma contextualização histórica. Era por meio dos nomes das ruas que a memória de acontecimentos se tornava viva para os transeuntes. Os nomes das ruas alusivas a acontecimentos históricos eram/são representações do passado criadas para serem compartilhadas de forma coletiva. De acordo com Nora (1993, p.9):

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido está em permanente evolução aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconscientes de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manifestações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Quando das aulas assistidas acerca da Revolução Pernambucana de 1817, no ensino fundamental e no ensino médio, as lideranças deste movimento foram apresentadas pelos professores e estavam presentes nas apostilas adotadas pela escola, fazendo com que surgisse um elo imediato: os líderes da Revolução Pernambucana de 1817 davam nomes às ruas pelas quais se transitava, frequentemente.

Dentre as ruas que remetiam às lideranças de 1817 e que faziam parte do trajeto diário escola-casa podemos citar: Avenida Cruz Cabugá (em Santo Amaro), Rua Gervásio Pires (Boa Vista), Rua Leão Coroado (na Boa Vista) e Rua Frei Miguelinho (Santo Amaro). Além dessas ruas situadas nos bairros de Santo Amaro e da Boa Vista, há outros espaços e ruas com nomes também referentes à Revolução de 1817, em Recife: Rua Padre Roma (no Parnamirim), Rua Vigário Tenório (no Bairro do Recife), Rua Frei Caneca (Santo Antônio) e Ponte José de Barros Lima (Joana Bezerra).

É possível dizer que a relação estabelecida entre as aulas de história e a aplicação prática desse conhecimento na vida de uma aluna do ciclo básico e, sobretudo, de uma cidadã em período de construção identitária, foi o pontapé para entender a cidade do Recife como fonte inesgotável de conhecimento, não só por meio dos nomes das ruas, mas também por meio de todo o patrimônio cultural existente no centro urbano do Recife. Pol (1996, p.50) afirma que:

As pessoas, individualmente ou de forma coletiva, necessitam identificar territórios como próprios, para construir sua personalidade, estruturar suas

cognições e suas relações sociais, e ao mesmo tempo suprir suas necessidades de pertença e de identificação.

Por diversas vezes, os agora ex-professores de História (e também os de geografia) exploraram a localização do Colégio Nóbrega, no coração do Recife, para realizarem aulas fora do espaço escolar no bairro da Boa Vista e arredores, levando os alunos a espaços museais (como o IAGHP, o MAMAM e o Museu de Arqueologia e Ciências Naturais), a teatros (como o Teatro da Boa Vista, o Teatro de Santa Isabel e o Teatro do Parque) e também explorar a história dos casarões, prédios e monumentos que estavam localizados nas duas ruas ladeadas pela escola, a Rua Oliveira Lima e a Rua do Príncipe.

Sem dúvida, a metodologia de ensino empreendida pelos professores à época de estudante do ciclo básico foi de fundamental importância para pensar o ensino de História, anos depois, na prática docente. Diante dos pedidos por parte dos alunos, atualmente, como já mencionado, por assuntos relacionados a Pernambuco e por aulas fora do modelo expositivo, as memórias da adolescência cruzaram-se para fazer surgir um caminho.

Ainda dentro da perspectiva que a formação do professor não se reduz ao espaço formal, é importante colocar o quão importante foi o projeto OlhaRecife! para o desenvolvimento deste trabalho. O OlhaRecife! é um projeto da Secretaria de Turismo e Lazer da prefeitura do Recife que tem por finalidade mostrar a moradores da cidade e a turistas um pouco da história do estado, por meio de passeios com visitas guiadas a espaços culturais e a patrimônios culturais da cidade.

O projeto OlhaRecife! surgiu em 2013, durante o mandato do ex-prefeito Geraldo Júlio, do PSB. Desde então, foram desenvolvidos diversos roteiros a pé, de bicicleta, de ônibus e de catamarã. As atividades estão suspensas desde março de 2020, em virtude da pandemia do coronavírus. As inscrições para participar dos passeios são realizados através do site do projeto, onde podem ser encontradas informações relativas ao projeto:

O programa de Sensibilização Turística da Secretaria de Turismo e Lazer do Recife consiste em levar à sociedade uma nova oportunidade de lazer, agregada a oportunidade de obter um novo olhar sobre a cidade. Os objetivos são: elevar o sentimento de pertencimento da sociedade e

autoestima, promover novas ideias e posturas sociais de valorização das tradições socioculturais e da vocação turística do Recife. Destaca-se também a importância da atividade turística no Recife como fator de sustentabilidade econômica, defesa e preservação do patrimônio histórico e cultural.(PREFEITURA DO RECIFE. OlhaRecife!: o projeto, 2020. Página inicial. Disponível em: <<http://www.olharecife.com.br/projeto.php>>. Acesso em: 09 de novembro de 2020

Foi por meio da participação em um dos passeios promovidos pelo OlhaRecife!, em 2018, que houve o contato com o circuito da Revolução Pernambucana de 1817. Este circuito consiste na visita aos espaços que receberam, na comemoração do bicentenário da revolução republicana, placas alusivas ao fato histórico. Na imagem 2 abaixo, vê-se uma reportagem feita pelo portal G1 sobre a realização do circuito da Revolução Pernambucana de 1817 pelo projeto OlhaRecife!, com visita aos locais relacionados à revolução republicana que receberam as placas comemorativas ao bicentenário, em 2017.

Imagem 2: Reportagem sobre a realização do circuito da Revolução de 1817



Projeto Olha! Recife apresenta roteiro especial sobre a Revolução Pernambucana

Com passeios no sábado (3), domingo (4) e quarta-feira (7), os roteiros contemplam lugares onde ocorreram fatos marcantes da Revolução.

Fonte: Portal G1 PE

(<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/projeto-olha-recife-apresenta-roteiro-especial-sobre-a-revolucao-pernambucana.ghtml>). Acesso em: 08 de maio de 2020.

A partir da experiência exitosa desenrolada no passeio do OlhaRecife!, propomos a exploração por meio da educação patrimonial das placas alusivas à Revolução Pernambucana de 1817 espalhadas pelo Recife, de modo a transformar um circuito de caráter turístico em um circuito pedagógico para o ensino da revolução, entendendo-se o potencial educativo da cidade e fazendo-se interpretações das múltiplas narrativas acerca do acontecimento histórico. Segundo Jenkins(2009, p.32): “(...)o passado é sempre percebido por meio de camadas sedimentares das interpretações anteriores e por meio de hábitos de “leitura” desenvolvidos pelos discursos interpretativos anteriores e/ou atuais”

Abaixo, na imagem 3, uma foto que marcou a entrega, em 2017, das placas sobre a Revolução Pernambucana, quando da comemoração do seu bicentenário, as quais resultaram de parcerias entre a Prefeitura do Recife, a Grande Loja Maçônica de Pernambuco e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco

Imagem 3: cerimônia no Forte das Cinco Pontas para entrega das placas alusivas ao Bicentenário da Revolução Pernambucana de 1817



Equipamentos foram entregues nesta segunda-feira (3) pelo prefeito Geraldo Julio e estão instalados em locais marcantes na história da Revolução (Foto: Andréa Rêgo Barros/PCR)

Fonte: site da Prefeitura da Cidade

(<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/03/07/2017/placas-no-recife-contam-historia-da-revolucao-pernambucana-de-1817>). Acesso em: 08 de maio de 2020.

O objetivo geral deste trabalho é investigar como o processo de ensino-aprendizagem fora do espaço formal pode se tornar mais significativo para os estudantes do 8º ano, a partir do contato deles com o contexto histórico e cultural da Revolução Pernambucana de 1817, por meio da educação patrimonial com visita a espaços, em Recife, que receberam placas alusivas ao bicentenário da revolução e visita a monumentos relacionados ao referido acontecimento.

Nossa concepção é que ensinar história na escola significa permitir aos estudantes abordar a historicidade das suas determinações sócio-culturais, fundamento de uma compreensão de si mesmos como agentes históricos e das suas identidades como construções do tempo histórico. O presente, que é o espaço/tempo dos estudantes, de onde eles olham para si mesmos e para o passado, torna-se histórico, na medida em que, passo a passo, o professor de História consegue historicizar as instituições, as políticas, os modelos culturais, os modos de ser e, sobretudo, as identidades. Trata-se de levar as novas gerações a conhecerem suas próprias determinações,

a construir relações de pertencimento a um grupo, a uma história coletiva e a lutas coletivas. (PEREIRA & SEFFNER, 2008, p.07)

Como objetivos específicos, temos:

a) Demonstrar o que foram os acontecimentos da Revolução da Pernambucana de 1817 e a relevância do movimento para a história de Pernambuco e para a história nacional; b) Estimular a compreensão por parte dos estudantes sobre como a Revolução de 1817 influenciou a construção da sociedade contemporânea; c) Delimitar junto aos alunos a relação entre a história do estado, os patrimônios culturais e os monumentos históricos, de modo a favorecer os sentimentos de identidade e de pertencimento; d) Propor um roteiro histórico sobre a Revolução de 1817 como ferramenta de ensino-aprendizagem fora do espaço formal e de intervenção na realidade a partir da inclusão sociocultural relacionada ao uso dos bens culturais.

Embora o roteiro histórico a partir da análise das placas alusivas à Revolta Republicana e dos monumentos históricos espalhados pela cidade possa (e deva) ser apropriado pela sociedade de forma geral, o trabalho será, no entanto, direcionado a alunos do 8º ano do ensino fundamental. É nesta série que os discentes têm contato com o período colonial brasileiro, período no qual está inserida a Revolução Pernambucana de 1817, temática escolhida como objeto de estudo para o desenvolvimento de uma metodologia de ensino mais dinâmica.

Metodologicamente, a dissertação está dividida em três partes:

O capítulo 1 tem como proposta apresentar o que foi a Revolução Pernambucana de 1817 a partir da perspectiva de alguns dos autores que pesquisaram a temática no campo historiográfico, dentre os quais destacamos: Tollenare(1978), Denis Bernardes(2001), Oliveira Lima(1975), Francisco Muniz Tavares (1917), Evaldo Cabral de Mello (2004) e Glacyra Lazzari Leite (1984).

Os acontecimentos de 1817 estão divididos em fases: inicialmente, será feita uma breve contextualização sobre o início do século XIX, demonstrando as forças internas e externas que levaram à eclosão da revolução. A partir daí, haverá a

apresentação da revolução, do momento de eclosão do movimento e da constituição do governo provisório até a repressão sofrida por parte das tropas portuguesas. Por fim, buscar-se-á um diálogo com o campo de ensino de história, a partir da demonstração de como essa temática historiográfica está abordada nos livros didáticos adotados pelas redes de ensino de Jaboatão dos Guararapes e de Vitória de Santo Antão, no quadriênio 2020-2023.

O capítulo 2 promove um diálogo de conceitos-chaves que norteiam a proposta do ensino de história fora do espaço formal, dentre os quais estão: cidade educadora, patrimônio, monumento, memória, identidade e educação patrimonial. É através da apropriação dos conceitos citados que a pesquisa será desenvolvida no capítulo seguinte, com a exploração, através das técnicas da educação patrimonial, dos patrimônios e dos monumentos do Recife, tendo-se por finalidade uma proposta dinâmica do processo de ensino-aprendizagem sobre 1817.

O terceiro capítulo é a parte mais prática e ligada ao ensino de História. É desenvolvida uma sequência didática que culmina com um roteiro histórico construído a partir dos patrimônios que receberam as placas alusivas à 1817 e de outros patrimônios culturais espalhados pela cidade do Recife, buscando-se estabelecer uma relação destes com a Revolução Pernambucana de 1817 e atentando para a mudança de usos que esses patrimônios e monumentos sofreram ao longo do tempo. Para este capítulo 3, utilizaremos a metodologia da educação patrimonial, ancorada na proposta desenvolvida por Horta et al (1999), que é encontrada no Guia da Educação Patrimonial.

Imagem 4: As quatro etapas da educação patrimonial

ETAPAS	RECURSOS/ATIVIDADES	OBJETIVOS
1) Observação	Exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive...	▪ identificação do objeto/ função/significado; ▪ desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
2) Registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas.	▪ fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; ▪ desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, revistas.	▪ desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
4) Apropriação	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo.	▪ desenvolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: Horta et al, 1999, p.11

Segundo este guia, como pode ser percebido na tabela acima, a educação patrimonial deve atender as seguintes etapas: a observação, o registro, a exploração e a apropriação do bem patrimonial escolhido no plano de aula. A observação se refere à etapa do desenvolvimento da percepção visual e simbólica. Já o registro é a etapa do desenvolvimento da memória, pensamento lógico e intuitivo. Constitui a etapa na qual o aluno percebe que fabricamos lugares de memória (foto, vídeo, texto, etc) e que selecionamos determinados acontecimentos do passado ao criar uma memória. Na exploração é a etapa do desenvolvimento das capacidades de análise e de julgamento crítico. Equivale à prática de pesquisa, saber selecionar os dados informativos importantes para responder às questões sobre um determinado tema histórico. E, por fim, a apropriação é a etapa do desenvolvimento da capacidade de produzir um novo conhecimento a partir do que foi aprendido nas atividades.

A proposta de ensino da Revolução Pernambucana de 1817 será, por fim, materializada em uma cartilha voltada para professores de História do ensino fundamental (anos finais). Neste material, o professor terá acesso a uma proposta pedagógica de ensino fora do espaço físico da escola, a partir de uma sequência

didática e de um roteiro histórico que propõe a visita mediada a locais que guardam relação com os acontecimentos de 1817.

Trata-se do produto criado a partir do trabalho de pesquisa desenvolvido para a construção da dissertação submetida ao mestrado profissional do PROFHISTÓRIA-UFPE. Esta cartilha busca guiar o professor por todo o processo de planejamento para a aula fora do espaço escolar, desde os momentos de contato prévio com os espaços para agendamento, de preparação para fretar meio de transporte, de organização dos lanches dos alunos até a proposição das atividades a serem realizadas pelos alunos durante a visita mediada aos espaços e de atividades avaliativas após a visita, que ressaltam a etapa de apropriação do conhecimento histórico, conforme a técnica da educação patrimonial.

A sociedade contemporânea cobra da escola um diálogo cada vez mais profundo com os processos de formação cultural. Quer seja no uso de novas ferramentas de ensino, quer seja na valorização dos saberes locais, o que se espera é que os professores evidenciem a diversidade cultural, ao passo que valorizem os bens culturais da comunidade com que trabalham. Contudo, esbarra-se, muitas vezes, na precariedade da formação inicial desses professores, tanto para perceber como para utilizar os bens culturais em sua prática docente. É no intuito de contribuir para a prática docente que este trabalho foi desenvolvido.

É nesta perspectiva que, aqui, buscamos desenvolver a pesquisa: buscando-se uma metodologia de ensino de história capaz de levar qualidade à escola pública, conduzindo o aluno do senso comum até a consciência histórica, indo além do modelo de ensino tradicional de História e permitindo o acesso aos filhos das classes trabalhadoras a espaços culturais aos quais estes jovens não estão acostumados a ocuparem, de modo a poder contribuir para uma ação transformadora de jovens periféricos por meio da educação.

2 A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817: HISTORIOGRAFIA E ENSINO DE HISTÓRIA

Durante o século XIX, a Declaração da Independência dos Estados Unidos, a Declaração dos Direitos do Homem, o iluminismo e os ideais da Revolução Francesa inspiraram revoltas coloniais separatistas na América do Sul. A partir do século XIX, diversos movimentos libertários e republicanos eclodiram no Brasil, dentre os quais destacamos: a Inconfidência Mineira (em 1789), a Conjuração Baiana (em 1789) e a Revolução Pernambucana de 1817. No livro História de Pernambuco, o historiador Flávio Guerra assinala que:

O movimento social-cultural e político que se empolgou nos fins do século XVIII, com as revoluções francesas de 1789 e 1792 e a declaração dos direitos do homem em 1791, fundiu, no cristalizar de suas conceituações, o alvorecer de uma nova etapa na vida política do Novo Mundo, repercutindo com certo profundidade em Pernambuco, onde a vasta literatura considerada avançada começou a encontrar o campo propício daquele orgulho de "serem brasileiros" dos pernambucanos, e abria as janelas para se começar a receber o sol das novas concepções políticas. (GUERRA, 1966, Pág. 77)

Com a tentativa de se construir uma narrativa oficial sobre a história do Brasil no século XIX, foi criado em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os movimentos do norte-nordeste foram minimizados pela historiografia desenvolvida pelo referido instituto. A Revolução Pernambucana de 1817 teve seu papel desconsiderado no período do século XIX.

Na reportagem abaixo da Folha de Pernambuco (imagem 5), Silvio Amorim (2020), idealizador do Projeto História nas Paredes e atual presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, fala da tentativa de silenciamento da Revolução Pernambucana de 1817 por parte de historiadores do centro-sul do Brasil, em particular de Francisco Adolfo Varnhagen.

Imagem 5: Matéria da seção "Opinião" escrita por Silvío Amorim, em abril de 2020, na qual é analisado o posicionamento tomado por historiadores do centro-sul do Brasil, desde o período da proclamação da república, de silenciar a importância da Revolução Pernambucana de 1817.

14 quarta-feira

Recife, 28 de abril de 2020

Os artigos desta página devem ter até 25 linhas e serem enviados para o e-mail cartas@folha.com.br. As ideias expressas nos textos não refletem necessariamente a opinião do jornal.

Opinião

Brasil, Pandemia e Pandemônio

GREGÓRIO MARANHÃO*

Pior do que o fundo do poço, é um poço sem fundo, quando se perde a noção do até onde se pode ou se quer chegar.

A diferença entre o que está acontecendo no Brasil e no resto do mundo é a constatação de que lá fora a pandemia foi capaz de unir todos contra um único inimigo comum, já aqui tem sido diferente, o País que consagrou a desigualdade econômica e social, como sua mais triste e constrangedora característica, está mais desigual do que nunca, sem rumo, contrariando a máxima que diz "Todos os ventos são a favor quando se sabe onde se quer chegar".

No ambiente de desgoverno que temos assistido, parece como se não bastasse o tempestivo e adequado enfrentamento ao vírus que ameaça

a sobrevivência da humanidade, tenhamos aqui que enfrentar também outra situação de insana virulência, fruto da contradição, que mistura política, teorias conspiratórias e a flagrantemente e cínica agressão à Constituição Federal e ao Estado Democrático de Direito, elementos sempre presentes nos discursos bonitos mas mal e porcammente praticados para desgraça de todos nós.

O País está gravemente enfermo, vítima de pandemia e pandemônio, dos males o menor, melhor que estivesse somente atônito sem saber o que fazer, se salva a população mais carente do maldito vírus, ou se salva da fome e do desespero, quiséramos nós que fosse só isso, sem prejuízo da necessidade de salvação dos dois males, vírus e economia no chão, mas infelizmente a equação contempla outros aspectos, inclusive alguns de natureza política, ideológica, e até psicológica, para não dizer psiquiátrica, termo que parece mais adequado para definir tamanha loucura nesses tempos de salve-se quem puder, ou melhor "se correr o bicho pega, e se ficar o bicho come".

Mas temos que encontrar uma saída, lógica, constitucional, de bom senso, tentando a todo custo evitar que a confusão se alastre, e bote a perder as frágeis conquistas que fomos capazes de implementar nesses últimos tempos, principalmente no que tange a rigorosa observância da Constituição, buscando restaurar a governabilidade que está a deriva, enquanto tratamos da saúde dos que ainda não foram atingidos pelo Covid 19, evitando que não venham a ser contabilizados nos 70% de acometimento profetizado pelo Presidente da República.

Que por ironia possamos tirar uma lição dessa pandemia, que foi capaz

de unir gregos e troianos, por enquanto apenas lá fora, pois aqui dentro corremos o risco da absurda irresponsabilidade de ter a cena nacional roubada pelo pandemônio, como se a esta altura já não tivéssemos aprendido a lição.

Em casa que falta pão, todos gritam e ninguém tem razão, o País carece desesperadamente de lideranças que sejam capazes de identificar e eleger prioridades, reunificando a Nação, sob a égide da paz e da harmonia, com tolerância no lidar com os contrários, acalmando os ânimos, sem a necessidade de recorrer com ódio e ameaças no processo de gestão, e que seja merecedor do reconhecimento de toda a população, pois caso contrário estaremos nos entregando ao irreversível Pandemônio que já vem se insinuando.

Presidência
EDUARDO DE QUEIROZ MONTEIRO
presidencia@folha.com.br

Director Executivo
PAULO PUGLIESE
paulopugliese@folha.com.br

Director Operacional
JOSÉ AMÉRICO LOPES GOMES
jlg@folha.com.br

Directora Administrativa
MARIANA COSTA
mariacosta@folha.com.br

Editora-chefe
LEIANA SANTOS
leiana@folha.com.br

COMERCIAL

Publicidade: 342 5001/5041 Fax: 342 5045
comercial@folha.com.br

Classificação (Anúncio de 30 segundos): 342 5000 342 5001
Diretoria: 342 5001

MARKETING NACIONAL
REPRESENTANTE: CAPULICIDADE
SÃO PAULO: 11 3177-0488 / 1488
e-mail:capulicidade@capulicidade.com.br

REPRESENTANTE DE COMUNICAÇÃO E MARKETING
SÃO PAULO: 11 3177-0488 / 1488
e-mail:capulicidade@capulicidade.com.br

REDAÇÃO

Editor: Raulo Puggliese, Denise Bonatti, Fábio Góes, Gabriela Azeiteiro, Gustavo Pimenta, Luc Vandenberg, João da Silva, Regina Faria, Vanessa Lima

Subeditores: Alina Torres, Anderson Bandeira, Carol Brito, Priscila dos Santos

CIRCULAÇÃO

342 5001

ASSINATURA

342 5001 Segunda a quinta às 17h30
Sexta às 18h

CONTROLE DE ENTREGA - 342 5001
1942 7111 (WhatsApp)
Segunda a quinta às 17h30
Sexta às 18h

FINANÇAS - 342 5001 342 5001
342 5001

RECURSOS HUMANOS - 342 5001
Administração - 342 5001

A Folha de Pernambuco Ltda. não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes do uso indevido de informações contidas no site. A Folha de Pernambuco Ltda. não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes do uso indevido de informações contidas no site.

RECIBO DE EXEMPLAR

Valor em R\$ (R\$ 1,00) R\$ 1,00
Valor em R\$ (R\$ 1,00) R\$ 1,00
Valor em R\$ (R\$ 1,00) R\$ 1,00
Valor em R\$ (R\$ 1,00) R\$ 1,00

ASSINATURA

Valor em R\$ (R\$ 1,00) R\$ 1,00
Valor em R\$ (R\$ 1,00) R\$ 1,00
Valor em R\$ (R\$ 1,00) R\$ 1,00
Valor em R\$ (R\$ 1,00) R\$ 1,00

PREVISÃO DO TEMPO

1) Região Metropolitana
Hoje - Parcialmente nublado com chuvas rápidas de forma isolada nas primeiras horas da manhã e noite com intensidade fraca.
Máxima: 31° Mínima: 22°

2) Mato Norte
Hoje - Máxima: 31° Mínima: 21°
Amanhã - Máxima: 30° Mínima: 21°

3) Mato Sul
Hoje - Máxima: 31° Mínima: 21°
Amanhã - Máxima: 30° Mínima: 20°

4) Região de São Francisco
Hoje - Máxima: 32° Mínima: 22°
Amanhã - Máxima: 32° Mínima: 21°

FASES DA LUA

07/04 14/04
Crescente

22/04 30/04
Novo

TÁBUA DE MARÉS

HOJE AMANHÃ

Maré alta 01:36 0,8
Maré baixa 07:08 1,8
Maré alta 14:01 0,7
Maré baixa 20:49 1,8

Maré alta 02:48 0,9
Maré baixa 08:08 1,8
Maré alta 15:45 0,7
Maré baixa 22:08 1,7

Fonte: (AMORIM, Jornal Folha de Pernambuco, 28 de abr. de 2020).

Segundo Amorim, com a proclamação da república houve a necessidade de forjar mártires e heróis. Como o poder político estava concentrado no eixo-sul do país, os mártires foram escolhidos dentre os movimentos lá acontecidos. Para Amorim, o apagamento das memórias da Revolução Pernambucana de 1817 ficou mais evidente com:

a elevação da Inconfidência Mineira - que não passou de uma intervenção revolucionária denunciada pelo traidor José Henrique dos Reis e que fez um único mártir - Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes - à categoria de principal episódio de luta pela independência do Brasil, em detrimento da Revolução Pernambucana de 1817. (AMORIM, Folha de Pernambuco, 28 de abril de 2020).

Cabe lembrar que o historiador Varnhagen, na obra *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal que foi encomendada pelo IHGB*, optou por não colocar a Revolução de 1817 como movimento que antecedeu o processo de independência do Brasil, uma vez que a instauração de uma república em Pernambuco contrariava seu posicionamento político monarquista.

Entretanto, uma revolução, proclamando uma república absolutamente independente da sujeição à corte do Rio de Janeiro, rebentou em Pernambuco em março de 1817. É um assunto para o nosso ânimo tão pouco simpático que se nos fora permitido passar sobre ele um véu, o deixaríamos fora do quadro que nos propusemos traçar. Forçados, porém a dedicar-lhe algumas linhas, procuraremos ser breves. (VARNHAGEN, p.373)

A história do século XIX tornou-se um campo de disputas historiográficas e muitos dos acontecimentos foram silenciados ou pouco explorados, tanto na grande área da História como no campo do ensino de História. Os acontecimentos de 1817 são essenciais, como veremos ao longo deste capítulo, para se entender as contestações da colônia em relação à Coroa portuguesa que culminaram, anos depois, no processo de independência do Brasil.

A Revolução Pernambucana de 1817 precisava ser esquecida, pois representava uma ameaça para a manutenção da integridade do território brasileiro. Para as elites, quanto menos esse assunto fosse estudado nas salas de aula,

melhor seria, uma vez que o movimento não serviria de mau exemplo para outras províncias.

O esforço da Coroa Portuguesa em apagar os vestígios deixados sobre a Revolução Pernambucana de 1817 pode ser melhor visualizado na reportagem feita pelo Jornal do Comércio (imagem 5), que aborda o achado de 300 documentos da Revolução de 1817 e da Contra-Revolução Arquivo Público Estadual João Emerenciano que atravessaram séculos, apesar da tentativa da Coroa Portuguesa de destruí-los.

Para encobrir os rastros da Revolução de 1817, o rei Dom João VI mandou apagar, queimar e eliminar todos os documentos dos 75 dias que durou o governo provisório na República de Pernambuco. Atas foram destruídas, rasuradas ou queimadas. A intenção era obliterar a memória do período e sufocar qualquer novo movimento libertário. Para a Coroa, era interessante fingir que nada tinha acontecido. Mas algumas páginas raras atravessaram 200 anos, venceram a corrosão dos séculos, as ordens reais e virarão livros. (BALBINO, JORNAL DO COMMERCIO, 09/03/ 2017)

Imagem 6: Reportagem sobre documentos encontrados sobre a Revolução Pernambucana de 1817 que conseguiram chegar aos nossos dias apesar da tentativa da Coroa Portuguesa de destruí-los.



FONTE: BALBINO, Marcela. Arquivo Público descobre páginas raras e inéditas da Revolução de 1817. Jornal do Commercio, Recife, 09/03/2017. Disponível em: <<http://especiais.jconline.net10.uol.com.br/revolucao-1817/arquivo-publico-descobre-paginas-raras-e-ineditas-da-revolucao-de-1817.php>> Acesso em: 05 de agosto de 2020.

De acordo com o historiador Hildo Leal da Rosa, que esteve à frente da equipe responsável pelo trabalho com os documentos encontrados, parte dos documentos dos acontecimentos de 1817 foi rasurada intencionalmente, como pode ser visto na imagem 6, sobretudo o que foi produzido durante o governo provisório:

O que aconteceu antes da Revolução foi preservado, mas aquilo que foi produzido no governo revolucionário está riscado e rasurado. Sempre com a informação de que aquilo tinha sido feito com ordem do rei. Quando o governo revolucionário termina, volta-se a produzir normalmente. Eles (membros da Corte) usavam, inclusive, um termo interessante: mandavam desentranhar as informações do período. (ROSA, Jornal do Commercio, 09/03/2017).

Imagem 7: Documentos da Revolução Pernambucana de 1817 rasurados a mando da Coroa Portuguesa, na tentativa de apagar memórias da época.



FONTE: BALBINO, Marcela. Arquivo Público descobre páginas raras e inéditas da Revolução de 1817. Jornal do Commercio, Recife, 09/03/2017. Disponível em: <<http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/revolucao-1817/arquivo-publico-descobre-paginas-raras-e-ineditas-da-revolucao-de-1817.php>> Acesso em: 06 de agosto de 2020.

Diante de sucessivas tentativas, ao longo dos últimos 200 anos, de sufocar na historiografia nacional a Revolução Pernambucana de 1817, não é difícil compreender a insistência dos livros didáticos de História em tratarem o movimento como algo regionalizado. Se questionarmos aos alunos, seja em

Pernambuco ou em outro estado do país, quem foi Tiradentes, será que eles terão a mesma dificuldade de associá-lo à Inconfidência Mineira do que se questionarmos sobre quem foram Cruz Cabugá, Domingos José Martins e o Padre Miguelinho, com intuito de que os alunos associem os 03 líderes à Revolução de 1817?

2.1 ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA: A ATUAÇÃO DE FORÇAS INTERNAS E DE FORÇAS EXTERNAS

No Brasil, a vinda da família real portuguesa, em 1808, intensificou o processo independentista. Em 1815, o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Os acontecimentos de 1817 constituíram a primeira manifestação significativa de uma série de rebeliões que marcaram a passagem do Brasil do antigo sistema colonial português para os quadros do imperialismo inglês.

A Inglaterra era a potência mais industrializada da época e, com o tratado de 1810 (que fixava em 15% o imposto de importação sobre mercadorias inglesas, enquanto os próprios produtos portugueses eram taxados em 16% e o dos demais países em 24%) conseguiu comprometer a economia da colônia portuguesa (LIMA, 1997), tornando-a dependente, importadora de manufaturas e especializada na agricultura de exportação, cultivada por mão de obra escrava.

A mudança da Corte para o Brasil, em 1808, não provocou nenhuma transformação importante no panorama sócio-econômico da região. As tensões persistiram: de um lado, os monopolistas com amplos poderes; de outro, a junta da Real Fazenda, que recorria à política de empréstimos públicos para cobrir os prejuízos causados pela corrupção. Além disso, a escassez de produção de gêneros de primeira necessidade, agravada pelas secas periódicas da região, aumentava os conflitos. Pouco a pouco, pioravam as relações entre a aristocracia nativa e os antigos mercadores que articulavam o sistema colonial português.

As reclamações endereçadas ao rei por muitos senhores de engenho solicitavam a extinção das companhias de comércio pombalinas que atuavam na região e que representavam barreiras à liberdade de comércio. Desde 1800,

chegavam às câmaras da capitania de Pernambuco ofícios que denunciavam as articulações entre os ricos que, associados, compravam todo o gado para impor o preço que lhes satisfaziam. Assim, a carestia estava na base do movimento de massa que envolveu uma grande área nordestina e acelerou os mecanismos que levaram aos conflitos de 1817. (LIMA, 1996, p. 496-497)

No Recife, por outro lado, começava a configurar-se uma incipiente camada de comerciantes nacionais mais prestigiosos, que participaram do evento de 1817. As velhas linhas legadas pelo monopólio comercial português, portanto, não interessavam aos ingleses, aos donos das grandes lavouras ou à burguesia emergente. (TAVARES, 1917, p. 47)

A forte seca de 1816 (LEITE, 1984, p. 17), ocorrida num momento desfavorável da conjuntura econômica, acelerou a crise. As tensões sociais e políticas da região transformaram-se, então, em revolta armada. À época, os Estados Unidos viviam uma fase de relativa elaboração democrática. Junto a isto, os interesses comerciais norte-americanos na América do Sul conduziram à ação de líderes revolucionários nordestinos, que procuravam modelos externos para desenvolver suas ações.

Outras forças externas chegaram a agir diretamente no Nordeste, através dos agentes comerciais, militares ou consulares das potências mais ativas (Inglaterra, Estados Unidos e França), deteriorando as relações entre a aristocracia nativa e os antigos mercadores coloniais. (LEITE, 1984)

A dependência brasileira em relação à Inglaterra estava definida, sobretudo, devido aos tratados de comércio de 1810. Isso, somado aos interesses econômicos entre ingleses e os grandes proprietários rurais (os dois grupos queriam se livrar de Portugal e de relações comerciais arcaicas), levou à cumplicidade da Inglaterra. (LEITE, 1984, p. 30-31)

Algumas das maiores articulações entre revolucionários do mundo ibero-americano ocorreram em Londres, onde se podia contar com apoio financeiro e militar, assim como com auxílio de instituições supranacionais acobertadas pela maçonaria. (QUINTAS, 1985, p. 217; MOTA, 1972, p. 49).

A intensa importação de ideia francesa, a infiltração no Nordeste de comerciante europeus e norte-americanos e a influência dos movimentos emancipacionistas da América espanhola acabaram acelerando as contradições existentes em Pernambuco e em outras regiões, refletindo-se em conflitos e insurreições.

Quando o processo atingiu pontos profundos no Nordeste, a aristocracia nativa procurou modelos e contatos externos, baseando-se sobretudo no exemplo dos Estados Unidos. Uma das primeiras medidas dos revoltosos de 1817 foi enviar uma carta ao presidente americano oferecendo “liberdade absoluta de comércio convosco” e lembrando “vossa brilhante revolução, que procuramos imitar”. (TOLLENARE, 1978, p.305). A carta foi levada por Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, encarregado de “pedir auxílio e oferecer aos comerciantes americanos, por vinte anos, os gêneros de Pernambuco livres de direitos” (TOLLENARE, 1978, p.308)

2.2 A REVOLUÇÃO DE 1817: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO MOVIMENTO

Como contraponto ao silenciamento da historiografia oficial do século XIX sobre os acontecimentos de 1817, citamos 3 autores com obras produzidas à época sobre o movimento revolucionário: Louis François Tollenare (cujas “Notas Dominicais” foram publicadas em 1978 pela secretaria de educação de Pernambuco), Oliveira Lima (*Pernambuco no seu desenvolvimento histórico*) e Francisco Muniz Tavares (*História da Revolução em Pernambuco de 1817*).

Tollenare, viajante e comerciantes francês que testemunhou os acontecimentos de 1817 e sobre eles escreveu, cita o ofício feito pelo governo português, em 29 de março de 1817, alertando sobre a insurgência dos revoltosos e sobre o perigo estratégico da ação das tropas lusitanas frente ao avanço do movimento revolucionário.

Pessoalmente, persisto em considerar este ato como muito perigoso, sobretudo porque não se dispõe aqui dos meios necessários para agir imediatamente contra os rebeldes e, se este mal contagioso ganha qualquer pequena vantagem em direção ao norte, não vejo

como se poderá fazer face à insurreição. Acabo de receber alguns dados que me levam a supor que a Paraíba já manifestou mais do que sintomas alarmantes. O exemplo será terrível, se os revoltosos não forem forçados a fugir em poucos dias (TOLLENARE, p. 882-884)

Em contato direto com os líderes do movimento, percebe-se em seus escritos que boa parte da população pernambucana não tinha uma consciência plena dos ideais libertários que influenciavam as lideranças da Revolução 1817, estando aquela em luta por melhorias nas suas condições de vida ou por questões econômicas.

Disse, há poucos dias, ao padre João Ribeiro que deveria publicar uma gazeta para doutrinar o povo, que nada compreende do que se vai fazer. Assegurei-lhe que um grande número de indivíduos da classe média não se considerava em revolta contra o rei, crendo somente haverem expulso um mau governador, e esperavam receber um melhor da corte do Rio de Janeiro. 'Convém-nos deixá-los neste erro', respondeu-me o padre. (TOLLENARE, p. 898)

De acordo com Oliveira Lima, na obra *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*, a Revolução Pernambucana de 1817 foi:

A única revolução brasileira digna desse nome e credora de entusiasmo pela feição idealista que a distinguiu e lhe dá foros de ensinamento cívico, e pela realização prática que por algum, embora pouco, tempo lhe coube. Eu lhe disse uma vez que foi instrutivo pelas correntes de opinião que no seu seio se desenharam, atraente pelas peripécias, simpática pelos caracteres e tocante pelo desenlace. Foi um movimento a um tempo demolidor e construtor, como nenhum outro entre nós e como nenhuma outra em grau superior, na América espanhola. (LIMA, 1975, p. 178)

Na mesma obra, Oliveira Lima salienta a importância da Lei Orgânica desenvolvida pelos revoltosos:

O projeto da primeira constituição pernambucana registrava as várias liberdades, de imprensa, de opinião e outras, e encerrava a separação dos poderes executivo, Legislativo e judicial, exercido o primeiro por um só indivíduo, eleito temporariamente e mediante largo sufrágio direto, sendo igualmente eletivos os dois outros, inamovível porém o terceiro. (LIMA, 1975, p.259)

No prefácio do livro *História da Revolução em Pernambuco de 1817*, publicado em 1840 por Francisco Muniz Tavares, o autor escreveu sobre o

movimento: “A revolução de Pernambuco em 1817, se bem que muito pouco durasse, fará sempre época nos anais do Brasil; tempo virá, talvez, em que o dia 6 de março será para todos os brasileiros um dia de festa nacional”. Este livro traz uma contextualização do processo que levou à formação da revolução e da proclamação do governo provisório.

Cabe ressaltar que Muniz Tavares foi o primeiro presidente do IAHGP, criado em 1862. De acordo com Evaldo Cabral de Mello (1997, p. 68), o instituto pernambucano contribuiu com a construção de uma narrativa nacional por uma perspectiva menos centralista que a desenvolvida pelo IHGB. A Revolução de 1817 foi mais valorizada, o que explica a nomeação de Muniz Tavares para presidência do instituto pernambucano, uma vez que ele foi participante do movimento.

Ainda na mesma obra, Tavares aponta a participação de diversos segmentos sociais na Revolução de 1817, dentre eles integrantes da maçonaria:

Entre os amantes da República, figuravam alguns maçons ou pedreiros livres. Esta sociedade secreta, respeitada por ser misteriosa, e condenada cegamente como tal, diz-se que em tempo assaz remoto fora instituída com o louvável fim de confraternizar os homens, e incitá-los à prática das virtudes morais, concedendo aos seus membros plena garantia de pensar, oferecendo mútua comunicação de ideias e socorros. (TAVARES, p.75)

A Revolução Pernambucana de 1817 vai além de seus próprios limites cronológicos (6 de março a 19 de maio): mesmo antes do primeiro motim, a efervescência revolucionária já vinha se desenvolvendo. Tanto que, na eclosão do movimento, as proclamações do Governo Provisório instalado no Recife já articulavam perfeitamente as várias categorias: agrícolas, comerciais, militares e eclesiásticas.

Há indícios (TAVARES, p.89) de que a data para a eclosão do movimento havia sido marcada para o dia 16 de março. No entanto, uma denúncia feita ao desembargador José da Cruz Ferreira, em 1º de março, alertou as autoridades e precipitou medidas repressivas. Convocou-se para o dia 6, na Fortaleza das Cinco Pontas, no Recife, um Conselho de Guerra. Paralelamente, foram detidos vários

líderes civis. Mas no mesmo dia eclodiu um motim militar, sob a liderança dos capitães José de Lima Barros (vulgo Leão Coroado) e Pedro da Silva Pedroso, e dos tenentes Antônio Henriques e José Mariano de Albuquerque Cavalcanti. Ao saber disso, o governador refugiou-se na Fortaleza do Brum (imagem 7), onde se renderia, pouco depois, sem oferecer resistência. De acordo com Manuel Correia de Andrade, na obra *A Revolução Pernambucana de 1817*, houve reação à tentativa do brigadeiro Barbosa de Castro de prender oficiais envolvidos na revolução, com a tomada do quartel em 06 de março:

O capitão José de Barros Lima, o Leão Coroado, reagiu à prisão e matou o brigadeiro. Imediatamente, os grupos rebelados tomaram o quartel e saíram às ruas, fazendo recuar os reforços militares que vinham do palácio. Os revoltosos levaram a melhor e ocuparam os bairros de Santo Antônio e do Recife, no centro da cidade. (ANDRADE, 1997, p.16)

Imagem 8: Gravura retratando o Forte do Brum, onde se escondeu o governador de Pernambuco.



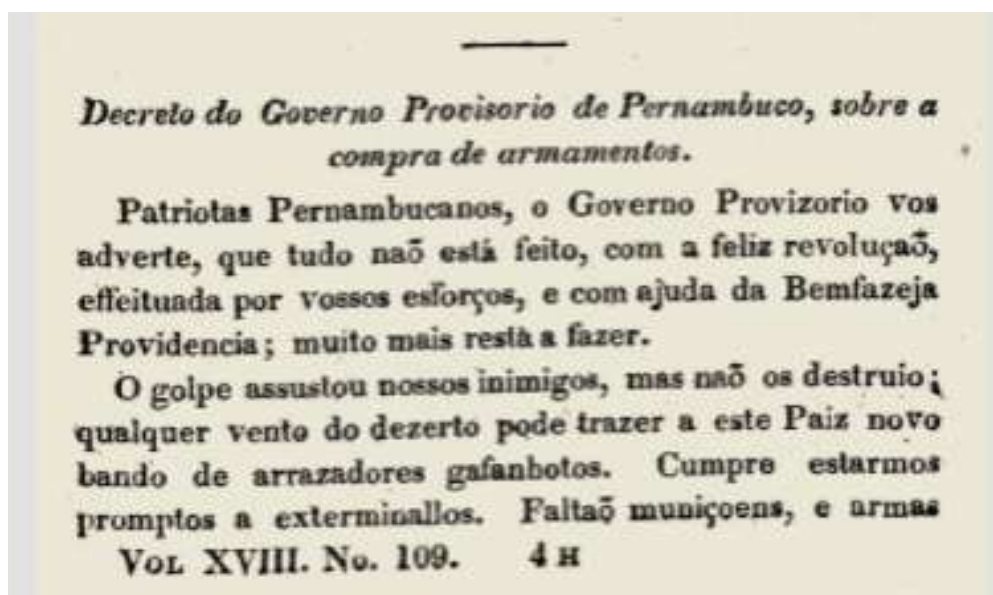
Fonte: Catálogo do Acervo Cartográfico do Museu da Cidade do Recife, 2020, p.12

2.3 O GOVERNO PROVISÓRIO

No dia seguinte, o golpe consolidou-se com a constituição de um Governo Provisório encabeçado por Manuel Correia de Araújo, representante da agricultura; Domingos José Martins, do comércio; Padre João Ribeiro, do clero; José Luís de Mendonça, da magistratura e Domingos Teotônio Jorge, das Forças Armadas. Tinham como secretário o Padre Miguelinho e eram assessorados por um conselho composto por Antônio de Moraes e Silva, José Pereira Caldas, o Leão Bernardo Luís Ferreira Portugal, Gervásio Pires Ferreira e o ouvidor de Olinda Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

Na imagem 9 abaixo, uma nota publicada pelo Governo Provisório, no jornal de tendência liberal *Correio Braziliense* (maio de 1817, p. 552-553), alerta aos “patriotas” que apesar na instauração do golpe pelos revolucionários, fazia-se necessária a compra de armas e de munições para vencer as tropas portuguesas.

Imagem 9: Nota publicada no jornal *Correio Braziliense* sobre a Revolução de 1817



Fonte: *Correio Braziliense*, nº 108, maio de 1817 *apud* COSTA, 2002, p.552-553.

O uso do termo “patriota”, como se vê no recorte do *Correio Braziliense*, foi assunto debatido no livro *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*, da autora Glacyra Lazzari Leite. Segundo a historiadora, o termo patriota foi ressignificado a partir da Inconfidência Mineira e referia-se aos insurgentes. Com a

eclosão da Revolução Pernambucana de 1817, o termo patriota ganhou popularidade, referindo-se àqueles que eram revolucionários, que estavam insatisfeitos com o governo imperial e ganhou aspecto identitário.

Na obra citada, Leite analisa como a crise que se desenvolveu à época da revolução de 1817 na estrutura colonial interferiu na economia da província de Pernambuco. No desenvolvimento da obra, a autora concentra-se, principalmente, em entender as causas dos acontecimentos de 1817 e atribui a eclosão da revolução a uma resposta dado pelos revolucionários à crise estabelecida no sistema colonial, mencionando rivalidade travadas entre os produtores brasileiros de açúcar e algodão e os comerciantes portugueses, que lucravam em cima do que era produzido pelos brasileiros.

Sobre o governo provisório instaurado em 1817, escreve Evaldo Cabral de Mello, na obra *Outra Independência: o Federalismo Pernambucano de 1817 a 1824* (2004), obra na qual o autor se debruça sobre o processo de independência tendo como ponto de partida Pernambuco:

O Governo Provisório não invocava os direitos do Brasil, mas o descumprimento pelos Braganças do pretendido pacto com a capitania, segundo o mito constitucional de que a restauração do domínio português no século XVII tivera a contrapartida de isenções de natureza fiscal e administrativa por parte da Coroa. Daí, a autoproclamação de Dezanove como a “segunda restauração de Pernambuco”, consoante rezava a fórmula dos seus impressos oficiais. (CABRAL 2004, p.45-46)

A grande contribuição da obra de Evaldo Cabral de Mello foi levar o foco do processo que conduziu à independência do Brasil para outras partes do país, distantes do Rio de Janeiro. Nesse contexto, a Revolução de 1817 aparece como um projeto de emancipação política construído pela aristocracia pernambucana, insatisfeita com as ações da Corte Portuguesa.

Na obra *Outra Independência: o Federalismo Pernambucano de 1817 a 1824*, Evaldo Cabral classifica a Revolução Pernambucana de 1817 como libertária, federalista e republicana, mas afirma não ser o movimento separatista, uma vez que sua pretensão era a criação de um autogoverno para Pernambuco.

O objetivo do governo revolucionário era o sistema republicano e a implementação de uma nova bandeira, de novos tratamentos e de novos costumes. Logo abaixo (imagem 10), na pintura em óleo sobre tela de Antônio Parreiros, vemos a representação do momento de criação da bandeira da república proclamada pelos revolucionários de 1817.

Imagem 10: A obra “Benção das Bandeiras de 1817”, pintura de Antônio Parreiros, retratando a criação da bandeira para a república proclamada. Em 1917, tornou-se a bandeira oficial do estado de Pernambuco.



Fonte: CARVALHO, Gilberto Vilar de. A liderança do clero nas revoluções republicanas, 1817 – 1824. Petrópolis Vozes, 1980, p.77.

A partir da obra *A Outra República*, organizada por Leonardo Dantas (1990) possível acessar documentos do Governo Provisório, como a Lei Orgânica. No texto que o Governo Provisório enviou a todas as Câmaras das comarcas que formavam a antiga capitania, delimitavam-se os poderes do Governo Provisório da República de Pernambuco, vigentes enquanto não se conhecesse a Constituição elaborada pela Assembleia Constituinte a ser convocada. De acordo com o Art. 1º da Lei Orgânica:

Os poderes de execução estão concentrados no Governo Provisório, enquanto não se conhece a Constituição do Estado, determinada pela Assembleia Constituinte que será convocada assim que se incorporarem as comarcas que formavam a antiga capitania e ainda

não têm abraçado os princípios da independência. (DANTAS, 1990, p.55)

Dentre os princípios estabelecidos pela lei orgânica destacava-se o da liberdade de pensamento (“É proibido a todos os patriotas o inquietar e perseguir alguém por motivo de consciência”) e o de liberdade de imprensa (sendo vedados, porém, os ataques à Igreja, à Constituição, etc.). De acordo com o Art.23, a religião era a católica romana, sendo as outras “toleradas”. O Art. 25 da Lei Orgânica estabelecia que estavam: “o autor de qualquer obra e seu impressor sujeitos a responder pelos ataques feitos à Religião, à Constituição, bons costumes e caráter dos indivíduos na maneira determinada pelas leis em vigor.”

O último artigo limitava o período de vigência do governo Provisório dentro do prazo de ultimação da Constituição do Estado. Se a Assembleia Constituinte não fosse convocada dentro de um ano ou se a Constituição não estivesse concluída no espaço de três anos, entraria “o povo no exercício da soberania para delegar a quem melhor cumpra os fins de sua delegação”.

Outra importante medida foi a abolição do alvará de 20 de setembro de 1812, que incidia na esfera da tributação, sobretudo da carne, de loja de fazendas e molhados, embarcações, etc. A Lei Orgânica criada em 1817 estabelecia ainda, no que se referia aos estrangeiros, que seriam considerados “patriotas” os “europeus naturalizados e estabelecidos” que comprovassem sua adesão ao “partido da regeneração e liberdade” (DANTAS, 1990, p.57)

Para Mota (1972), o movimento de 1817 foi um acontecimento que, junto à Inconfidência Mineira e à Conjuração Baiana, contribuiu para despertar uma consciência nacional que levaria, cinco anos depois, à independência. O autor, na obra *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*, classifica os acontecimentos daquele ano como uma insurreição e afirma que o movimento de 1817 não pode ser considerado uma revolução por não romper com a escravidão: “[...] nenhuma alteração essencial foi notada no nível das relações de produção: pelo contrário, a independentização relativa dos setores ligados à grande propriedade pressupunha como requisito básico a manutenção da ordem escravocrata” (MOTA, 1972, p.286)

Estas ideias são reforçadas na obra, na seguinte passagem:

O ano de 1817 registra para o Nordeste um amplo movimento insurrecional – não ousaríamos dizer revolucionário – ao qual não estiveram indiferentes as massas populares. Não se trata mais também, de movimentos circunscritos aos núcleos urbanos, ou às elites insatisfeitas com o peso da tributação. Um projeto revolucionário foi esboçado e tentou-se a desarticulação da ordem escravocrata, sem êxito: o poder foi tomado a 06 de março e, em Recife, polo dinamizador de vasta hinterlândia, os insurgentes permaneceram 74 dias na direção da “república”, operando no núcleo dos encadeamentos em curso. (MOTA, 1972, p.1-2)

2.4 A REPRESSÃO AO MOVIMENTO DE 1817

No fim do primeiro mês revolucionário, diante do perigo do desmembramento da revolução em Pernambuco e na Paraíba, o Padre João Ribeiro escrevia sobre a necessidade da melhor articulação entre as capitanias de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará, que deveriam formar uma só República.

O padre João Ribeiro, a mais notável e a mais tocante das personagens da revolução, teve a pronta intuição de que era pouco viável a organização autônoma de tantas pequenas repúblicas. Elas deviam formar constelação, ligar-se por laços políticos indissolúveis e consagrar essa união erigindo uma capital geograficamente central. (IAHGP, edição comemorativa, p.43)

Enquanto isso, o movimento ia se espalhando interna e externamente. Na Paraíba, começou em Itabaiana, sob a liderança de Amaro Gomes Coutinho. No dia 16 de março, atingiu a capital. No Rio Grande do Norte, o movimento somente se caracterizou a 28 de março, sob a liderança de André de Albuquerque Maranhão, um senhor de engenho.

Dois importantes emissários foram enviados ao Ceará e à Bahia. O Padre José Martiniano de Alencar (pai do escritor José de Alencar) encarregou-se da primeira missão. Entretanto, foi detido no Crato. As palavras do Padre Alencar ao povo cearense remetiam “às opressões que vinham sofrendo, desde muito tempo, por parte da Coroa portuguesa, e aos bens que adviriam de não serem mais governados por ‘ladrões que vinham chupar a nossa substância’” (LEITE, 1984, p. 53).

O Cabugá e Domingos Pires foram para os Estados Unidos; Félix Tavares de Lima, para Buenos Aires e emissários foram enviados à Inglaterra. A revolução começava a se afirmar.

José Inácio Abreu e Lima, o Padre Roma, foi preso pela polícia do conde dos Arcos, antes de chegar à Bahia e acabou fuzilado. Levava sessenta cartas assinadas por Domingos José Martins e pelo Governo Provisório para serem entregues a patriotas baianos. Da Bahia, o conde dos Arcos mandou por terra tropas comandadas pelo Marechal Cogominho de Lacerda e, por mar, um brigue, uma corveta e uma escuna, sob o comando do Capitão Rufino Pires Batista, com o objetivo de bloquear o Recife e os portos adjacentes, dominados pelos revolucionários. Na “Proclamação aos Habitantes de Pernambuco”, realizada em 21 de março de 1817, o conde dos Arcos, governador da Bahia, colocava-se contrariamente à revolução de 1817, vendo o movimento como traição à monarquia e disse “constar que o Teatro onde brilhava a fidelidade de Fernandes Vieira Camizão, Henric

Neste sentido, a ligação entre o conhecimento sobre o patrimônio cultural, que representa a história de diferentes grupos, em diferentes localidades e a socialização, preservação e manutenção das identidades culturais, tem nos espaços educativos, bem como nas aulas de História, um campo fértil para uma compreensão dos acontecimentos de 1817.

3 A CIDADE COMO ESPAÇO EDUCATIVO E O PATRIMÔNIO CULTURAL: CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE, DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO CONHECIMENTO HISTÓRICO E FORTALECIMENTO DE MEMÓRIAS COLETIVAS

Neste segundo capítulo, trataremos de alguns conceitos que norteiam a pesquisa, dentre os quais estão *cidade educadora*, *patrimônio*, *educação patrimonial*, *memória* e *identidade*. Estes conceitos-chave interligam-se e dialogam com a proposta do trabalho de conduzir os estudantes a um melhor entendimento da Revolução Pernambucana de 1817, tendo-se os patrimônios culturais da cidade do Recife como fontes para o estudo deste fato histórico, através de técnicas da educação patrimonial e da exploração dos potenciais educativos da cidade.

Será possível, por exemplo, adentrar o Forte das Cinco Pontas (erguido pelos holandeses, palco da Revolução de 1817 e, atualmente, sede do Museu da Cidade do Recife), no coração do Recife, e não mensurar o seu papel na história pernambucana e na construção da identidade local?

A cidade do Recife, portadora de um rico acervo cultural, tem seu potencial educativo ainda subutilizado no ensino da História. Até mesmo entre moradores antigos da capital, há desconhecimento sobre a história por trás dos diversos patrimônios culturais espalhados pelas ruas do centro. Prédios e esculturas até são conhecidos e, muitas vezes, chamam atenção pelo valor estético, mas nem sempre o valor histórico que carregam é conhecido pelas diversos transeuntes da Veneza Brasileira. É no propósito de democratizar o acesso ao conhecimento histórico acerca do estado e de seus patrimônios, pensando como o Recife como cidade com potencial para ser pedagogicamente educadora, que esta segunda parte do trabalho é construída.

3.1 CIDADE EDUCADORA

Que função pode desempenhar uma cidade? Em geral, tendemos a relacioná-la aos papéis turísticos, portuários, comerciais, industriais, de prestação de

serviços ou, ainda, apontarmos o local como uma cidade-dormitório. Contudo, além das funções tradicionais, as cidades podem ter também grande potencial educativo.

Se pensarmos na obra “A República”, de Platão, veremos que ter a cidade como espaço capaz de levar educação, conhecimento e formação política voltada para a cidadania já era uma realidade na Grécia Antiga. Nesta obra, o filósofo grego enfatiza a importância da educação para a formação de pessoas virtuosas e para a construção de uma sociedade justa.

Para que a cidade cumpra um papel educativo junto à sociedade e para que se possa, paralelamente, haver a atuação do professor como intelectual transformador, é necessário que exista uma intencionalidade pedagógica, com mediação e intervenção por parte do governo local e/ou por parte de instituições de ensino, como escolas e universidades.

Uma práxis contradisciplinar adotada por intelectuais transformadores não seria efetiva se tivesse como público somente as pessoas nas universidades. Em vez disso, ela deveria ocorrer de maneira mais abrangente com o público. Embora muitas universidades sejam instituições públicas, raramente as consideramos parte da esfera pública. (GIROUX, 1997, p. 188)

É a intencionalidade pedagógica que faz com que a cidade tenha potencial educativo. Devemos salientar que a LDB 9394/96 (Brasil, 1996), em seu artigo I, enfatiza que o processo de aprendizagem de um indivíduo não se restringe aos muros de uma escola.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

No artigo seguinte, a LDB 9394/96 (Brasil, 1996) reforça, ainda, que não é apenas da escola o papel de educar, ampliando a responsabilidade para outras dimensões da vida do estudante. Também deixa explícito que o processo de formação educacional deve ser voltado para formação de cidadãos.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ao abordar os processos formativos e a questão de construção de cidadania, a Lei de Diretrizes e Bases, sancionada em 1996, vai ao encontro das perspectivas sobre as dimensões da aprendizagem de Piaget(1999) e de Vigotski(1991). Também percebe-se nos artigos da lei forte influência do ideal freireano de escola-cidadã(1968).

Foi Paulo Freire quem desenvolveu o conceito de cidade educadora, centralizada na ideia de que a cidade é um direito de todos e é um espaço de disputas políticas, em diálogo com a ideia de escola-cidadã. Para Freire(1993, p.23):

enquanto educadora, a Cidade é também educanda. Muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exerçamos o poder na Cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de quê e de quem a fazemos.

O conceito de cidade educadora consolidou-se na década de 1990, com o Congresso Internacional das Cidades Educadoras, realizado na Espanha. Compreender o que é uma cidade educadora é fundamental para o entendimento desta pesquisa. Segundo Gadotti(2006, p.139):

Na cidade que educa, o cidadão caminha sem medo, observando todos os espaços. Temos que aprender a nos locomover na cidade, caminhar muito por nossas ruas. (...) Precisamos saber onde a gente se encontra. Como sujeitos da cidade, necessitamos nos sentir cidadãos. A cidade nos pertence e, porque nos pertence, participamos da sua construção e da sua reconstrução permanente. Precisamos conhecer os equipamentos culturais da cidade. Qualquer programa que tenta interconectar os espaços e equipamentos é fundamental, pois desconhecemos a nossa própria cidade ou subutilizamos as suas potencialidades. Precisamos empoderar educacionalmente a todos os seus equipamentos culturais. A cidade é o espaço da cultura e da educação. Existem muitas energias sociais transformadoras que ainda estão adormecidas por falta de um olhar educativo sobre a cidade. Esse é o objeto da pedagogia da cidade.

No Brasil, vinte locais estão associados na Rede Brasileira de Cidades Educadoras: Araraquara (SP), Camargo (RS), Carazinho (RS), Curitiba (PR),

Gramado (RS), Guarulhos (SP), Horizonte (CE), Marau (RS), Mauá (SP), Nova Petrópolis (RS), Santiago (RS), Santo André (SP), Santos (SP), São Bernardo do Campo (SP), São Carlos (SP), São Gabriel (RS), São Paulo (SP), Soledade (RS), Sorocaba (SP), Vitória (ES).

As cidades educadoras brasileiras concentram-se no eixo sul-sudeste do Brasil, sobretudo nos estados de São Paulo e de Rio Grande do Sul. No Nordeste, apenas o Ceará possui uma cidade educadora. Embora Recife não faça parte do grupo das 20 cidades-educadoras existentes no Brasil, percebemos uma forte movimentação por meio da sociedade civil, dos coletivos urbanos e de membros das instituições de ensino e de pesquisa para explorar o potencial educativo da cidade, para ocupá-la e para preservar as memórias e a história local.

Na última década, Recife protagonizou um movimento de luta pelo direito à cidade, liderado pelos grupos Ocupe Estelita e Direitos Urbanos. Em 2012, uma área pública do cais de Santa Rita, no centro do Recife, foi leiloada pela prefeitura e arrematada pelo Consórcio Novo Recife, com o objetivo de se construir prédios de luxo. Tal ação gerou revolta em diversos segmentos sociais, fazendo com que houvesse atuação dos movimentos sociais no sentido de alertar a população sobre os impactos sociais, culturais e históricos do empreendimento no local.

Além da questão de descaracterização urbanística, os debates giraram em torno do direito à memória como premissa para a cidadania, do direito à cidade, da necessidade de políticas públicas que visassem a preservação do rico patrimônio cultural ali existente, uma vez que no cais funcionou a antiga Rede Ferroviária Federal e existiam galpões abandonados que remetiam ao período do ciclo do açúcar.

Opondo-se a um projeto excludente que não permitia que toda a sociedade pernambucana fizesse uso do espaço público que fora leiloado, a proposta, então, dos movimentos era que o Estelita tivesse sua função ressignificada, com a criação de um espaço cultural de convivência que preservasse as memórias do lugar e que pudesse servir como equipamento educativo para a população recifense, capaz de formar cidadãos conscientes de sua história. Para pensarmos cidadania como

espaço de lutas e de confrontos, tomamos de empréstimo as reflexões de Pinsky (2003, p. 9):

Afinal, o que é ser cidadão?

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.

Trazemos este fato para demonstrar que a nossa proposta de ensinar a Revolução Pernambucana de 1817 por meio dos patrimônios e dos monumentos históricos vai ao encontro dos debates existentes na cidade do Recife sobre os espaços de memória e sobre a importância da ocupação dos espaços públicos por todos os segmentos sociais.

Enquanto membro de instituições de ensino (enquanto corpo docente) e de pesquisa (enquanto discente de mestrado), busca-se com esta pesquisa a utilização dos pressupostos das cidades educadoras para construção de uma prática pedagógica que incentive a cidadania e que articule processos educativos na cidade do Recife, ensinando aos jovens cultura, memória local, valorização da história onde vivem e incentivando a ocupação dos aparelhos culturais, a intervenção e a experimentação do território de maneira diferente da tradicional.

A prefeitura da cidade do Recife, em parceria com Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) já demonstrou sinais de trilhar o caminho das cidades educadoras ao intervir nos equipamentos culturais com a colocação de placas na cidade por meio do projeto História nas Paredes, que tem o objetivo de lembrar fatos da história da cidade, revoluções e personalidades.

Abaixo (imagem 14), está a capa do Jornal do Commercio (2016). Nela, é possível ver uma manchete retratando o Projeto História nas Paredes, destacando algumas placas localizadas em bairros do centro do Recife, como é o caso daquelas localizadas na Rua da Amizade, na Rua das Pernambucanas e na Rua da Amizade

(as três no bairro das Graças) e uma quarta placa localizada na Rua do Imperador, no bairro de Santo Antônio. Elas ilustram e representam as quase 300 placas feitas em azulejo que contam um pouco da história do nome das ruas, dos bairros e dos patrimônios culturais do Recife.

Imagem 14: Capa do Jornal do Commercio retratando, dentre outras coisas, placas que fazem parte do Projeto História nas Paredes e que podem ser encontradas, facilmente, pelas ruas do Recife.



Fonte: Jornal do Commercio, 17 de jan. de 2016.

Nesse projeto, há um circuito com placas alusivas à Revolução de 1817 que são importantes ferramentas educativas e permitem que o processo de aprendizagem ocorra além das instituições tradicionais de ensino, dando ao território da cidade possibilidade de produção de processos formativos. Saberes históricos locais articulados com os potenciais educativos produzem territórios educativos.

A foto abaixo (imagem 15) faz parte da cartilha “A Revolução Pernambucana de 1817 contada pelos cenários de sua própria História”, que foi distribuída no ano do bicentenário da revolução. O material foi resultado de parcerias entre a Grande Loja Maçônica de Pernambuco, a Prefeitura do Recife, o IAHGP e o governo do estado de Pernambuco. A cartilha conta um pouco do projeto História nas Paredes, faz um resumo da Revolução Pernambucana, enumera os locais que foram palco dos acontecimentos do movimento, exhibe gravuras dos locais e contando um pouco do que se desenrolou em cada um deles.

Os locais mostrados na imagem X, retratados na frente da cartilha, são: 1-Quartel de Artilharia(hoje Edifício Seguradora, na esquina com a avenida Dantas Barreto), 2-Edifício do Erário Régio (hoje Palácio do Campo das Princesas), 3-Campo do Erário Régio/Campo de Honra, 4-Cadeia Nova, onde hoje é o Arquivo Público Estadual, 5-Palácio Velho(Palácio dos Jesuítas do Recife), onde hoje funciona o Fórum Thomaz de Aquino e 6-Ponte do Recife/Ponte 7 de Setembro/Ponte Maurício de Nassau. Esses seis locais estão localizados no centro da cidade do Recife.

Imagem 15: Frente da cartilha que retrata os cenários dos acontecimentos da Revolução Pernambucana de 1817.



Fonte: Material disponibilizado pelo presidente do IAHPG, Silvio Amorim, para esta pesquisa.

O verso da cartilha encontra-se abaixo (imagem 16), que tem como locais retratados: 7- Forte do Brum (em Recife) 8- Forte das Cinco Pontas (em Recife) e o 9-Seminário de Olinda (no sítio histórico de Olinda).

Imagem 16: Verso da cartilha que retrata os cenários dos acontecimentos da Revolução Pernambucana de 1817.



Fonte: Material disponibilizado pelo presidente do IAHGP, Silvio Amorim, para esta pesquisa.

Salientamos que o estabelecimento de uma relação exitosa entre a escola e cidade deve passar sempre pelo diálogo entre os entes envolvidos. A mobilização para que o Recife se transforme em uma cidade educadora, na acepção de explorar os seus potenciais educativos, só é possível por meio de parcerias, buscando-se um diálogo mais próximo das universidades e das escolas com o território onde estão inseridos, inclusive com a abertura dos currículos destas instituições para a cidade.

É este estreitamento entre os conhecimentos acadêmicos, o currículo escolar e os potenciais educativos do Recife que buscamos estabelecer neste trabalho.

3.2 PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A partir da compreensão de que a cidade pode se tornar uma importante ferramenta pedagógica para o ensino de História, propomos a busca do entendimento de como esse potencial pode ser explorado através do rico acervo patrimonial existente no Recife. A dita “Veneza Brasileira”, através de seus prédios, dos seus fortes, de suas pontes e de seus diversos monumentos, é capaz de nos transportar para fatos históricos ocorridos há mais de 200 anos e nos possibilita uma leitura privilegiada das diversas fases da Revolução Pernambucana de 1817.

Como este trabalho se vale das placas explicativas como instrumento para construção do conhecimento histórico junto aos alunos, acreditamos ser importante entendermos o que é um monumento, antes de darmos início à discussão do conceito de patrimônio e das modificações surgidas na compreensão do que se entende como patrimônio cultural. As placas alusivas à Revolução Pernambucana de 1817 além de contarem sobre a história dos monumentos contemporâneos ao acontecimento histórico estudado, também podem ser entendidas como monumentos, uma vez que guardam em si o papel de guardiães de memórias através de narrativas de historiadores tidas como testemunhos do período.

O monumento, segundo Françoise Choay, tem grande impacto sobre a memória e é uma forma de defesa contra a transitoriedade da vida implementada por povos de diferentes culturas e tempos históricos. A principal função de um monumento, portanto, é memorial. É trazer para o presente as memórias de algo que já ocorreu ou buscar construir a memória de um fato para o futuro. Contudo, ao longo do tempo, essa função foi se esvaziando com a criação de memórias artificiais, como a imprensa, a grafia impressa e a fotografia.

Choay (2006, p. 25) traça ainda uma diferença entre monumentos (cujo destino foi pensado a priori) e monumentos históricos (cujo destino foi pensado a

posteriori e surge como tal através do olhar do historiador). Segundo a autora, o monumento já surge com a finalidade de ser um testemunho de um determinado acontecimento histórico, tendo a função de resguardar a memória do tal acontecimento para posterior apreciação. Enquanto isso, o monumento histórico não carrega a intencionalidade memorialista em sua criação, tornando-se um testemunho de uma época a partir da perspectiva de análise do historiador.

Para Françoise Choay, há uma estreita relação entre emoção, memória e monumento.

Em primeiro lugar, o que se deve entender por monumento? O sentido original do termo é o do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* ('advertir', 'lembrar'), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. [...] A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2006, p. 17).

Para Dominique Poulot, na obra *Museu, nação, acervo*, os bens patrimoniais são objetos capazes de evocar o passado e remeter à história de uma época:

Os objetos 'patrimoniais', documentos e monumentos, testemunhos de uma época, de pessoas e de eventos passados, separados de seu meio de origem, quer porque perderam sua função e sua utilidade, quer porque foram mutilados, modificados ou destruídos em maior ou menor grau, manifestam um vínculo físico entre nós e o outro desaparecido: eles têm um potencial de evocação. (POULOT, 2003, p. 34).

Pensar o monumento histórico em associação à ideia de patrimônio histórico conduz à conservação incondicional do mesmo. O conceito de patrimônio modificou-se ao longo do tempo, sendo pauta de áreas como a História, a Arquitetura e a Antropologia. Progressivamente, as discussões patrimoniais deixaram de estar restritas aos espaços oficiais do saber e passaram a ser interesse

de políticos e da sociedade como um todo, tornando-se um campo de disputa de poder pela valorização de memórias.

Nessa perspectiva, elencamos algumas discussões a serem trabalhadas, dentre as quais: 1) o que é um patrimônio, 2) as classificações existentes sobre o patrimônio, 3) o tipo de patrimônio utilizado nesta pesquisa, 4) o debate historiográfico atual acerca dos conceitos de patrimônio e das metodologias da educação patrimonial, 5) as relações entre ensino de história e patrimônio.

Na obra *Lugares de Memória*, de Pierre Nora (1993), é salientado que narrativas historiográficas sobre o patrimônios, em diferentes contextos, estiveram vinculadas a um lugar social oficial, o Estado. O financiamento estatal para órgãos de preservação do patrimônio, a exemplo de museus e de arquivos, tinha como propósito a construção de símbolos identitários.

A palavra patrimônio deriva do latim *patrimonium*, tendo como significado o que se recebe/ se herda de uma família, estando relacionado para os romanos, durante a Idade Média, a bens materiais e ao paterfamilias. O conceito de patrimônio surge num contexto jurídico de formação do direito romano e ligava-se à herança. Ou seja, o patrimônio era tudo aquilo que foi acumulado na forma de bens individuais e que se tornava passível de ser herdado pelos familiares na Sucessão Testamentária. Sobre o conceito de patrimônio para os romanos, assinala Poulot:

Para o direito romano, responsável pela formação de parte da consciência ocidental, o patrimônio é o conjunto dos bens familiares considerados não segundo seu valor pecuniário, mas segundo sua condição de bens-para-transmitir. Tal traço os diferencia de forma absoluta dos demais bens que, de modo geral, 'não estão inscritos num status [...], e sim considerados em separado dentro de um mundo de objetos que possuem um valor próprio, atribuído exclusivamente pela troca e pela moeda'. De fato, na cultura do *patrimonium*, 'a norma social pedia que aquilo que fosse possuído por alguém devia ter sido transmitido através de herança paterna e aquilo que tinha sido herdado devia ser transmitido.' O termo 'patrimônio' remete assim a um bem de herança que, segundo Littré, por exemplo, 'descende conforme as leis dos pais e das mães aos filhos'. Ele não evoca a priori o tesouro ou a obra-prima, mas envolve a reivindicação de uma genealogia. (POULOT, 2003, p. 35).

Na idade média, o conceito de patrimônio ganha dimensão coletiva e, nessa época, associava-se a questões religiosas, com valorização de objetos e de relíquias, apontados como patrimônios religiosos. O patrimônio deixava de ser um bem individual, restrito a uma família, e passava a ser um bem público, compartilhado coletivamente.

Posteriormente, com o renascimento, ocorreu a valorização da arte greco-romana e de coleções com objetos desta temática, desenvolvendo-se um interesse por antiquários e gerando ampliação do conceito de patrimônio.

A importância atribuída pelos antiquários aos testemunhos da cultura material e das belas artes não é senão um caso particular do triunfo geral da observação concreta sobre a tradição oral e escrita, do testemunho visual sobre a autoridade dos textos. Entre o século XVI e o fim do Iluminismo, o estudo das antiguidades evolui segundo uma abordagem comparável à das ciências naturais: ele busca uma mesma descrição, controlável e, portanto, confiável, de seus objetos. (CHOAY, 2006, p. 76).

A partir do século XVIII, com a formação dos estados nacionais, buscou-se a unidade nacional por meio da língua, da cultura e do território. Durante a Revolução Francesa, com a depredação de diversos prédios públicos durante este acontecimento histórico, houve a necessidade de buscar mecanismos para proteger monumentos, objetos e edificações, levando à ampliação do conceito de patrimônio. A valorização da cultura nacional se expressava por meio da preservação de bens patrimoniais associados à identidade, ao território e à nação.

Segundo Poulot (2003), na obra *Museu e Museologia*, não houve uma tomada de consciência coletiva para a necessidade de proteção dos bens culturais. O que se deu foi um movimento liderado por intelectuais e por revolucionários para tomada de medidas burocráticas. Nesse contexto da Revolução Francesa, o que era escolhido para ser conservado justificava o apagamento do passado e os monumentos tiveram diversas formas de apropriação. Com a Revolução, houve confisco dos bens do clero. Parte dos objetos salvos foram enviados para outras igrejas, a fim de não serem destruídos e outra parte foram vendidos como forma de se conseguir capital para financiar a guerra.

Surgiu, neste contexto, a ideia de que o Estado era responsável por conservar monumentos em nome da preservação da História Nacional. Com a queda da monarquia, na França, palácios e patrimônios foram vandalizados. Decretos oficiais determinaram a transferência de objetos da realeza para museus, instituições vistas como conservatórios de patrimônios da humanidade.

Com o fim da Revolução Francesa, houve no século XIX a disseminação do conceito de patrimônio histórico, relacionado a bens materiais ou naturais que possuem importância na história de determinada sociedade ou comunidade. Incluem-se neste conceito, por exemplo, prédios, ruínas, estátuas, esculturas, templos, igrejas, praças e até mesmo o centro histórico de uma cidade.

O contexto de instabilidades que se iniciou no século XX e que se estende até os dias de hoje levou à sensibilização crescente de categorias da História como patrimônio, identidade e memória, repercutindo no cenário político mundial, fazendo explodir políticas públicas em torno da proteção dos bens culturais e levando à criação de diferentes metodologias para preservação desses patrimônios.

O historiador Eric Hobsbawm, na obra *Era dos Extremos* (1995), discute o século XX a partir da análise dos principais fatos históricos ocorridos no período: duas guerras mundiais, crise econômica, conflitos em diferentes partes do mundo, ascensão de regimes autoritários e duelo entre dois sistemas econômicos: o socialismo e o capitalismo.

Foi nesse contexto que as categorias elencadas acirraram os entraves e as lutas de poder na construção de diferentes narrativas sobre os fatos históricos passados e presentes. Observemos o que diz o autor sobre o papel do historiador (e acrescentamos, também, do professor de história) nesse contexto (1995, p. 13):

A destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas - é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso, os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca (...). Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores.

Em decorrência dos diversos traumas coletivos vividos, o século XX se viu como palco, também, para busca do resgate das raízes dos povos e uma atenção especial para suas memórias, com a necessidade de preservação do passado em meio à vigente ode ao progresso. Tratava-se do dever de memória gerado com o processo de patrimonialização, que se tornou pauta importante também no século XX, assim como é ainda hoje em um mundo cada vez mais informatizado e de trocas culturais constantes que podem conduzir a perdas de identidade e à padronização dos costumes.

Segundo Dominique Poulot (2009), a palavra patrimônio, do latim *patrimonium*, surgiu ainda no império romano e estava relacionado ao pater familias, sendo algo individual e ligado às classes mais abastadas. Ao longo do tempo, o conceito de patrimônio transformou-se e ampliou-se, deixando de se limitar ao patrimônio histórico (inicialmente restrito aos bens materiais, de pedra e cal) e passando a abarcar também as noções de patrimônio cultural (tangível ou intangível), de patrimônio natural (com a patrimonialização do meio ambiente) e de patrimônio público (de uso comum do povo, de uso especial para serviços públicos ou dominicais para obtenção de renda, conforme a Lei nº 4.717/65).

Nesta pesquisa, trabalhamos com a noção de patrimônio cultural, que é um bem material ou imaterial que está relacionado à memória e à identidade de um povo, de um grupo ou de uma comunidade. O Decreto-Lei nº 25/1937 salientava que os patrimônios materiais consistem no conjunto de bens móveis e imóveis que devem ser preservados, dentre outras razões, pela relação com fatos relevantes da história do Brasil.

Neste trabalho centraremos nossa discussão nos patrimônios culturais materiais imóveis, uma vez que é através deles que nos propomos a estudar a Revolução Pernambucana de 1817. Falar em patrimônio material de uma cidade é pensar na história de um povo através dos vestígios deixados, sobretudo, sob a forma de monumentos e de prédios arquitetônicos.

O patrimônio material é capaz de retratar as transformações ocorridas ao longo do tempo naquele local, mostrando, inclusive, de que forma os bens culturais foram apropriados e tiveram suas utilidades significadas e ressignificadas para construção da identidade do povo que ali vive e para a preservação das memórias coletivas, nos lembrando do que disse Le Goff (2003) sobre o papel da memória em conservar informações que fazem com o que o passado não seja esquecido.

Sobre patrimônio cultural, o artigo 216 da Constituição Federal do Brasil assinala:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial (...) nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Ainda de acordo com o artigo 216 da Constituição Federal brasileira (BRASIL, 1988), o patrimônio cultural do Brasil refere-se aos “(...) bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”

Ao abordar o patrimônio cultural, emerge primeiramente a informação clássica de que este é “o conjunto de monumentos e edifícios antigos, ou seja, ao chamado patrimônio edificado ou arquitetônico constituído de bens imóveis”. Mas, ao problematizar sua utilização na aula de história da educação básica, pretende-se aprofundar e ampliar as noções acerca do patrimônio cultural, dos costumes, das tradições, da sensibilidade para valorização dos bens, das identidades e fundamentar a consciência preservacionista em todos os âmbitos.

Nos processos educativos formais e não-formais que têm como foco o patrimônio cultural, este deve ser apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação,

levando sempre em conta o jogo político das memórias e identidades dos atores envolvidos.

Na educação formal, a educação patrimonial(Fonseca, 2009) deve ser uma proposta dinâmica e criativa de a escola se relacionar com o patrimônio de sua região e de sua localidade. A partir dessa ação, deve-se ampliar o entendimento dos vários aspectos que constituem o nosso patrimônio cultural e o que isso tem a ver com formação de cidadania, identidade, memória e tantas outras coisas que fazem parte da nossa vida, mas, muitas vezes, não nos damos conta do quão importantes elas são.

No que se refere ao currículo escolar, de que forma a educação patrimonial é inserida como potencialidade na construção do saber histórico? Trazendo essas questões para o campo da educação, é preciso ter em mente que nos processos educativos formais e não-formais, que têm como foco o patrimônio cultural, este deve ser apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento valorização e preservação, levando sempre em conta o jogo político das memórias e identidades dos atores envolvidos.

Na legislação nacional, tem-se na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96), uma determinação sobre a importância de valorizar os elementos culturais, principalmente focando sobre o 'acervo cultural do município'. O artigo 26, estabelece que: "a parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura(...) voltada para a divulgação do acervo cultural dos municípios e estados"

Neste sentido, a ligação entre o conhecimento sobre o patrimônio cultural que representa a história de diferentes grupos, em diferentes localidades e a socialização, preservação e manutenção das identidades culturais, tem nos espaços educativos, bem como nas aulas de História um campo fértil para a educação de diferentes gerações.

Assim, a passagem do uso dos bens à concepção do patrimônio na aprendizagem da História pode formar um jovem que organiza o passado histórico

em quadros cronológicos, que conhece os principais processos de transformação que consideram o progresso do mundo, que sabe argumentar sobre alguns dos mais relevantes problemas históricos, que é capaz de usar os conhecimentos para interpretar os processos em andamento e de criticar os conhecimentos históricos, que está atento às relações entre conhecimento do presente e do passado e às razões do valor cultural do patrimônio, respeitando-o e preservando-o.

No conteúdo das diretrizes educacionais, tem-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais, (PCN's/1997) o destaque sobre o patrimônio, em que propõem ao aluno “conhecer a diversidade do Patrimônio etnocultural brasileiro, tendo uma atitude de respeito para com as pessoas e grupos que a compõem”.

A evocação da memória permite dizer que “tudo é patrimônio” ou que tudo está suscetível de se tornar patrimônio. O regime de historicidade de Hartog (2006) se mostra bastante plausível na discussão sobre patrimônio ao enfatizar a forma com que um povo lida com seu passado e dimensiona a necessidade de preservá-lo.

Em virtude dos diversos acontecimentos do século XX, tais como as já citadas guerras mundiais e as contestações de 1968, o mundo passou por um processo de profundo mal-estar. A fragmentação das identidades nacionais, como consequência do processo de globalização, conduziu a sociedade a uma ênfase no presente, que sofreu grande dilatação em relação às outras categorias temporais (passado e futuro).

Nesse processo de dilatação do presente, este tornou-se cada vez mais fragmentado, passando a haver uma busca pelas raízes e pela identidade. “Ele queria ser seu próprio ponto de vista sobre si mesmo e descobre a impossibilidade de se fiar nisso” (HARTOG 2013, p. 156). A crescente importância dada, no Ocidente, à memória e ao patrimônio se deve, assim, à necessidade do homem desta época buscar referências para o presente.

O centro histórico do Recife passou por diversas transformações e muitos dos patrimônios onde estão inseridas as placas alusivas à Revolução Pernambucana de 1817 tiveram suas finalidades modificadas do acontecimento do referido fato

histórico até hoje, enquanto outros conservam seu fins. Assim é feita a História: de mudanças e de permanências. É nesse caminho que os patrimônios tem suas funções ressignificadas.

Pensando na riqueza patrimonial existente no Recife e em como ela dialoga com a história pernambucana, podemos explorar esses patrimônios de modo a viabilizar o ensino da Revolução Pernambucana de 1817 a partir da metodologia da educação patrimonial. A aplicação desta metodologia no ensino será vista no capítulo 3, mas antes precisamos entender do que trata a educação patrimonial.

Em 1983, foi realizado o 1º Seminário sobre o Uso Educativo de Museus e Monumentos, tendo sido gerado, a partir daí, o Guia Básico de Educação Patrimonial (Horta et al, 1999), que acabou sendo amplamente utilizado como manual para prática da educação patrimonial, ao propor 4 etapas metodológicas: observação, registro, exploração e apropriação.

Posteriormente, outras obras foram lançadas para ampliar a ideia de patrimônio e de educação patrimonial, com destaque para a portaria 137/2016 do IPHAN, que estabelecia diretrizes para a educação patrimonial nacional e para as obras “educação patrimonial: histórico, conceitos e processos” (IPHAN, 2016) e “educação patrimonial: inventários participativos” (IPHAN, 2016), esta última um desdobramento do projeto Mais Educação e que teve por objetivo fazer com que os alunos identificassem suas referências culturais, a partir de uma perspectiva de educação patrimonial dialógica, em que a comunidade possa pensar suas próprias referências culturais.

Embora achemos que os inventários participativos sejam uma abordagem da educação patrimonial que melhor dialoga com a noção atual de patrimônio, não será esta a abordagem utilizada no trabalho, uma vez que a proposta de ensino da Revolução Pernambucana de 1817 utiliza placas alusivas ao fato histórico já existentes em prédios e monumentos que serviram de palco para a revolução. Portanto, não cabendo espaço para que os alunos venham a selecionar o que eles consideram como patrimônio dentro de seus contextos de vida.

Assim, elegemos o Guia da Educação Patrimonial (Horta et al, 1999) como metodologia a ser aplicada para o ensino da Revolução de 1817, uma vez que a ideia de que “a valorização do patrimônio cultural brasileiro depende, necessariamente, de seu conhecimento”, presente no guia, coincide com a proposta de fazer com que os alunos conheçam a História existente por trás dos patrimônios onde estão fixadas as placas e, com isso, despertem para a importância da preservação patrimonial.

O processo educativo, em qualquer área de ensino/aprendizagem tem como objetivo levar os alunos a utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição de conceitos e habilidades, assim como para o uso desses conceitos e habilidades na prática, em sua vida diária e no próprio processo educacional. A aquisição é reforçada pelo uso dos conceitos e habilidades, e o uso leva à aquisição de novas habilidades e conceitos. (HORTA et al, 1999, p. 6)

Salientamos que não se trata, aqui, de uma proposta de educação bancária a qual se referia Paulo Freire (2014, p.81), nem da ideia de que os alunos receberão informações passivamente sobre o patrimônio a ser preservado. Trata-se, sim, de uma proposta pedagogicamente pensada de inserir alunos oriundos das camadas mais vulneráveis da sociedade em espaços aos quais não estão acostumados a ocuparem, promovendo o ensino de uma temática que faz parte do currículo escolar através de um roteiro que, embora tenha sido criado pelo Estado, permite problematização crítica e, também, que seja explorado didaticamente para adequar-se à realidade da faixa etária a ser trabalhada, que, no nosso caso, são de alunos do 8º ano.

A educação patrimonial está baseada em ações educativas integradoras, cujas ações envolvem, ao mesmo tempo, todos os agentes da educação: alunos, professores e a comunidade. Todos juntos com o objetivo de despertar o sentimento de pertencimento e a apropriação do patrimônio cultural das cidades.

Assim, a educação patrimonial proporciona novas abordagens e novas experiências de ensino-aprendizado fora do espaço escolar, desde que sejam cumpridas algumas condições metodológicas, como explica Ivo Matozzi:

A primeira condição é que as experiências de aprendizagem se desenvolvam com a utilização dos bens culturais originais: monumentos, arquiteturas, fontes de arquivo, peças de museus, sítios arqueológicos, quadros autênticos, etc. A segunda condição é que sejam objeto de observação e de uso para produzir informações. A terceira condição é que esses sejam colocados em relação com o contexto e com a instituição que os tutela [...] (MATTOZZI, 2008, p. 149).

Como se vê, a exploração do patrimônio não se encerra por si, tendo como pano de fundo o ensino de um componente curricular e objetivando-se a ressignificação dos patrimônios para além da mera valorização da pedra e do cal. Segundo Horta et al (1999, p.06):

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.

Sabemos que ao atuar em espaços patrimoniais, o historiador lida com narrativas voltadas a propósitos governamentais, uma vez que os patrimônios fazem parte da estrutura do Estado. Por isso, salientamos a importância da crítica, da não aceitação da narrativa ufanista proposta pelo Estado e pelos centros oficiais do saber histórico, havendo a necessidade de intervenção do professor ao problematizar os diferentes discursos existentes sobre o fato histórico na relação com o patrimônio, não elegendo o discurso oficial presente nas placas como único a ser conhecido pelos alunos.

3.3 MEMÓRIA E IDENTIDADE

Como ensinar a história do nosso estado, sem que os alunos entendam que existem diferentes narrativas e que a seleção do que é validado neste estudo é resultado de memórias coletivas e individuais, que podem ou não ser silenciadas em razão de jogos de interesse? Sobre isto vale lembrar o que afirma Le Goff (1996, p. 426):

a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos

grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Assim, pensar o ensino da Revolução Pernambucana por meio dos patrimônios que foram palco para este fato ou que com ele têm relação é saber que as memórias ali contidas e expostas fazem parte de uma das várias narrativas possíveis sobre o episódio de 1817 e que cabe ao professor fazer a contraposição com outras possibilidades de fontes sobre a temática, buscando-se um processo de ensino-aprendizagem dinâmico.

Como sabemos, parte da população brasileira não valoriza a memória do país, tampouco os espaços de memória nele existentes. Em Recife, não são raras as depredações aos patrimônios culturais, que vão de pichações à quebra de monumentos, como aconteceu nos últimos anos às estátuas de poetas do Circuito da Poesia, que estão espalhadas pela cidade.

Neste sentido, é de fundamental importância o papel do professor que trabalha um fato histórico por meio dos patrimônios, dada a possibilidade de despertar os alunos para a importância dessa preservação e junto a eles promover a identificação das memórias contidas nestes espaços ou nesses monumentos sobre os fatos históricos e, como consequência, promover a construção conjunta de um sentimento de identidade relacionada à cidade.

Buscar o ensino da Revolução Pernambucana de 1817 por meio de placas alusivas ao fato histórico presentes nalguns dos patrimônios culturais do Recife é saber que serão encontradas narrativas fruto de memórias individuais e coletivas de diversos grupos sociais sobre o episódio. Estas memórias tendem a ser uma idealização do passado relacionadas à Revolução de 1817, vista como fato de máxima relevância. Sobre isso, é pertinente lembrar do que refletiu Le Goff na obra *História e Memória* (2003, p.29) sobre a necessidade das correções serem feitas pelos historiadores:

Em primeiro lugar, porque há pelo menos duas histórias e voltarei a este ponto: a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é

essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivo desta relação nunca acabada entre o presente e o passado. É desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola (ou pelo menos deveria sê-lo) e os mass media corrija esta história tradicionalmente falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros.

Quando pensamos no ensino de um tópico do currículo de história fora do espaço escolar, foi com a perspectiva que essa dinâmica trouxesse aos alunos oportunidade para que conhecessem a cidade, dela se apropriassem e construíssem laços de afetividade e de identificação por meio do conhecimento histórico da localidade, dando aos vários patrimônios significado, na medida que eles contam parte importante da história onde estão inseridos. Sobre isso podemos dizer que (MOURÃO; CAVALCANTE, 2011, p.208):

A identidade de lugar é uma subestrutura da identidade pessoal construída a partir da interação do indivíduo com seu entorno físico e social. A construção da identidade de lugar está relacionada à percepção de um conjunto de cognições e ao estabelecimento de vínculos emocionais e de pertencimento relacionados aos entornos significativos para o sujeito.

Na mitologia grega, Mnemósine (a memória) era responsável por proteger as artes e a História, concedendo aos poetas o poder de regressarem ao passado e, posteriormente, contarem às pessoas os fatos desenrolados. Esta capacidade de regressar ao passado, no século XX, acreditava-se que só era possível através de um indivíduo, por meio da memória individual.

As memórias, segundo Le Goff(1996), constituem a nossa capacidade de perceber e reunir experiências, saberes, sensações, emoções e sentimentos que, por um motivo ou outro, escolhemos para guardar. Elas são essenciais a um grupo porque estão atreladas à construção de sua identidade. São o resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de continuidade e de experiência, isto é, de identidade.

O sociólogo Halbwachs avançou na discussão sobre o retorno ao passado através da memória ao propor que existe relação entre o indivíduo e a coletividade, qual seja: as lembranças que temos sobre um determinado episódio ou fato histórico

mistura-se ao que foi compartilhado por outras pessoas por meio de suas lembranças.

Um aspecto importante para a memória coletiva são os lugares de memória, que, segundo Pierre Nora (1993) podem ser entendidos por meio de três características: o aspecto material, a exemplo de monumentos e prédios; o aspecto funcional, no sentido de que promove o congelamento da lembrança que será depois transmitida; e o aspecto simbólico, ao remeter a fatos vivenciados por pequenos grupos de pessoas que fazem uma representação para pessoas que não vivenciaram os episódios.

Os lugares de memória funcionam como espaços de guarda dos bens patrimoniais, bens que são portadores de significados e que podem ser atribuídos a partir da relação entre o bem e o sujeito que com ele interage, ressignificando seu sentido e sua função para a sociedade.

Deste modo, sabe-se que a memória e os lugares de memória são fundamentais para cultivar o sentimento de pertencimento nos indivíduos, mostrando a eles que fazem parte de uma comunidade, de uma cultura, de uma região, além de contribuírem para a coesão social.

Na escola, o professor lida com crianças e com adolescentes que estão no auge do processo de resistência e de afirmação. Processo este que se configura como um conjunto de representações das relações que o indivíduo desenvolve em si e com o outro, que está em constante transformação.

É nesse processo de identificação e de exclusão que as sociedades contemporâneas voltam seus olhares para os processos de construção identitária. Por isso, é importante favorecer momentos de reflexão sobre diversidade cultural e as discussões sobre os patrimônios culturais voltados para a seleção de bens podem auxiliar na defesa aos direitos culturais.

É preciso refletir que a cidade e os espaços urbanos são capazes de formar vínculo identitário e afetivo, campo bastante explorado pela psicologia social. Lalli (1992) salienta que o pertencimento de alguém a um determinado grupo social

relaciona-se ao pertencimento a determinados espaços urbanos que a ele são importantes.

O conceito de identidade social urbana (Valera e Pol, 1994) tem por base o espaço urbano e assinala que a identidade se dá através do sentimento de pertencimento gerado por um espaço urbano significativo e que a apropriação dos espaços urbanos conduz a processos de identificação urbana, em que os espaços transformam-se em símbolos de identidade para um grupo.

A identidade, segundo Stuart Hall(2006), é o sentimento de um indivíduo ou grupo em pertencer a uma determinada região, prática social, ideia ou sistema de valores. A identidade cultural é construída a partir do conflito da visão de mundo do “outro” como diferente da visão do mundo do “eu”, ou seja, das diferentes identidades. Pode-se acrescentar, ainda, que as identidades expressam uma postura e ação de afirmação (étnica, local, ideológica, etc) no jogo político do cotidiano.

Segundo Pollak (1992), as identidades de um povo são construídas a partir de perspectivas sobre o passado, tornando-se marcos para grupos, oferecendo sentido e ordenamento através de lembranças, silenciamentos e esquecimentos, na medida da importância dos fatos para estes grupos.

Dentro desta perspectiva, acreditamos que o estudo da Revolução, Pernambucana por meio dos patrimônios culturais seja de extrema relevância, uma vez que o conhecimento histórico construído a partir do espaço não formal, com experiências vivenciadas pelos alunos por meio de interações com a cidade, com o tempo e com outros sujeitos, permite o contato com as memórias das etapas do fato histórico e uma sólida formação identitária, com a construção do sentimento de pertencimento e de orgulho da história local.

4 Educação patrimonial e ensino da Revolução de 1817

O sentimento por parte dos alunos de perceberem os acontecimentos históricos dos livros didáticos como distantes de suas realidades e a falta de identificação dos adolescentes com os personagens da História oficial foram pontos que nortearam esta pesquisa. Buscar uma aproximação entre os componentes curriculares, a realidade dos jovens estudantes e os espaços públicos da cidade, como consequência da escuta sobre como os adolescentes gostariam de aprender História, foi o aspecto que direcionou a pesquisa para que fossem criados mecanismos capazes de repensar o ensino da História e tornar a ciência histórica mais atrativa e significativa para o aluno.

Todo o trabalho concentrou-se na preocupação de dar significado para os estudantes sobre aquilo que eles deveriam estudar. O modelo tradicional precisava ser repensado, assim como fez-se necessária a implementação de uma dinâmica do ensino que fosse além da sala de aula, do quadro e do giz. A voz dos alunos era clara sobre a curiosidade que tinham de explorar as possibilidades de aprenderem fora dos muros da escola.

Entender a cidade como documento, com toda gama da cultura material nela presente, assim como compreender os agentes de diferentes temporalidades, culturas e grupos sociais que a construíram, foram pontos essenciais para o desenvolvimento de uma metodologia de ensino que englobasse os acontecimentos históricos do currículo, os patrimônios culturais e uma proposta de sequência didática nos moldes da educação patrimonial.

O tempo presente, vivido pelos alunos, é resultado de um passado que se faz presente a todo instante na cidade, quer seja por meio dos patrimônios materiais, quer seja por meios não materiais. Pela dificuldade de abarcar todas as configurações existentes na cidade, há a importância de se fazer um recorte, de se ter um objeto de estudo bem definido (mas sem separá-lo do todo) e criar uma observação sobre espaços e temporalidades específicas, sem deixar de atentar sobre como as diferentes temporalidades se entrecruzam.

Este terceiro capítulo traz como proposta pedagógica a criação de uma sequência didática voltada para professores e alunos do 8ºano, cujo objetivo é permitir a superação das lacunas existentes no modelo tradicional de ensino da História de Pernambuco através de pressupostos e da prática da educação patrimonial. Pretende-se, aqui, que o professor estimule nos alunos uma leitura histórica dos patrimônios culturais da cidade do Recife, tendo como foco o ensino da Revolução Pernambucana de 1817 através de um roteiro histórico (preexistente e adaptado para a realidade escolar). É por meio deste roteiro histórico que se busca explorar, pedagogicamente, os espaços públicos da cidade do Recife.

Inicialmente, buscamos identificar os patrimônios culturais que fazem parte do circuito da Revolução Pernambucana, inserido no Projeto História nas Paredes. Posteriormente, buscamos conhecer a história e a relação destes patrimônios com o presente. Nessa etapa, cabe ressaltar junto aos alunos que uma das formas de se conhecer a História de um local é conhecendo-se os patrimônios culturais que ali estão presentes.

Após o contato com o projeto “História nas Paredes” e com o roteiro da Revolução de 1817, podemos estabelecer a relação entre os patrimônios e os testemunhos que eles guardam acerca do estudado acontecimento, assim como entender as transformações ocorridas no que tange à funcionalidade dos espaços, ao longo do tempo. Por fim, propomos uma sequência didática que perpassa desde a preparação do aluno para o contato com a temática, até formas avaliativas de aprendizagem sobre aquilo que foi ensinado e vivenciado nas visitas aos espaços públicos.

4.1 O PROJETO HISTÓRIA NAS PAREDES E A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

Sob inspiração de placas existentes nas ruas de Lisboa, surgiu no Recife, em 2015, o projeto “História nas Paredes”, idealizado por Silvio Amorim, sócio do IAHGP e atual diretor do instituto (2019-2021). Desde então, foram espalhadas nos espaços

públicos do Recife placas de azulejo contando um pouco da história pernambucana presente em casarões, prédios, ruas, praças, pontes e outros patrimônios culturais. O projeto “História nas Paredes” é fruto de uma parceria entre a Prefeitura da Cidade do Recife e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Atualmente, são mais de 200 placas que contam aos transeuntes e aos turistas da cidade um pouco da história local.

No dia 3 de julho de 2017, foi entregue à população pernambucana um conjunto de oito placas alusivas à Revolução de 1817, dentro do projeto “História nas Paredes”. Estas oito placas, além da parceria da prefeitura do PCR e do IAHGP, foram financiadas também pela Grande Loja Maçônica e fizeram parte dos festejos do bicentenário da Revolução Pernambucana de 1817. Olinda e Salvador também receberam uma placa cada, contando acontecimentos de 1817 desenrolados nestas cidades.

Com as placas, foi criado pela Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer do Recife um circuito turístico voltado para quem tem interesse na temática. De acordo com José Luiz Menezes (Jornal do Comércio de 04/07/2020), a visita às placas do roteiro deve seguir a numeração: “há uma lógica no roteiro, pensado nos moldes dos cortejos da Idade Média, quando as cidades faziam a via-sacra e o povo acompanhava pelas ruas, com um padre lembrando a cada parada os últimos passos de Jesus Cristo.” Há uma cronologia linear estabelecida na ordem das placas, a partir do momento de deflagração da revolução, em 06 de março de 1817.

4.2 DIÁLOGO ENTRE A CIDADE, OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS E O ENSINO DE HISTÓRIA

Quando do início da pesquisa, em 2019, pensou-se na execução desse roteiro, com visita dos alunos do 8º ano da escola Josefa Álvares da Silva, em Vitória de Santo Antão, aos patrimônios relacionados à Revolução de 1817 que fazem parte do projeto “História nas Paredes” e também aos patrimônios culturais

espalhados pelo Recife que fazem referência ao acontecimento, a exemplo do painel de Corbiniano Lins, na Avenida Cruz Cabugá.

Pretendia-se aferir o quão efetiva poderia ser a aprendizagem da História fora do espaço escolar. Contudo, em meados de 2020, a pandemia do coronavírus levou ao fechamento das escolas e dos espaços culturais, suspendendo aulas presenciais e impossibilitando a realização de atividades extra-classe. Diante das incertezas e do prolongamento da pandemia por tempo indeterminado, optou-se pela criação de uma sequência didática.

Por meio da construção de uma sequência didática que tem por finalidade auxiliar professores do 8º ano na construção do processo de ensino da temática da Revolução Pernambucana de 1817 no espaço público, contando com o desenvolvimento de um roteiro histórico com visita mediada aos patrimônios culturais onde estão inseridas as placas, pretende-se também que os alunos entendam-se como sujeitos da História e que sejam capazes de fazerem suas próprias leituras da cidade.

Uma simples esquina, diariamente percorrida pelo aluno para chegar à escola, pode abrigar cem anos ou mais de história, através de prédios representativos de ciclos econômicos já encerrados, de estilos arquitetônicos já em desuso, de fatos históricos insuspeitados ocorridos atrás das paredes tão próximas, de formas de morar já muito alteradas. (XAVIER, 2010, p. 260)

Pretende-se, aqui, possibilitar aos jovens um maior contato com a cidade, com os bens culturais nela existentes e construir junto com os estudantes, através da parceria com a escola, uma consciência preservacionista relativa aos patrimônios culturais, ao estabelecer um paralelo entre estes e os componentes curriculares da área de História. A criação de uma consciência preservacionista visa, para além da importância do saber histórico, evitar a proliferação de vandalismos aos espaços públicos do Recife, como pode ser observado nas manchetes de jornais abaixo.

Imagem 17: Reportagens sobre depredações patrimoniais, em Recife



Fonte: compilação da autora¹

Na imagem estão retratadas diferentes reportagens que têm em comum a temática da depredação dos patrimônios culturais da cidade do Recife. No primeiro quadro, observa-se a foto da estátua de Reginaldo Rossi², um dos maiores ícones da música brega (ritmo considerado patrimônio cultural imaterial de Recife). Reginaldo Rossi faleceu em 2013. Em fevereiro de 2021, foi erguida a estátua em sua homenagem, dentro do Circuito da Poesia (conjunto de esculturas de artistas do cenário pernambucano, cujas obras são de autoria do artista plástico Demétrio Albuquerque). Na reportagem são mostradas pichações feitas na escultura menos de 20 dias após a inauguração da estátua que homenageia o cantor de brega.

¹Montagem feita a partir de manchetes e de imagens dos jornais online Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio e portal G1 Pernambuco, com reportagens feitas entre os anos de 2018 e 2021, abordando as depredações aos patrimônios culturais da cidade do Recife.

²Estátua de Reginaldo Rossi é pichada menos de 20 dias após ser inaugurada. **Portal G1 PE**, Recife, 22 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/02/22/estatua-de-reginaldo-rossi-e-pichada-menos-de-20-dias-depois-de-ser-inaugurada-no-recife.ghtml>> Acesso em 13 de maio de 2021.

No segundo quadro, está a manchete, no ano de 2019, do jornal Diário de Pernambuco retratando o vandalismo na obra Monumento ao Maracatu³, do famoso escultor Abelardo da Hora. A estátua foi construída em 2008, no mandato do ex-prefeito João Paulo, e está localizada em frente ao Forte das Cinco Pontas. De acordo com a reportagem, o monumento que contém oito figuras típicas do maracatu do baque virado esculpidas em uma altura de 2 metros teve algumas peças furtadas, dentre as quais estão um estandarte, uma alfaia e um pálio. A manifestação cultural do maracatu de baque solto (ou maracatu nação) é reconhecida como patrimônio imaterial nacional.

No terceiro quadro, uma reportagem de 2020 feita pelo portal G1 relata o furto de obras do artista plástico Francisco Brennand⁴, as quais estavam localizadas no Parque de Esculturas, no centro da capital recifense. De acordo com a reportagem, foram roubados azulejos e esculturas, como a de uma serpente de 20 metros de comprimento. O Parque de Esculturas foi inaugurado no ano de 200 em lembrança aos 500 anos de chegada dos portugueses ao Brasil.

Na quarta imagem, a escultura de Ariano Suassuna⁵ aparece caída no chão. A foto faz parte da reportagem feita pelo Bom Dia Pernambuco que mostrou o vandalismo em mais uma das obras pertencentes ao Circuito da Poesia. A estátua de Ariano Suassuna foi inaugurada em 2017 e localiza-se na Rua da Aurora, centro do Recife, em frente ao Teatro Arraial. O vandalismo à obra, mencionado na reportagem, ocorreu em setembro de 2020, quando as pernas da escultura foram quebradas. Em novembro do mesmo ano, a escultura foi restaurada e recolocada. Ariano Suassuna, premiado escritor e dramaturgo nascido na Paraíba, adotou

³**Maracatu é encontrado com sinais de vandalismo no Recife.** Diário de Pernambuco, Recife, 01 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/08/em-dia-de-celebracao-monumento-ao-maracatu-e-encontrado-com-sinais-de.html>> Acesso em: 13 de mai. de 2021.

⁴**Obras de Francisco Brennand são furtadas do Parque de Esculturas, no Recife.** Portal G1 PE, Recife, 04 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/12/04/obras-de-francisco-brennand-sao-roubadas-do-parque-das-esculturas-no-recife.ghtml>>. Acesso em: 13 de mai. de 2021.

⁵**Estátua de Ariano Suassuna é alvo de vandalismo, no Recife.** Portal G1 PE, Recife, 21 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/09/21/estatua-do-escritor-ariano-suassuna-e-depradada-e-fica-caida-no-chao-no-recife.ghtml>>. Acesso em 13 de mai. de 2021.

Pernambuco como cidade para viver e foi aqui onde desenvolveu sua carreira enquanto literato.

No quinto quadro, uma foto de um prédio pichado⁶ no centro do Recife. A imagem faz parte de uma reportagem feita em março de 2021 que retrata patrimônios culturais, espaços urbanos e fachadas de prédios pichados, tanto públicos como privados. Na matéria é mostrada a ineficiência da segurança pública do Recife para coibir as pichações, assim como a falta de punição para quem realiza as depredações. A reportagem mostra que as leis existentes são um entrave para coibir os atos criminosos, uma vez que a punição (prisão de até seis meses e multa) só pode ocorrer se houver flagrante. A dificuldade de chegar à autoria é associada ao horário em que as pichações são cometidas, uma vez que de madrugada o policiamento é reduzido e direcionado ao combate de crimes mais graves.

A última imagem é uma reportagem de 2020⁷ retratando, mais uma vez, as depredações de obras do Circuito da Poesia. Além da já mencionada derrubada estátua de Ariano Suassuna, é mostrado o vandalismo à escultura do poeta João Cabral de Melo Neto, que teve o nariz e o queixo quebrados, além de ser pichada a placa de identificação da obra. Segundo a EMLURB (Portal G1 PE, 2020), "somente para recuperar monumentos, pontes e edificações públicas que sofreram ações de pichação e vandalismo, a prefeitura chega a gastar aproximadamente R\$ 2 milhões por ano."

A recorrência nos noticiários pernambucanos sobre depredações e roubos de obras que fazem parte do acervo do patrimônio cultural do estado, nos últimos anos, reflete a falta de sentimento de pertencimento ao lugar, a falta de segurança pública relacionada à manutenção dos patrimônios e a ausência de uma ética cidadã por parte de parcela da população, tendo-se em vista que muitas pessoas não se reconhecem como "sócias" dos bens que são de todos. Com a emergência de

⁶SOARES, Roberta. Um Recife pichado: a sequência de imóveis rabiscados, inabitados ou não, assusta na cidade. **Jornal do Commercio**, Recife, 14 de março de 2021. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2021/03/12039750-um-recife-pichado.html>>

⁷ Estátuas do Circuito da Poesia são alvo de vandalismo no Recife. **Portal G1 PE**, Recife, 05 de março de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/03/05/estatuas-do-circuito-da-poesia-sao-alvo-de-vandalismo-no-recife.ghtml>>. Acesso em 13 de maio de 2021.

corriqueiros casos de vandalismo, faz-se necessário o trabalho conjunto de educação sobre o patrimônio e sobre a História da cidade a fim de se criar uma mentalidade preservacionista a partir do desenvolvimento de pertencimento ao lugar, assim como da deliberação de políticas públicas mais efetivas que visem salvaguardar o patrimônio cultural do Recife.

4.3 PROPOSTA DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

“Pra quê educar? Pra quê ensinar?”: perguntas auto-reflexivas que muitos professores fazem ao buscarem impulsionar as suas práticas pedagógicas. Segundo Zabala (1998, p.21), tais questionamentos são cruciais para elaboração e para a organização de uma metodologia de ensino adequada às necessidades dos estudantes, tendo-se em vista que a educação formal requer sistematização, organização e intencionalidade.

O desenvolvimento de sequência didáticas, atualmente, configura-se como importante instrumento pedagógico, uma vez que, através da mediação do professor, potencializa-se o processo de ensino-aprendizagem por meio de atividades que adequem os conteúdos e as habilidades contidas na BNCC à realidade dos estudantes. Trata-se, portanto, de uma proposta de educação emancipadora, pois percebe-se a intencionalidade do professor em ser mais do que um mero transmissor de conhecimento, buscando formar, por meio da educação, cidadãos.

Na construção de uma sequência didática, o professor-mediador consegue mensurar os conhecimentos prévios dos alunos acerca de uma temática e construir estratégias para que a aprendizagem seja concretizada. Zabala define sequência didática como “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos” (ZABALA, 1998, p. 18).

PASSO 01: Apresentação da proposta e organização

O projeto de ensinar História a partir dos patrimônios culturais do Recife deve ser iniciado com a apresentação da proposta em sala de aula. O projeto é direcionado a turmas do 8º ano. Nesse primeiro momento de diálogo sobre o projeto, deve ser mencionada a temática que será trabalhada e deve ser elencado o conjunto de etapas que a sequência didática deverá seguir. As etapas da sequência devem ter a seguinte ordem:

- Trabalho da temática em sala de aula e sondagem acerca dos conhecimentos prévios dos alunos;
- Realização de visitas a patrimônios culturais a partir de um roteiro pré-definido;
- Atividade avaliativa.

Além disso, é importante que nesse primeiro momento o professor já inicie o planejamento junto aos alunos da execução do roteiro histórico. Deve ser organizada a logística do transporte, incluindo-se aí a divisão de eventuais valores para o frete de um ônibus que conduza a turma da escola até os locais a serem visitados. Também é importante discutir com a turma e com a direção da escola a questão da alimentação: a escola disponibilizará merenda? Em caso negativo, os alunos devem levar lanche de casa ou será estabelecido um valor para que o lanche seja realizado no caminho? É importante que o professor entre em contato com os locais a serem visitados para agendar dia e horário. Por fim, tendo-se o dia agendado, deve ser estabelecido um horário de chegada dos alunos à escola, assim como a determinação do horário provável de término das atividades e retorno para a escola.

PASSO 02: Delimitação dos conteúdos trabalhados na sequência didática a partir das habilidades contidas na BNCC e direcionadas para o ensino de História em turma de 8º ano.

A seleção das habilidades abaixo pressupõe que os estudantes já tenham trabalhado conteúdos como “iluminismo”, “liberalismo”, “Revolução Francesa” e movimentos coloniais no Brasil anteriores a 1817. Busca-se fazer um elo entre esses conteúdos já estudados para explicar os processos que conduziram à Revolução Pernambucana de 1817 e possibilitar uma compreensão contextualizada do movimento a partir da visita aos patrimônios que com ele guardam relação.

Foram oito as habilidades selecionadas para serem desenvolvidas no projeto, Essas habilidades fazem parte da BNCC e estão listadas por códigos alfanuméricos. Para melhor compreensão dos códigos das habilidades contidos na BNCC, ressaltamos, aqui, os seus significados: (EF - Ensino Fundamental), (08 / 07 / 05 / 03 - Referência aos anos do início fundamental à qual tal habilidade é destinada) e (HI - História). No projeto serão contempladas, além de conteúdos relacionados ao oitavo ano (08), também habilidades do sétimo ano (07), do quinto ano (05) e do terceiro ano (03) do ensino fundamental. São oito habilidades a serem trabalhadas nas diversas etapas da sequência didática:

- Habilidade 1: (EF08HI01) Identificar os principais aspectos conceituais do iluminismo e do liberalismo e discutir a relação entre eles e a organização do mundo contemporâneo.
- Habilidade 2: (EF08HI04) Identificar e relacionar os processos da Revolução Francesa e seus desdobramentos na Europa e no mundo.
- Habilidade 3: (EF08HI05) Explicar os movimentos e as rebeliões da América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas.

- Habilidade 4: (EF03HI04) Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados.
- Habilidade 5: (EF03HI05) Identificar os marcos históricos do lugar em que vive e compreender seus significados.
- Habilidade 6 (EF03HI06) Identificar os registros de memória na cidade (nomes de ruas, monumentos, edifícios etc.), discutindo os critérios que explicam a escolha desses nomes.
- Habilidade 7 (EF05HI10) Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo.
- Habilidade 8 (EF05HI07) Identificar os processos de produção, hierarquização e difusão dos marcos de memória e discutir a presença e/ou a ausência de diferentes grupos que compõem a sociedade na nomeação desses marcos de memória.

PASSO 03: Definição da duração desta sequência

A cronometria estabelecida usará como medida a hora-aula (h/a), sabendo-se que uma hora-aula tem equivalência de 50 minutos. Dessa forma, são necessárias:

- 05 h/a para trabalhar conteúdo relacionado à Revolução de 1817, em sala de aula.
- 06 h/a para realização da visita aos locais presentes no roteiro histórico, conforme descrito no passo 5, trabalhando conteúdos relacionados a patrimônio e memória.
- Três aulas para realização da atividade avaliativa, na qual os alunos deverão apresentar um produto resultante do processo de ensino-aprendizagem desenvolvido na sala de aula e na visita aos patrimônios culturais relacionados à Revolução Pernambucana, conforme o passo 6.

PASSO 04: Trabalhar a temática em sala de aula por meio de aula expositiva, projeção de imagens, debates, exibição do filme “1817, a Revolução esquecida” (disponível no Youtube) e leitura complementar, a ser feita em casa, da História em Quadrinho “1817, Amor & Revolução”(SANTOS, 2007).

A abordagem inicial proposta é que o professor projete imagens cartográficas para que os estudantes possam compreender como era, espacialmente, dividido o Nordeste à época. Um exemplo possível é a imagem abaixo que retrata o território de Pernambuco, em 1817, que, conforme é mostrado, era maior que o atual, tendo-se em vista que estavam anexadas ao estado a Comarca de São Francisco e a Comarca de Alagoas.

Imagem 18: Mapa da divisão geopolítica do Nordeste, em 1817, enfatizando os centros revolucionários.



Fonte: <<http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/revolucao-1817/>>

Outra sugestão é projetar a imagem do Recife no século XIX, época da Revolução Pernambucana de 1817. A exibição desta e de outras imagens possibilita

que os estudantes possam se transportar no tempo e terem uma melhor ideia de como era a cidade do Recife no momento da eclosão do movimento. Na primeira metade do século XIX, o Recife era formado por três bairros: o Bairro do Recife, região de localização do porto; o Bairro de Santo Antônio, que também era chamado de Ilha de Antônio Vaz e o Bairro da Boa Vista.

A imagem abaixo retrata a região portuária do Recife, o Cais do Trapiche, à época da revolução de 1817. Esse local foi escolhido como cenário do filme “1817, a Revolução esquecida”. Dado o momento de crise do ciclo do açúcar, percebe-se uma baixa movimentação de embarcações na localidade. Os alimentos estavam em carestia, na época, em virtude da seca de 1816. A região era povoada por muitos colonos portugueses, que podem ser identificados na imagem. O trabalho escravo também pode ser percebido, no primeiro plano da imagem, com duas negras carregando algo na cabeça.

Imagem 19: Cais do Trapiche, na região portuária do Recife, no começo do século XIX.



Fonte: Site da TV educativa MultiRio. Disponível em:
<http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/revolucao_pernambuca.html#f2032_amp.html>
Acesso em: 18 de maio de 2021.

Mais uma possibilidade de imagem a ser exibida é a gravura abaixo que possibilita que o professor possa trabalhar a divisão da sociedade pernambucana, no século XIX. Na imagem, podemos visualizar homens da tropa portuguesa, nobres, camponeses e escravos. Também é possível ao professor trabalhar a questão dos meios de transporte da época, sendo mais comum o uso de cavalos e de carroças para transportar pessoas e mercadorias. A abundância de vegetação indica que o processo de urbanização da cidade do Recife ainda era embrionário na primeira metade oitocentista, tendo se concretizado de forma mais notável, no início do século XX.

Imagem 20: A cidade do Recife, no século XIX. Litografia de Luís Schlappritz, século XIX.



Fonte: TV educativa MultiRio. Disponível em:

<<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/brasil-monarquico/88-a-corte-no-rio-de-janeiro/8863-a-revolu%C3%A7%C3%A3o-pernambucana-de-1817>> Acesso em: 17 de maio de 2020

Posteriormente, sugerimos a exibição do filme “1817: a revolução esquecida”, que pode ser facilmente encontrado na plataforma Youtube. Debater o filme para trabalhar a temática, previamente, com os alunos, buscando-se a identificação, no audiovisual, dos locais que foram projetados nas gravuras, anteriormente, e a identificação dos locais a serem visitados, estabelecendo a relação de tais lugares com o movimento de 1817.

Como proposta para essa etapa da sequência didática, realizada em sala de aula, sugerimos a aplicação de uma ficha com perguntas referentes às imagens projetadas e ao filme que foi exibido, traçando paralelos entre eles. As perguntas propostas encontram-se no material didático, devem ser impressas e entregues aos alunos para que respondam durante a aula.

Sugerimos, também, como material complementar a indicação de leitura para os estudantes da HQ “1817, Amor & Revolução” (SANTOS, 2017), história em

quadrinhos que tem como pano de fundo a Revolução de 1817 e que abarca as tensões entre portugueses e brasileiros, na época, a partir dos conflitos desenrolados com o casamento de um dos líderes da Revolução de 1817 com a filha de um comerciante português.

Imagem 21: Página da História em Quadrinhos “1817, Amor e Revolução”, obra lançada em 2007 pela editora CEPE, em comemoração ao bicentenário da Revolução Pernambucana de 1817.



Fonte: Site da editora CEPE. Disponível em:

<<http://editora.cepe.com.br/uploads/2017/05/29/592c59716be8d.a-noiva-da-revolucao-9.default.jp>>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.

PASSO 5: Divisão da turma em grupos, entrega de fichas aos alunos para serem preenchidas e explicação de como a atividade deverá ser realizada pelos grupos, durante a visita aos espaços.

Após os alunos entrarem em contato, em sala de aula, com a temática da Revolução Pernambucana de 1817 e tomarem conhecimento dos patrimônios culturais que serão visitados, é chegado o momento do contato com os saberes históricos presentes em diferentes espaços de memória, a partir da mediação do professor por esses locais.

Nesta fase de visita aos patrimônios, além do conteúdo da Revolução Pernambucana de 1817, pretende-se que os alunos, a partir da inventariação dos patrimônios visitados, despertem para as mudanças ocorridas naqueles locais, consigam compreender o porquê deles serem apontados como guardiões das memórias de uma época, identifiquem que tipo de memórias são retratadas nos locais e que personagens são retratados, que compreendam a importância da preservação dos patrimônios da cidade e identifiquem os registros de memória contidos nos nomes das ruas, nos monumentos, nas praças e nos prédios da cidade do Recife.

Com a divisão da turma em até oito grupos, cada equipe ficará responsável por preencher as fichas com informações relacionadas ao patrimônio pelo qual ficou responsável. Essas fichas são importantes para que os alunos sistematizem informações contidas em cada patrimônio visitado e possa fazer anotações das explicações dadas pelo professor e pelos mediadores durante as visitas, assim como as fichas incentivam os estudantes a explorarem as informações contidas nas placas que fazem parte do roteiro. A avaliação da aprendizagem ocorrerá a partir da entrega por cada grupo das fichas preenchidas sobre o patrimônio pelo qual ficou responsável e também pela atividade de culminância a ser realizada, posteriormente. A divisão da turma em até oito grupos ocorrerá da seguinte maneira:

- Grupo 01: Preenchimento da ficha com informações relativas ao passeio pelas ruas, avenidas e pontes que receberam nomes alusivos à Revolução de 1817, assim como informações relacionadas à visita à Praça General Abreu e Lima, onde está o painel em azulejos de Corbiniano.
- Grupo 02: Preenchimento da ficha relativa ao Edifício Seguradora.
- Grupo 03: Preenchimento da ficha relativa ao Palácio do Campo das Princesas.
- Grupo 04: Preenchimento da ficha relativa ao Arquivo Público Estadual.
- Grupo 05: Preenchimento da ficha relativa ao Fórum Thomaz de Aquino e à fachada da antiga Livraria Ramiro Costa.
- Grupo 06: Preenchimento da ficha relativa ao Forte do Brum.
- Grupo 07: Preenchimento da ficha relativa ao Forte das Cinco Pontas.
- Ficha 08: Relacionada à Capela de Nossa Senhora da Conceição, na Jaqueira.

As fichas encontram-se no material da sequência didática. Devem ser impressas e entregues duas cópias a cada grupo. Uma cópia servirá de rascunho, sendo preenchida ainda durante a visita aos patrimônios. Outra cópia é a versão definitiva que deverá ser preenchida com calma pelos grupos e apresentada ao professor. Além da opção das fichas impressas, é facultada ao professor a possibilidade de colocar as fichas no formato do Google Forms, de modo a facilitar o preenchimento por parte dos alunos. A opção pelo Google Forms parece interesse em contextos de colégios particulares, onde grande parte dos estudantes dispõem de um celular para ser utilizado no momento das visitas. De posse dos celulares, os estudantes podem preencher, simultaneamente, as fichas enquanto estão nos locais de visita do roteiro.

PASSO 06: Realização do roteiro histórico pelos patrimônios do Recife que estão relacionados com a Revolução Pernambucana de 1817.

Este roteiro conta com passeio panorâmico e visitas a patrimônios culturais públicos, tais como prédios, praças e fortes, onde são encontrados painéis, esculturas e placas que resgatam a memória dos acontecimentos de 1817. O roteiro proposto é o seguinte:

- Sugerimos, inicialmente, um passeio a pé por algumas ruas do Recife que recebem o nome de líderes da Revolução Pernambucana de 1817 e que estão localizadas em relativa proximidade, sendo todas no centro da capital. São elas: Avenida Cruz Cabugá (bairro de Santo Amaro), Rua Gervásio Pires (bairro da Boa Vista) e Rua Frei Miguelinho (Santo Amaro). Sugerimos a parada de ônibus no Parque 13 de Maio, nas imediações da Biblioteca Pública. Os alunos podem percorrer a pé as três ruas, que encontram-se próximas entre si. Ao andar com os alunos por esses locais, o professor pode explicar quem foram essas pessoas que dão nome às ruas, fazendo a relação delas com a Revolução de 1817. Os outros locais de Recife que homenageiam os líderes do movimento de 1817 podem ser contemplados por meio de uma atividade alternativa, uma vez que, logisticamente, pode ser inviável visitar todos. São eles: Rua Vigário Tenório (Recife Antigo), Rua Leão Coroado (na Boa Vista), Rua Frei Caneca (Santo Antônio), Rua Padre Roma (no Parnamirim) e a Ponte José de Barros Lima (Joana Bezerra). A atividade sugerida para trabalhar os locais é a disponibilização de um caça-palavra. Nele, estão os oito locais (sete ruas e uma ponte) cujos nomes homenageiam os líderes da Revolução de 1817.

Imagem 22: Caça-palavras com nomes de locais do Recife que homenageiam a Revolução Pernambucana de 1817

Ruas com nomes de líderes da Revolução Pernambucana de 1817

As palavras deste caça palavras estão escondidas na horizontal, vertical e diagonal, sem palavras ao contrário.

```

U I N L S P H H F S U R L V S S L D R R I N
F O V I G Á R I O T E N Ó R I O N H F O V N
N N V T O Y U P N B Y R A F O L I R A T T O
R O D T D H A A E I N H W U T N E S U S E E
S O B E E Y K D A T T N A O F I O G I T I H
O E O E H I D R E E O E D W M H E M C N A Y
C R S I A Y G E L U F R E I C A N E C A N W
R K D H A U E R L A B T G R P N L A E I T T
U H T E E V P O T A P U N N T D T O I N D G
Z D F O A I T M U S E A A E T C E T B E S U
C D R O O I D A I L S L E ã O C O R O A D O
A E G E R V Á S I O P I R E S A N E E T W W
B E I O R P O N T E J O S É D E B A R R O S
U R U O U U H S N B O M A F R E A G V C C T
G S H W S O T D O N T O E T L A T W E T I O
Á A E T B A I S H U L U F I N I A T R N A U

```

Fonte: Essa atividade foi criada num site que gerador de caça-palavras. Disponível em: <<https://www.geniol.com.br/palavras/caca-palavras/criador>> Acesso em: 6 de junho de 2021.

- Ao passar pela Avenida Cruz Cabugá, é possível uma parada na Praça General Abreu e Lima, onde está situado o painel em azulejos, do artista plástico Corbiniano Lins. Nesse painel é retratado o momento em que o comandante do Regimento de Artilharia do Recife, Manuel Joaquim Barbosa de Castro, deu voz de prisão ao capitão José de Barros Lima, o Leão Coroado. Barbosa de Castro acabou sendo golpeado, mortalmente, de espada por Barros Lima. Diante da reação, o Leão Coroado foi condenado à morte, tendo sido enforcado e o corpo arrastado pelas ruas do Recife. Esse episódio acabou dando início à Revolução Pernambucana de 1817. É possível, aqui, que o professor medeie uma discussão acerca dos patrimônios

enquanto mecanismo de preservação de memórias de uma época, de um povo e de um acontecimento.

- Após o passeio panorâmico pelas ruas que recebem nomes de líderes e da parada na praça situada na Avenida Cruz Cabugá para visitação do painel, sugerimos o percurso das placas do circuito da Revolu o Pernambucana de 1817, as quais fazem parte do projeto “História nas Paredes”.

Placa 01 - Neste local, ficava o Quartel do Regimento de Artilharia. Foi lá que José de Barros Lima, o Leão Coroado, deflagrou a Revolu o Pernambucana, no dia 6 de março de 1817, ao reagir   prisão expedida pela Coroa Portuguesa e matar Manoel Joaquim Barbosa de Castro, um brigadeiro e comandante do exército português que cumpria ordem de prender o insurgente. Hoje, o local abriga o edifício Seguradora. Localiza-se na Rua Marqu s do Recife, na esquina com a Avenida Dantas Barreto, no bairro de Santo Antônio. Faz parte do entorno da Praça do Sebo, local que conta com boxes onde são comercializados livros usados.

Imagem 23 - Placa 01 -Quartel do Regimento de Artilharia (Praça do Sebo)



Fonte: Foto cedida por Silvio Amorim, fazendo parte do acervo pessoal do idealizador do projeto História nas Paredes.

Placa 02- Neste local funcionou o edifício do Erário Régio, palco da Benção das Bandeiras, em abril de 1817 e local onde foi instaurado o Governo Provisório. Foi também no Campo do Erário Régio que foram executados algumas das lideranças do movimento, tais como Vigário Tenório, o Leão Coroado e Domingos Teotônio. Em virtude disso, o Campo do Erário teve seu nome modificado, posteriormente, para Campo da Honra. O prédio do Erário/Campo da Honra situava-se onde, atualmente, é a Praça da República e no local exato onde foi construída a estátua de Maurício de Nassau, que hoje ornamenta o local. O prédio do Erário ficava, também, em frente ao local que hoje é o Palácio do Campo das Princesas, cuja construção ocorreu posteriormente à revolução, tendo iniciado em 1841, a mando do governador da época, Francisco do Rego Barros, também conhecido como Conde da Boa Vista. O Palácio recebeu este nome, que perdura até hoje, em 1859, quando o local foi

visitado pelas princesas Leopoldina e Isabel. É, atualmente, sede do governo do estado de Pernambuco.

Imagem 24- Placa 02 - Campo do Erário/Campo da Honra, no Palácio do Campo das Princesas

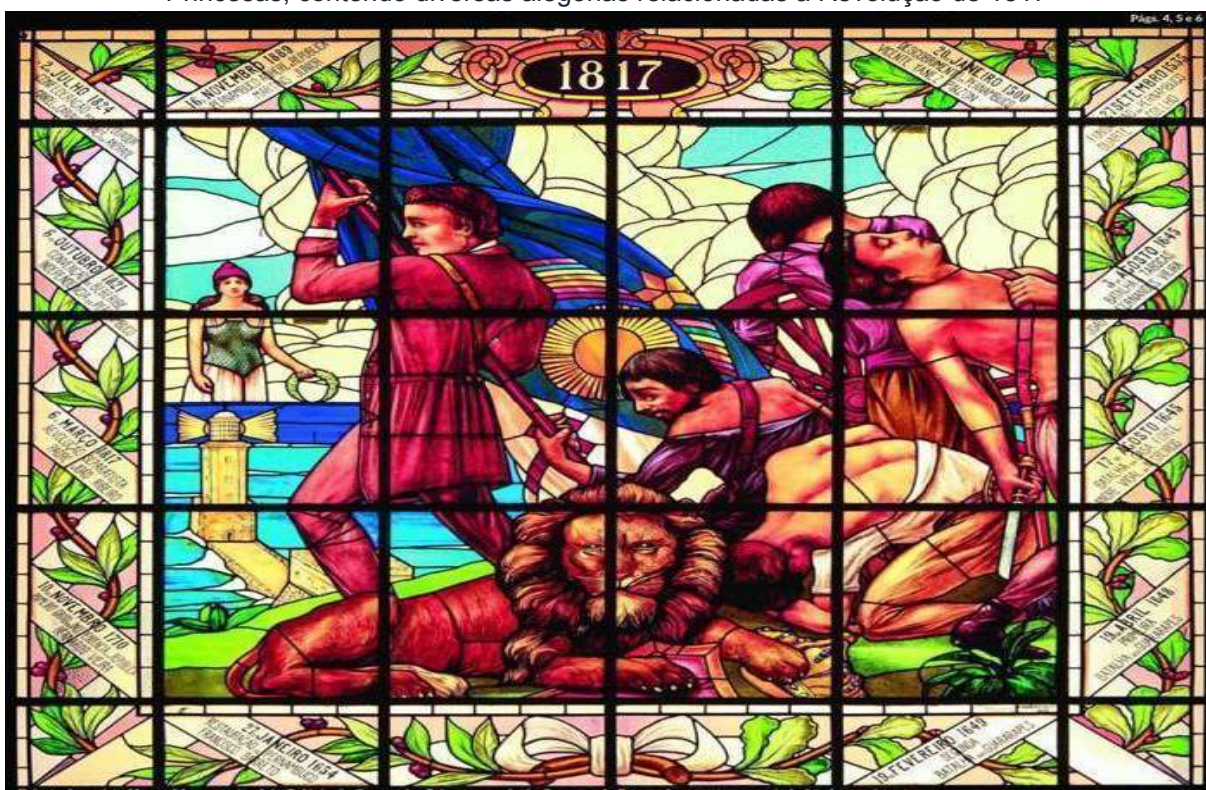


Fonte: Foto cedida por Silvio Amorim, fazendo parte do acervo pessoal do idealizador do projeto História nas Paredes.

Além da placa do Projeto História nas Paredes, localizada na parede externa do Palácio do Campo das Princesas, existe na parte interna deste prédio um vitral

que retrata a Revolução Pernambucana de 1817, sendo o artista Gastão Formenti o autor da obra intitulada “A alegoria à Revolução Republicana de 1817”. Cabe ressaltar que o espaço interno do Palácio do Campo das Princesas é aberto ao público para visita, sendo necessário agendamento. Na visita, os participantes contam com mediador cultural. O vitral retrata a derrota dos revoltosos de 1817 e diversas alegorias envolvendo o movimento podem ser percebidas, como é o caso do homem que segura a bandeira de Pernambuco. Também pode ser encontrada a figura de um leão, que simboliza a bravura dos pernambucanos, conforme pode ser vista (imagem 25) abaixo:

Imagem 25: Vitral de Gastão Formenti, encontrado no hall de entrada no Palácio do Campo das Princesas, contendo diversas alegorias relacionadas à Revolução de 1817



Fonte: Site da Revista Continente. Disponível em:

<<https://revistacontinente.com.br/edicoes/132/vitral-uma-tela-de-vidro-atravesada-de-luz>> Acesso em: 23 de maio de 2021.

Placa 03. Neste local funcionou a Cadeia Nova, um prédio construído em 1731. Foi ali que alguns dos revoltosos, como Domingos José Martins, ficaram presos. Localizado na Rua do Imperador, o prédio abriga, atualmente, o Arquivo Público de Pernambuco.

Imagem 26: Placa 03- Cadeia Nova



Fonte: Foto cedida por Silvio Amorim, fazendo parte do acervo pessoal do idealizador do projeto História nas Paredes.

Placa 04 - A atual Igreja do Espírito Santo fez parte do Colégio da Companhia Jesus do Recife, que acabou expulsa da cidade, no final do século XVIII. O local abrigou o governo da capitania de Pernambuco. Foi dali que o governador Carlos Pinto Miranda fugiu quando eclodiu a Revolução de 1817, indo para o Forte do Brum.

Imagem 27: Placa 04 - Palácio Velho, sede do governo do estado da época



Fonte: Foto cedida por Silvio Amorim, fazendo parte do acervo pessoal do idealizador do projeto História nas Paredes.

Placa 05- A placa assinalando a Ponte do Recife enfatiza a importância da ponte de madeira, em 1817, uma vez que foi o local por onde passavam os revolucionários. No dia da eclosão do movimento, houve uma tentativa não exitosa de destruir a ponte para impedir que os revolucionários avançassem, pois era o único elo entre o bairro do Recife e o bairro de São José. A placa foi colocada na antiga livraria Ramiro Costa, na esquina entre a Avenida Martins de Barros e Rua 1º de Março.

Imagem 28: Placa 05 - Livraria Ramiro Costa (voltada para Ponte Maurício de Nassau)



Fonte: Foto cedida por Silvio Amorim, fazendo parte do acervo pessoal do idealizador do projeto História nas Paredes.

Placa 06 - Foi no Forte do Bom Jesus, construído no século XVI pelos holandeses, também conhecido como Forte do Brum, que o governador Caetano Pinto Miranda Montenegro abrigou-se, fugindo dos revolucionários de 1817. Contudo, logo após a eclosão da revolução, o governador se rendeu aos revoltosos e foi levado para o Rio de Janeiro. O Forte do Brum localiza-se no Bairro do Recife (Recife Antigo) e abriga hoje o Museu Militar do Forte do Brum.

Imagem 29: Placa 06 - Forte do Brum



Fonte: Foto cedida por Silvio Amorim, fazendo parte do acervo pessoal do idealizador do projeto História nas Paredes.

Placa 07 - Foi no Forte das Cinco Pontas, construído pelos holandeses no século XVII, que cerca de 150 pessoas envolvidas na Revolução Pernambucana de 1817 ficaram presas. Além da placa contando o evento, foi colocada, também no Forte das Cinco Pontas, uma outra placa com o nome dos 150 participantes que ali permaneceram presos. O Forte de São Tiago das Cinco Pontas está localizado no

bairro de São José, área central do Recife. Atualmente, funciona no espaço o Museu da Cidade do Recife.

Imagem 30: Placa 07 - Forte das Cinco Pontas



Fonte: Foto cedida por Silvio Amorim, fazendo parte do acervo pessoal do idealizador do projeto História nas Paredes.

Além destas placas, o Circuito da Revolução de 1817 conta também com uma placa colocada no Seminário de Olinda em comemoração à Revolução de 1817 como forma de preservar a memória da participação de membros da Igreja Católica.

Muitos dos revolucionários estudaram no Seminário de Olinda, a exemplo do Padre Roma e do Padre Miguelinho, e estiveram sob a influência das ideias iluministas. O Seminário de Olinda está localizado no sítio histórico, na Cidade Alta, onde está a Igreja Nossa Senhora das Graças, construída em 1552. O local é considerado um dos patrimônios culturais mais antigos do país.

Em virtude da logística para levar os alunos de Recife à Olinda, acreditamos não ser viável ocorrer visita ao Seminário de Olinda. Contudo, dada a importância histórica do Seminário para a difusão dos ideais libertários da época da Revolução de 1817, é importante que o professor trabalhe este patrimônio, durante a realização do circuito, mencionando-o e explicando a relevância dele.

Na foto abaixo (imagem 31), vê-se o seminário de Olinda numa perspectiva de cima, em imagem feita por drone. Fundado em 1798, o Seminário de Olinda teve como um de seus objetivos formar cidadãos e difundir ideias de caráter liberal. Frei Caneca, um dos líderes do movimento de 1817, foi aluno da primeira turma do Curso de Filosofia do Seminário de Olinda.

Imagem 31: Seminário de Olinda, centro difusor das ideias libertárias que influenciaram a Revolução Pernambucana de 1817.



Fonte: Foto da Prefeitura de Olinda. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/sUzh5OASVH/?utm_source=ig_web_copy_link> Acesso em: 07 de julho de 2021.

O circuito da Revolução Pernambucana de 1817 conta, também, com uma placa na cidade de Salvador. Assim, como no caso do Seminário de Olinda, a visita ao antigo Campo da Pólvora, na Bahia, é inviável. Contudo, dada a relevância histórica dos acontecimentos lá desenrolados, é interessante que o professor mencione a existência dessa placa fora do território de Pernambuco. Foi no Campo da Pólvora que diversos líderes da Revolução Pernambucana de 1817 foram executados, a exemplo do Padre Roma e de Domingos José Martins.

Imagem 32: Placa situada na cidade de Salvador, no antigo Campo da Pólvora



Fonte: Foto cedida por Silvio Amorim, fazendo parte do acervo pessoal do idealizador do projeto História nas Paredes.

Após a visita aos locais que receberam as placas alusivas à Revolução de 1817, no projeto História nas Paredes, sugerimos a visita à Capela de Nossa Senhora da Conceição, na Praça da Jaqueira. Tomando-se por premissa que os estudantes tenham realizado a leitura recomendada, em casa, do HQ “1817, Amor e Revolução” e tendo eles assistido ao filme “1817, a Revolução Esquecida”, em sala, é possível que o professor rememore junto aos estudantes os desdobramentos resultantes do casamento de Domingos José Martins, um dos líderes da revolução, com Maria Teodora, filha do comerciante Bento José da Costa. O casamento, ocorrido na Capela Nossa Senhora da Conceição, serviu de pano de fundo para o roteiro do filme e da HQ.

Imagem 33: Capela de Nossa Senhora da Conceição, palco do casamento de Domingos José Martins, líder da Revolução Pernambucana de 1817.



Fonte:<<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/images/stories/igrejadajaqueira.jpg>>

PASSO 07 - Atividade avaliativa

Como forma avaliativa, propomos que o professor desenvolva uma atividade de culminância em que os alunos possam expor os materiais coletados durante as

visitas aos patrimônios culturais: uma feira de ciências, na escola, com a temática “Patrimônios Culturais do Recife e o Ensino da Revolução Pernambucana de 1817”.

Nesse momento, os alunos, que estão divididos em oito grupos, poderão utilizar as informações coletadas nas fichas para fazerem explicações. Também poderão expor as fotos e os desenhos realizados. Como sugestão, há a possibilidade de que cada grupo construa uma maquete sobre o patrimônio cultural pelo qual ficou responsável. Ao materializar um patrimônio sob forma de maquete, fica mais fácil a compreensão para as pessoas que contemplarem a exposição do trabalho, tendo-se em vista que, talvez, tais pessoas nunca tenham visitado os patrimônios que são apresentados.

APLICAÇÃO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Em março de 2020, subitamente, saímos do chão da escola e fomos colocados em salas de aula virtuais. Desde então e com perspectiva de permanecer de tal modo até o fim de 2021, as aulas presenciais na rede municipal de Vitória de Santo Antão foram suspensas. As aulas com quadro e o giz foram substituídas por câmeras de celular e de computador em plataformas como o Zoom e o Meet. As atividades vêm sendo colocadas pelos professores e respondidas pelos estudantes em espaços como o Google Classroom e os grupos de whatsapp. As avaliações vêm sendo realizadas no Google Forms.

Os modelos de ensino tiveram que ser repensados para se adequarem à realidade de aulas remotas por tempo indeterminado. Mais: além do adequamento ao sistema remoto, a escola teve que pensar formas alternativas de garantir aos alunos que eram excluídos digitais a continuidade dos processos de ensino-aprendizagem. A batalha para evitar a evasão escolar vem sendo travada todos os dias. Aos alunos que não possuem celulares e computadores com acesso à internet em casa para acompanhar as aulas, foi assegurado um material compilado impresso semanal das diversas disciplinas que foi disponibilizado na escola. Ainda assim, a inserção de 100 dos estudantes não foi atingida, haja visto

que muitos dos estudantes são moradores de áreas de sítio e com a suspensão do transporte escolar, muitos enfrentam dificuldade de chegar à escola para pegar o material impresso, não só pela questão da distância, mas também pela falta de recursos para pagarem o transporte.

As incertezas foram e ainda são muitas. Pensou-se, inicialmente, que em pouco tempo tudo voltaria à normalidade. A dimensão da complexidade da pandemia só foi sendo entendida com o passar dos meses. Escolas fechadas. Espaços culturais fechados. A inviabilidade de executar as etapas da pesquisa tornou-se real. Transcorrido já bastante tempo com a postergação do andamento da pesquisa sob a crença de que tudo fosse reaberto, foi preciso também adequar a proposta ao cenário de uma escola com ensino remoto em um contexto de pandemia mundial.

A sequência didática para o ensino da Revolução Pernambucana de 1817 foi pensada, ainda em 2019, para ser realizada num cenário ideal, tendo-se como ponto máximo a execução do roteiro histórico com visita aos patrimônios culturais que guardam relação com o movimento de 1817. Em virtude disso, a etapa de visita presencial aos patrimônios predeterminados no roteiro de ensino da Revolução Pernambucana de 1817 não foi realizada e ganhou um novo formato.

Como alternativa, a sequência foi desenvolvida entre os meses de maio e de junho por meio remoto, havendo substituição da visita aos patrimônios por outras atividades, utilizando-se ferramentas como o Youtube, o Google Earth, o Meet e o Google Classroom. Com o Youtube, foi possível exibir o filme e assistir a vídeos disponíveis sobre alguns dos patrimônios do roteiro. O Google Earth permitiu que os alunos pudessem visualizar a localização das ruas e dos patrimônios, explorando o entorno desses locais. No Meet, foram realizadas as aulas, com a explanação inicial do conteúdo e a mediação da execução da sequência didática. A partir da sala do google classroom, foram enviadas as fichas da educação patrimonial para serem preenchidas à medida que os alunos fossem “visitando” os locais por meio do Google Earth.

A execução da sequência didática teve como objetivo viabilizar que o material didático fosse direcionado ao processo de ensino-aprendizado da História, tendo por temática a Revolução de 1817 a partir da metodologia da educação patrimonial. Por fazer parte dos conteúdos previstos na grade curricular do 8º ano, a sequência didática foi realizada no horário normal das aulas de História.

Como alternativa, a sequência foi desenvolvida entre os meses de maio e de junho por meio remoto, havendo substituição da visita aos patrimônios por outras atividades, utilizando-se ferramentas como o Youtube, o Google Earth, o Meet e o Google Classroom. Com o Youtube, foi possível baixar o filme “1817, a Revolução esquecida” e exibir para os alunos. O link do vídeo também foi enviado no Google Classroom para quem quisesse rever. O Google Earth permitiu a realização da etapa prevista de visita aos patrimônios, de modo a possibilitar que os alunos pudessem visualizar a localização das ruas e dos patrimônios, explorando o entorno desses locais. No Meet, foram realizadas as aulas, com a explanação inicial do conteúdo e a mediação da execução da sequência didática. Também a partir da ferramenta do Google Classroom, foram enviadas as fichas da educação patrimonial para serem preenchidas à medida que os alunos fossem “visitando” os locais por meio do Google Earth.

É preciso lembrar que a atividade foi desenvolvida em uma turma de 8º ano da rede municipal de Vitória de Santo Antão. Cabe ressaltar que a turma conta com 43 alunos matriculados, contudo apenas 32 participaram, efetivamente, do desenvolvimento das atividades. Desde o início do ano letivo, essa é a média de participação da turma nas aulas de História. Os demais estudantes não têm acesso à internet, ou não possuem celular e nem computador, ou têm celular compartilhado com outros membros da família.

Com a mudança para o meio virtual, foram necessárias adaptações na sequência didática proposta. Ao invés da divisão da turma em grupos, cada aluno ficou responsável pelo preenchimento de sua própria ficha. Tendo-se em vista que 32 era o número de alunos participantes e 08 era o número de patrimônios que

faziam parte do roteiro histórico ficaram visitados, ficou estabelecido que cada um dos oito locais seria de responsabilidade de quatro alunos.

No envio das fichas de educação patrimonial, foi necessário descartar algumas das fichas da sequência e também foi necessário adaptar outras para o contexto das ferramentas disponíveis no ensino remoto. Na etapa avaliativa, por exemplo, decidimos não realizar maquetes dos patrimônios culturais, uma vez que a exibição do material, no formato de uma feira de ciência, não seria possível. Então, foi dado aos alunos um prazo de sete dias para enviarem as fichas respondidas, assim como os desenhos feitos sobre os patrimônios pelos quais ficaram responsáveis. A devolutiva por parte dos estudantes foi feita na plataforma Google Classroom. Dos 32 estudantes participantes, 27 realizaram a etapa avaliativa.

Para analisar o desenvolvimento da sequência didática e o resultado obtido a partir da sua aplicação com uma turma do 8º ano, foram utilizados cinco critérios norteadores: aderência, impacto, aplicabilidade, inovação e complexidade. Estes critérios de análise serviram para identificar a pertinência e a colaboração da pesquisa no desenvolvimento de metodologias para o ensino de História.

Sob o ponto de vista de aderência, a sequência didática cumpriu seu papel ao trabalhar com as habilidades previstas na BNCC envolvendo aspectos de memória, marcos históricos e patrimônio. Também foram trabalhadas as habilidades da BNCC relacionando-os à temática da Revolução da Revolução Pernambucana de 1817, de modo a compreendê-la dentro de um contexto de influências iluministas e de insatisfações coloniais.

Em relação ao impacto, a pesquisa cumpriu seu papel educativo e cultural, ao levar os estudantes a uma nova perspectiva do papel educativo que a cidade do Recife pode desempenhar, a partir de parcerias com a escola. Ainda que a etapa presencial do roteiro tenha sido reformulada para se adequar às demandas do ensino remoto, os estudantes puderam explorar, virtualmente, os espaços públicos do Recife, identificando as ruas e os patrimônios relacionados à Revolução de 1817.

Dos 32 estudantes da escola de Vitória de Santo Antão participantes, apenas 18 já conheciam o Recife. Desses 18, apenas 5 disseram que já tinham passado por alguma das ruas mencionadas no roteiro. Nenhum dentre os 32 estudantes conhecia os patrimônios culturais que fazem parte do roteiro. Ao fim da realização da sequência didática, todos afirmaram que terem assistido ao filme possibilitou um melhor entendimento do contexto da época e do que foi a Revolução Pernambucana de 1817. Um dos estudantes relatou que nunca tinha ido ao cinema, afirmando que “foi muito bom ver o filme, aprendi muito, mesmo sendo pelo celular, com a tela pequena”.

No quesito aplicabilidade, o material didático desenvolvido não pôde ser aplicado, em sua totalidade, da forma como foi pensado. Foram necessárias adaptações, uma vez que a sequência foi idealizada para ser aplicada, em suas diversas etapas, que iam desde aulas conteudistas em sala de aula até a execução do roteiro histórico, seguindo os trilhos da educação patrimonial, com observação, registro, exploração e apropriação a partir do contato direto com os patrimônios.

A necessária adaptação ao sistema remoto de ensino mostrou que a sequência poderia ser modificada para se adequar a diferentes situações, sem que ficasse comprometido o processo de ensino-aprendizagem. Assim como há o contexto pandêmico, a sequência pode sofrer modificações para se adequarem à realidade de outras escolas, quer seja sendo implementada em modelo virtual, híbrido ou presencial, quer seja cumprindo as etapas de forma rigorosa ou a partir da seleção criteriosa do professor responsável do que ele julgar mais relevante desenvolver dentro das possibilidades que ele e a turma tem. A sequência não se propõe a ser um modelo estático, podendo e devendo ser adaptado, quando necessário, por aqueles que forem realizá-la.

Em relação ao critério de inovação, a sequência didática rompe com o modelo de aulas expositivas com quadro e giz e atende a uma demanda dos estudantes por um ensino que tivesse aulas mais dinâmicas e com temáticas mais próximas à história de onde vivem. Se os estudantes se queixavam de terem que estudar, por exemplo, a Idade Média, com a sequência didática puderam não

apenas trabalhar habilidades da grade curricular, mas também construir o conhecimentos sobre essas habilidades por meio de uma metodologia diferente que extrapola os livros didáticos e o espaço escolar, entendendo os patrimônios culturais como fontes da História e utilizando-os como recursos na construção do processo de ensino-aprendizagem da disciplina escolar História.

Por fim, no quesito complexidade, é possível avaliá-la como de média complexidade, sendo o principal fator o planejamento por parte do professor para executá-la. Ao realizá-la com os estudantes do 8ºano, foi necessário organizar os horários para se obter o quantitativo de aulas livres necessárias, assim como pensar nas ferramentas que seriam utilizadas em cada uma das etapas que foram adaptadas para se inserirem no modelo remoto. Do mesmo jeito, professores que forem executar a sequência didática de forma presencial, quando da melhoria da pandemia, necessitam fazer um planejamento para que todas as etapas sejam cumpridas com êxito. A maior complexidade da proposta reside no entendimento da realidade dos alunos e dos recursos disponíveis para que o professor possa fazer um planejamento pertinente e possíveis adaptações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho, inserido na linha de pesquisa “Saberes Históricos em diferentes espaços de memória”, investigou a produção de conhecimento e a aprendizagem da Revolução Pernambucana de 1817 em espaço urbano a partir do desenvolvimento de uma cartilha com uma sequência de atividades que culminam em um roteiro histórico de educação patrimonial.

A sequência didática desenvolvida, a partir dos resultados obtidos, cumpriu seu papel de ser uma material didático a guiar a prática docente e, paralelamente, possibilitou que os estudantes experimentassem uma nova ferramenta de aprendizagem, levando-os a entenderem o aspecto histórico e de memórias do espaço público. Os patrimônios culturais são ferramentas importantes na construção do conhecimento histórico e sinalizam as transformações pelas quais passou a cidade do Recife, estabelecendo relações entre passado e presente e permitindo a criação de laços de afetividade dos moradores com o local.

Se a historiografia do centro-sul do país esforçou-se, desde o início do período republicano em silenciar a Revolução Pernambucana de 1817 e relegá-la a um papel marginal, inclusive nos livros didáticos, esse trabalho visou contribuir para manter as memórias dos acontecimentos de 1817 e difundi-las junto aos jovens estudantes, utilizando alguns dos muitos recursos desenvolvidos por agentes públicos do estado que esforçaram-se no resgate dessas memórias e da história dos revolucionários de 1817.

A educação e, em específico o ensino de História, não pode ser entendida como função exclusiva da escola e, tampouco, deve se limitar aos muros da escola ou a modelos tradicionais de chão e giz. A partir de parcerias entre a escola, a sociedade e os entes públicos é possível construir propostas de ensino da História inovadoras.

A proposta do mestrado profissional em ensino de História (PROFHISTÓRIA), programa de pós-graduação ao qual este trabalho está vinculado, tem dado contribuições relevantes na formação continuada de professores e na produção de

materiais didáticos com metodologias inovadoras, que servem de apoio para guiar a prática docente, inclusive, em lacunas deixadas por livros didáticos em múltiplas temáticas.

Espera-se que o material desenvolvido sob a forma de cartilha possa auxiliar professores, alunos, sobretudo aqueles de Pernambuco, e até possa ser utilizado como instrumento por aqueles que não fazem parte de uma instituição de ensino. O patrimônio e a memória são direitos de todos e a educação patrimonial visa gerar o sentimento de pertencimento das pessoas ao local. A cartilha deve sempre ser adequada aos contextos e às situações dos grupos que dela farão uso, não pretendo ser um material acabado e estando aberto a melhorias e adaptações.

Dispor da educação patrimonial como metodologia para o ensino de História mostrou-se significativo para os estudantes, tendo-se em vista que os alunos tiveram, através das atividades desenvolvidas, a compreensão da possibilidade de explorar o espaço urbano, entendendo as referências culturais com a lógica de que a educação não acontece apenas no espaço físico da escola.

As referências identitárias trazidas pelos patrimônios, sejam eles institucionalizados ou aqueles de grande relevância afetiva para uma comunidade, são importantes na criação de laços, na apropriação dos conhecimentos e na construção da cidadania, a partir de uma boa relação estabelecida entre as pessoas e o meio ambiente em que os indivíduos sentem-se integrados e pertencentes ao bairro, à cidade ou ao estado onde vivem.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luiz Antonio. **Frei Liberdade: sonhos e lutas da independência**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2006.

ALBUQUERQUE, A. Tenório d'. **Olhos Negros: o romance de 1817**. 3. ed. Recife - PE: Bagaço, 2017.

ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **Guerras e Revoluções Brasileiras: A Revolução Pernambucana de 1817**. São Paulo, 1995, pp. 32.

BALBINO, Marcela. **Arquivo Público descobre obras raras e inéditas da Revolução de 1817**. Jornal do Commercio, Recife, 09 de março de 2017. Disponível em:
<<http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/revolucao-1817/arquivo-publico-des-cobre-paginas-raras-e-ineditas-da-revolucao-de-1817.php>> Acesso em: 03 de ago. de 2020.

BERNARDES, D. A. de M. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. 2001. 340 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BITTENCORT, Circe Maria Fernandes. **O Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.p. 5-53.

BOULOS, ALFREDO. **História, Sociedade e Cidadania**, 8º Ano – edição revisada de acordo com a BNCC. São Paulo: Editora FTD, 2020.

CALMON, Pedro. História do Brasil. **Século XVIII: Riquezas e vicissitudes**. Vol. 4. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971, p. 1459-1478.

CARMO, Maria do. **A expressão feminina esculpida pela arte de Corbiniano Lins**. Terra Magazine, Recife, 18 de abril de 2020. Disponível em:
<<https://www.terramagazine.com.br/a-expressao-feminina-esculpida-pela-arte-de-corbiniano-lins/>> Acesso em: 07 de mai. 2020.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A Interiorização da Metrópole (1808-1853)**, in Carlos Guilherme Mota (org.). 1822 – Dimensões. São Paulo, Perspectiva, 1982, pp. 160-84.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS (DH). **Revolução de 1817**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p. 40, v. CI.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS (DH). **Revolução de 1817**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954, p. 16, v. CIV.

Estatua de Ariano Suassuna é alvo de vandalismo, no Recife. Portal G1 PE, Recife, 21 de setembro de 2021. Disponível em:
 <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/09/21/estatua-do-escritor-ariano-suassuna-e-depredada-e-fica-caida-no-chao-no-recife.ghtml>>. Acesso em 13 de mai.
 de 2021.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática pedagógica. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIROUX, Henry. **Escola crítica e política cultural**. 3.ed. Trad. Dagmar Zibas. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992. Coleção Polêmicas do nosso tempo.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A questão multicultural**. In. HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós – modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HARTOG, François. **Tempo e Patrimônio**. Varia História, Belo Horizonte: UFMG v. 22, n. 36, jul.- dez. 2006, p. 261-273.

A História nas Paredes. Jornal do Commercio, Recife, 17 de janeiro de 2016.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções**: 1789–1848. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

IAHGP - Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. **“Edição comemorativa do 1º centenário da Revolução Republicana de 1817”**. Revista do IAHGP, Recife, 1918.

LDB – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein>. Acesso em 05 de mar. de 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LEITE, Glacyra L. **A Insurreição Pernambucana de 1817**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

LIMA, Mario de Oliveira. **Pernambuco no seu Desenvolvimento Histórico**. Recife: Editora do Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1975.

LIMA, Mario de Oliveira. **Dom João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1996

LOPES, A. C. **Pensamento e política curricular** – entrevista com William Pinar. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez, 2006.

Maracatu é encontrado com sinais de vandalismo no Recife. Diário de Pernambuco, Recife, 01 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/08/em-dia-de-celebracao-monumento-ao-maracatu-e-encontrado-com-sinais-de.html> Acesso em: 13 de mai. de 2021.

MATOZZI, Ivo. **Currículo de História e educação para o patrimônio**. Educ. rev. [online]. 2008, n.47, pp. 135-155.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Editora 34, 2004.

MONTEIRO, A. R. **O pão do direito à educação**. Educação Social, Campinas, vol.24, n.84,p.763-770, setembro 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817: estruturas e argumentos**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOURÃO, Ada Raquel Teixeira; CAVALCANTE, Sylvia. **Identidade de lugar**. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (Orgs.). Temas Básicos em Psicologia Ambiental. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 208-216.

Obras de Francisco Brennand são furtadas do Parque de Esculturas, no Recife. Portal G1 PE, Recife, 04 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/12/04/obras-de-francisco-brennan-d-sao-roubadas-do-parque-das-esculturas-no-recife.ghtml> >. Acesso em: 13 de mai. de 2021.

PIAGET, Jean. **Psicologia e pedagogia**. Tradução de Dirceu Accioly Lindoso e Rosa Maria Ribeiro da Silva. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Forense, 1970.

Placas no Recife contam a história da Revolução Pernambucana de 1817.

Prefeitura Municipal do Recife, Recife, 03 de março de 2017. Disponível em:

<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/03/07/2017/placas-no-recife-contam-historia-da-revolucao-pernambucana-de-1817>. Acesso em: 06 de jun. de 2020.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494.

POULOT, **Museu, nação, acervo**. In: BITTENCOURT, José Neves et alii. História representada: o dilema dos museus. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

Projeto Olha! Recife apresenta roteiro especial sobre a Revolução

Pernambucana. Portal G1 PE, Recife, 03 de março de 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/projeto-olha-recife-apresenta-roteiro-especial-sobre-a-revolucao-pernambucana.ghtml>>. Acesso em 15/03/2020.

QUINTAS, Amaro. **A revolução de 1817**. 2 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Recife: Fundarpe, 1985.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

RÜSEN, Jörn. História **Viva, teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica, teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora UNB, 2010.

SANTOS, Paulo. **1817: Amor & Revolução**. Recife: Editora CEPE, 2017.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2008.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Col. Educação contemporânea).

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cognição histórica situada: **que aprendizagem histórica é essa?**. In: BARCA, I. SCHMIDT, M. A. (orgs.) Aprender história: perspectivas da educação histórica. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009

TAVARES, Francisco Muniz. **História da revolução de Pernambuco em 1817**. Recife: Imp. Industrial, 1917.

TOLLENARE, Louis-François de. **Notas dominicais**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

TV educativa MultiRio. TV Educativa, c2021. A Corte no Rio de Janeiro: **A Revolução Pernambucana de 1817**. Disponível em: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/revolucao_pernambuca.html#f2032_a mp.html> Acesso em: 17 de mai. de 2021.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Caza de L. e H. Laemmert, 1854, p. 373.

VICENTINO, Claudio; VICENTINO, José Bruno. **História: Mosaico**. 8º Ano – edição revisada de acordo com a BNCC. São Paulo, Ed. Scipione, 2020.

ZABALA, A. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Revolução Pernambucana de 1817: cartilha didática de educação patrimonial



Karla Viviane Moreira Brasilino



Revolução Pernambucana de 1817: cartilha didática de educação patrimonial

Karla Viviane Moreira Brasilino

Orientação:
Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros

SUMÁRIO

Apresentação

PARTE 1 - A Revolução

- ★ Por que estudar a Revolução Pernambucana de 1817? **03**
- ★ Causas da Revolução **04**
- ★ Principais acontecimentos da Revolução **05**

PARTE 2 - Patrimônios Culturais

- ★ Patrimônios culturais materiais do Recife **07**
- ★ Patrimônio Cultural, Memória e Identidade **08**

PARTE 3 - Educação Patrimonial

- ★ O que é Educação Patrimonial? **10**

PARTE 4 - Sequência Didática

- ★ O que é uma sequência didática? **12**
- ★ Objetivos da sequência didática proposta **12**
- ★ Apresentação da sequência **13**
- ★ Delimitação dos conteúdos da sequência **14**
- ★ Definição da duração da sequência **15**
- ★ Trabalhando a sequência em sala de aula **16**
- ★ Organização para realização de atividades durante visita aos patrimônios **19**
- ★ Realização do roteiro histórico pelos patrimônios do Recife que estão relacionados com a Revolução Pernambucana de 1817 **21**

PARTE 5 - Atividade avaliativa **35**

APÊNDICE

- Fichas de educação patrimonial

REFERÊNCIAS

Apresentação

Este material didático é fruto de pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), na UFPE, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros.

A cartilha tem como objetivo orientar professores do ensino básico, a partir de uma sequência didática elaborada em conjunto com pressupostos da educação patrimonial, a construir junto aos seus alunos um processo significativo e transformador de ensino-aprendizagem com a temática da Revolução Pernambucana de 1817, onde a cidade possa ser entendida como potencial espaço educativo no ensino da História.

O material, embora direcionado a alunos de 8ºano pode, e deve, ser acessado por todos aqueles, pernambucanos e turistas, que queiram entender o processo histórico pelo qual passou a cidade do Recife.

Esperamos contribuir no fortalecimento da identidade dos moradores do estado, assim como possibilitar que mais pessoas possam conhecer, se apropriar e valorizar o rico acervo patrimonial do Recife, usufruindo ao máximo do potencial educativo e histórico da cidade.

PARTE 01 - A Revolução

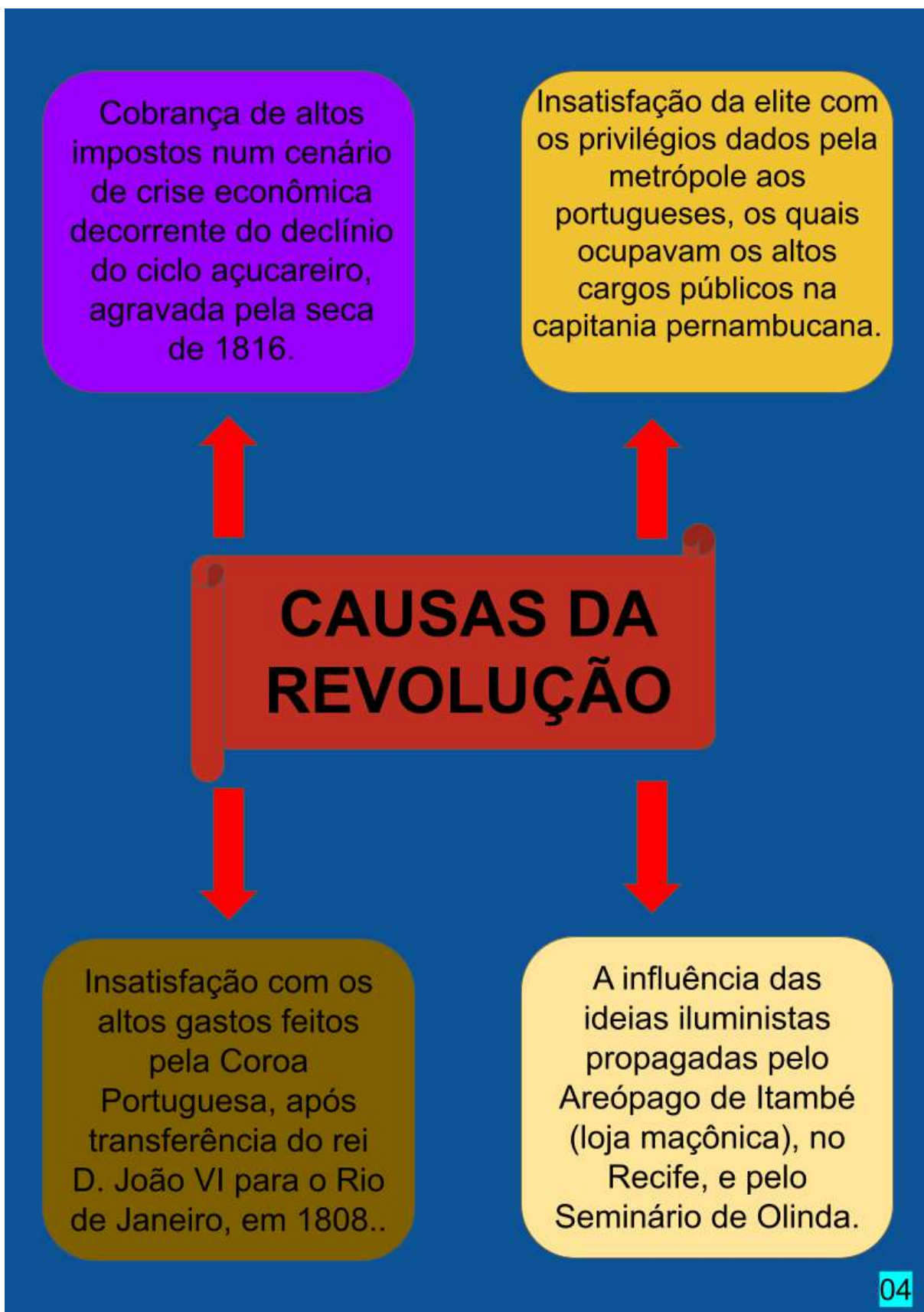
A criação da bandeira do estado ocorreu durante a Revolução de 1817, sendo feita pelo Padre João Ribeiro e sofrendo pequena modificação em 1917

Foi graças aos revolucionários de 1817 que teve início a atividade de imprensa em Pernambuco com a aquisição de máquina de tipografia

Por que estudar a Revolução Pernambucana de 1817?

A Revolução Pernambucana de 1817 está relacionada a diversos nomes de ruas da capital do estado

Destaca-se o pioneirismo da Lei Orgânica de 1817. A Revolução Pernambucana de 1817 foi um marco dos fundamentos republicanos no Brasil.



Principais acontecimentos da Revolução Pernambucana de 1817

**Prisão do governador Caetano Pinto de
Miranda Montenegro**

**Instauração de um Governo Provisório
que durou 75 dias.**

Instauração do regime republicano

**Criação de uma constituição e de uma
bandeira para Pernambuco**

**Tripartição dos poderes em: executivo,
judiciário e legislativo**

**Concessão de liberdade religiosa e de
liberdade de imprensa**

Melhoria na remuneração dos militares

Extinção da cobrança de alguns impostos.

PARTE 02 - Patrimônios Culturais

O patrimônio cultural, seja ele um bem material ou imaterial, está relacionado à memória e à identidade de um povo, de um grupo ou de uma comunidade.

Esse material didático trabalha com os **patrimônios culturais materiais** de Recife para explicar a Revolução Pernambucana de 1817. Que patrimônios podem ser classificados como materiais?

Patrimônios Culturais Materiais do Recife

Ruas e avenidas

Igrejas

Palácios

Fortalezas

Conventos

Prédios

Conjuntos urbanos

Objetos de arte (esculturas, vitrais, painéis, pinturas, acervos de museus...)

Patrimônio Cultural, Memória e Identidade

O papel da memória trazida pelos patrimônios é conservar informações que fazem com o que o passado não seja esquecido. Um prédio histórico é um vestígio do passado de uma cidade. Possibilitar que as pessoas tenham acesso à História por trás dos lugares onde vivem é criar condições para a construção de uma conexão de um povo com seu lugar e de sentimento de pertencimento e de identidade.

Quantos prédios históricos existem na nossa cidade? Muitas vezes, passamos por eles e nem mesmo sabemos a História que eles têm. Esse prédio abaixo, por exemplo, é o atual Palácio do Governo de Pernambuco, localizado numa área que serviu de palco para Revolução Pernambucana de 1817.



PARTE 03 - Educação Patrimonial

O QUE É EDUCAÇÃO PATRIMONIAL?

“Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural...”(HORTA, 1999; p. 6)

A educação patrimonial proporciona novas abordagens e novas experiências de ensino-aprendizado fora do espaço escolar, desde que sejam cumpridas algumas condições metodológicas, como explica Ivo Matozzi:

“A primeira condição é que as experiências de aprendizagem se desenvolvam com a utilização dos bens culturais originais: monumentos, arquiteturas, fontes de arquivo, peças de museus, sítios arqueológicos, quadros autênticos, etc. A segunda condição é que sejam objeto de observação e de uso para produzir informações. A terceira condição é que esses sejam colocados em relação com o contexto e com a instituição que os tutela [...]” (MATTOZZI, 2008, p. 149).

PARTE 04 - Sequência Didática

Sequência Didática



“Um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos” (ZABALA, 1998, p. 18).

OBJETIVOS:

- 1) Demonstrar o que foram os acontecimentos da Revolução da Pernambucana de 1817 e a relevância do movimento para a história de Pernambuco e para a história nacional;
- 2) Estimular a compreensão por parte dos estudantes sobre como a Revolução de 1817 influenciou a construção da sociedade contemporânea;
- 3) Delimitar junto aos alunos a relação entre a história do estado, os patrimônios culturais e os monumentos históricos, de modo a favorecer os sentimentos de identidade e de pertencimento;
- 4) Propor um roteiro histórico sobre a Revolução de 1817 como ferramenta de ensino-aprendizagem e de intervenção na realidade a partir da inclusão sociocultural relacionada ao uso dos bens culturais.

PASSO 01 - Apresentação da sequência

A sequência é direcionada a alunos do 8º ano. Apresentar a proposta de ensino da História a partir dos patrimônios culturais do Recife e explicar as etapas da sequência didática, sendo elas:

- Trabalho da temática em sala de aula e sondagem acerca dos conhecimentos prévios dos alunos;
- Realização de visitas a patrimônios culturais a partir de um roteiro histórico pré-definido;
- Atividade avaliativa.

É importante que nesse primeiro momento o professor já inicie o planejamento junto aos alunos da execução do roteiro histórico. Deve ser organizada a logística do transporte, incluindo-se aí a divisão de eventuais valores para o frete de um ônibus que conduza a turma da escola até os locais a serem visitados.

Também é importante discutir com a turma e com a direção da escola a questão da alimentação: a escola disponibilizará merenda? Em caso negativo, os alunos devem levar lanche de casa ou será estabelecido um valor para que o lanche seja realizado no caminho?

Nesse primeiro momento de planejamento, o professor deve entrar em contato com os locais a serem visitados para agendar dia e horário. Por fim, tendo-se o dia agendado, deve ser estabelecido um horário de chegada dos alunos à escola, assim como a determinação do horário provável de retorno para a escola.

PASSO 02

Delimitação dos conteúdos trabalhados na sequência didática a partir das habilidades contidas na BNCC.

Foram oito as habilidades da BNCC selecionadas para serem desenvolvidas na sequência:

- Habilidade 1: (EF08HI01) Identificar os principais aspectos conceituais do iluminismo e do liberalismo e discutir a relação entre eles e a organização do mundo contemporâneo.
- Habilidade 2: (EF08HI04) Identificar e relacionar os processos da Revolução Francesa e seus desdobramentos na Europa e no mundo.
- Habilidade 3: (EF08HI05) Explicar os movimentos e as rebeliões da América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas.
- Habilidade 4: (EF03HI04) Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados.
- Habilidade 5: (EF03HI05) Identificar os marcos históricos do lugar em que vive e compreender seus significados.
- Habilidade 6 (EF03HI06) Identificar os registros de memória na cidade (nomes de ruas, monumentos, edifícios etc.), discutindo os critérios que explicam a escolha desses nomes.
- Habilidade 7 (EF05HI10) Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo.
- Habilidade 8 (EF05HI07) Identificar os processos de produção, hierarquização e difusão dos marcos de memória e discutir a presença e/ou a ausência de diferentes grupos que compõem a sociedade na nomeação desses marcos de memória.

PASSO 03

Definição da duração desta sequência

A cronometria estabelecida usará como medida a hora-aula (h/a), sabendo-se que uma hora-aula tem equivalência de 50 minutos. Dessa forma, são necessárias:

- 05 h/a para trabalhar conteúdo relacionado à Revolução de 1817, em sala de aula.
- 04 h/a para realização da visita aos locais presentes no roteiro histórico, conforme descrito no passo 5, trabalhando conteúdos relacionados a patrimônio e memória.
- 3h/a para realização da atividade avaliativa, na qual os alunos deverão apresentar um produto resultante do processo de ensino-aprendizagem desenvolvido na sala de aula e na visita aos patrimônios culturais relacionados à Revolução Pernambucana, conforme o passo 6.

PASSO 04

Trabalhar a temática em sala de aula de 04 formas:

- Aula expositiva e debates;
- Projeção de imagens;
- Exibição do filme “1817, a Revolução esquecida” (disponível no Youtube);
- Proposta leitura complementar da História em Quadrinho “1817, Amor & Revolução”(SANTOS, 2007).

A proposta inicial é projeção de um mapa com a divisão do Nordeste, em 1817. Mostrar que a capitania de Pernambuco tinha a Comarca de São Francisco e a Comarca de Alagoas anexadas ao seu território.

Imagem retratando a divisão geopolítica do Nordeste, em 1817, e enfatizando os centros revolucionários.



Fonte: <<http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/revolucao-1817/>>

Como proposta para essa etapa da sequência didática, realizada em sala de aula, sugerimos a aplicação de uma ficha com perguntas referentes às imagens projetadas e ao filme “1817, a revolução esquecida” (imagem abaixo, à esquerda), traçando paralelos entre eles. As perguntas propostas encontram-se na ficha 1, ao final do guia.

Sugerimos, também, como material complementar a indicação de leitura para os estudantes da HQ “1817, Amor & Revolução” (SANTOS, 2017), história em quadrinhos (imagem abaixo, à direita) que tem como pano de fundo a Revolução de 1817 e que abarca as tensões entre portugueses e brasileiros, na época, a partir dos conflitos desenrolados com o casamento de um dos líderes da Revolução 1817 com a filha de um comerciante português.



Na primeira metade do século XIX, o Recife era formado por três bairros: o Bairro do Recife, região de localização do porto; o Bairro de Santo Antônio, que também era chamado de Ilha de Antônio Vaz e o Bairro da Boa Vista.

Exibir a imagem abaixo que retrata a região portuária do Recife, o Cais do Trapiche, à época da revolução de 1817. Esse local foi escolhido como cenário do filme “1817, a Revolução esquecida”.

Dado o momento de crise do ciclo do açúcar, percebe-se uma baixa movimentação de embarcações na localidade. Os alimentos estavam em carestia, na época, em virtude da seca de 1816. A região era povoada por muitos colonos portugueses, que podem ser identificados na imagem. O trabalho escravo também pode ser percebido, no primeiro plano da imagem, com duas negras carregando algo na cabeça.

Cais do Trapiche, na região portuária do Recife, no começo do século XIX.



Fonte: Site da TV educativa MultiRio. Disponível em:
<http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/revolucao_pernambuco.html#f2032_amp.html>

PASSO 05

Organização para realização de atividades durante visita aos parimênos

Antes da visita:

- Divisão da turma em até oito grupos;
- Escolher o patrimônio pelo qual cada grupo ficará responsável;
- Entrega de fichas de educação patrimonial para serem preenchidas durante a visita aos patrimônios.

Organização:

- Cada equipe ficará responsável por preencher as fichas de educação patrimonial com informações relacionadas ao patrimônio pelo qual ficou responsável.
- Após a execução do roteiro, os alunos receberão outras cópias das fichas de educação patrimonial para que possam passar a limpo as informações coletadas.
- Os grupos serão distribuídos da seguinte maneira:

- Grupo 01: Preenchimento da ficha com informações relativas ao passeio panorâmico pelas ruas, avenidas e pontes que receberam nomes alusivos à Revolução de 1817, assim como informações relacionadas à visita à Praça General Abreu e Lima, onde está o painel em azulejos de Corbiniano.
- Grupo 02: Preenchimento da ficha relativa ao Edifício Seguradora.
- Grupo 03: Preenchimento da ficha relativa ao Palácio do Campo das Princesas.
- Grupo 04: Preenchimento da ficha relativa ao Arquivo Público Estadual.
- Grupo 05: Preenchimento da ficha relativa ao Fórum Thomaz de Aquino e à fachada da antiga Livraria Ramiro Costa.
- Grupo 06: Preenchimento da ficha relativa ao Forte do Brum.
- Grupo 07: Preenchimento da ficha relativa ao Forte das Cinco Pontas.
- Ficha 08: Relacionada à Capela de Nossa Senhora da Conceição, na Jaqueira.

PASSO 06

Realização do roteiro histórico pelos patrimônios do Recife que estão relacionados com a Revolução Pernambucana de 1817.

ETAPA 1:

- Passeio a pé por ruas do Recife que recebem o nome de líderes da Revolução Pernambucana de 1817: Avenida Cruz Cabugá (bairro de Santo Amaro), Rua Gervásio Pires (bairro da Boa Vista) e Rua Frei Miguelinho (Santo Amaro).
- Sugerimos a parada de ônibus no Parque 13 de Maio, nas imediações da Biblioteca Pública.
- Os alunos podem percorrer a pé as três ruas, que encontram-se próximas entre si. Ao andar com os alunos por esses locais, o professor pode explicar quem foram essas pessoas que dão nome às ruas, fazendo a relação delas com a Revolução de 1817.
- Outros locais de Recife que homenageiam os líderes do movimento de 1817 podem ser contemplados por meio de uma atividade alternativa, uma vez que, logisticamente, pode ser inviável visitar todos. São eles: Rua Vigário Tenório (Recife Antigo), Rua Leão Coroado (na Boa Vista), Rua Frei Caneca (Santo Antônio), Rua Padre Roma (Parnamirim) e a Ponte José de Barros Lima (Joana

Bezerra). A atividade sugerida para trabalhar os locais é a disponibilização de um caça-palavra. Nele, estão os oito locais (sete ruas e uma ponte) cujos nomes homenageiam os líderes da Revolução de 1817.

Caça-palavras com nomes de locais do Recife e homenageiam a Revolução Pernambucana de 1817

Ruas com nomes de líderes da Revolução Pernambucana de 1817

As palavras deste caça palavras estão escondidas na horizontal, vertical e diagonal, sem palavras ao contrário.

U	I	N	L	S	P	H	H	F	S	U	R	L	V	S	S	L	D	R	R	I	N
F	O	V	I	G	Á	R	I	O	T	E	N	Ó	R	I	O	N	H	F	O	V	N
N	N	V	T	O	Y	U	P	N	B	Y	R	A	F	O	L	I	R	A	T	T	O
R	O	D	T	D	H	A	A	E	I	N	H	W	U	T	N	E	S	U	S	E	E
S	O	B	E	E	Y	K	D	A	T	T	N	A	O	F	I	O	G	I	T	I	H
O	E	O	E	H	I	D	R	E	E	O	E	D	W	M	H	E	M	C	N	A	Y
C	R	S	I	A	Y	G	E	L	U	F	R	E	I	C	A	N	E	C	A	N	W
R	K	D	H	A	U	E	R	L	A	B	T	G	R	P	N	L	A	E	I	T	T
U	H	T	E	E	V	P	O	T	A	P	U	N	N	T	D	T	O	I	N	D	G
Z	D	F	O	A	I	T	M	U	S	E	A	A	E	T	C	E	T	B	E	S	U
C	D	R	O	O	I	D	A	I	L	S	L	E	Ã	O	C	O	R	O	A	D	O
A	E	G	E	R	V	Á	S	I	O	P	I	R	E	S	A	N	E	E	T	W	W
B	E	I	O	R	P	O	N	T	E	J	O	S	É	D	E	B	A	R	R	O	S
U	R	U	O	U	H	S	N	B	O	M	A	F	R	E	A	G	V	C	C	T	
G	S	H	W	S	O	T	D	O	N	T	O	E	T	L	A	T	W	E	T	I	O
Á	A	E	T	B	A	I	S	H	U	L	U	F	I	N	I	A	T	R	N	A	U

Fonte: Essa atividade foi criada num site que gerador de caça-palavras.
Disponível em: <https://www.geniol.com.br/palavras/caca-palavras/criador>>

- Ao passar pela Avenida Cruz Cabugá, é possível uma parada na Praça General Abreu e Lima, onde está situado o painel em azulejos, do artista plástico Corbiniano Lins. Nesse painel é retratado o momento em que o comandante do Regimento de Artilharia do Recife, Manuel Joaquim Barbosa de Castro, deu voz de prisão ao capitão José de Barros Lima, o Leão Coroado. Barbosa de Castro acabou sendo golpeado, mortalmente, de espada por Barros Lima. Diante da reação, o Leão Coroado foi condenado à morte, tendo sido enforcado e o corpo arrastado pelas ruas do Recife. Esse episódio acabou dando início à Revolução Pernambucana de 1817.

Painel de azulejos do artista plástico Corbiniano Lins, na Avenida Cruz Cabugá, em homenagem às memórias das revoluções de 1817, 1824 e 1848.



Fonte: foto retirada do portal Terra Magazine
(<http://www.terramagazine.com.br/a-expressao-feminina-esculpida-pela-arte-de-corbiniano-lins/>)

- Após o passeio panorâmico pelas ruas que recebem nomes de líderes e da parada na praça situada na Avenida Cruz Cabugá para visitação do painel, sugerimos o percurso das placas do circuito da Revolução Pernambucana de 1817, as quais fazem parte do projeto "História nas Paredes".

Placa 01 - Quartel do Regimento de Artilharia (Praça do Sebo)



Placa 01 - Neste local, ficava o Quartel do Regimento de Artilharia. Foi lá que José de Barros Lima, o Leão Coroado, deflagrou a Revolução Pernambucana, no dia 6 de março de 1817, ao reagir   prisão expedida pela Coroa Portuguesa e matar Manoel Joaquim Barbosa de Castro, um brigadeiro e comandante do exército português que cumpria ordem de prender o insurgente. Hoje, o local abriga o edifício Seguradora. Localiza-se na Rua Marqu s do Recife, na esquina com a Avenida Dantas Barreto, no bairro de Santo Antônio. Faz parte do entorno da Praça do Sebo, local que conta com boxes onde são comercializados livros usados.

Placa 02 - Campo do Erário/Campo da Honra, no Palácio do Campo das Princesas



Placa 02- Neste local funcionou o edifício do Erário Régio, palco da Benção das Bandeiras, em abril de 1817 e local onde foi instaurado o Governo Provisório. Foi também no Campo do Erário Régio que foram executados algumas das lideranças do movimento, tais como Vigário Tenório, o Leão Coroado e Domingos Teotônio. Em virtude disso, o Campo do Erário teve seu nome modificado, posteriormente, para Campo da Honra. O prédio do Erário/Campo da Honra situava-se onde, atualmente, é a Praça da República e no local exato onde foi construída a estátua de Maurício de Nassau, que hoje ornamenta o local. O prédio do Erário ficava, também, em frente ao local que hoje é o Palácio do Campo das Princesas, cuja construção ocorreu posteriormente à revolução, tendo iniciado em 1841, a mando do governador da época, Francisco do Rego Barros, também conhecido como Conde da Boa Vista. O Palácio recebeu este nome, que perdura até hoje, em 1859, quando o local foi visitado pelas princesas Leopoldina e Isabel. É, atualmente, sede do governo do estado de Pernambuco.

Vitral de Gastão Formenti, encontrado no hall de entrada no Palácio do Campo das Princesas, contendo diversas alegorias relacionadas à Revolução de 1817.



Fonte: Site da Revista Continente. Disponível em:

<<https://revistacontinente.com.br/edicoes/132/vitral--uma-tela-de-vidro-atravesada-de-luz>>

Vitral - Além da placa do Projeto História nas Paredes, localizada na parede externa do Palácio do Campo das Princesas, existe na parte interna deste prédio um vitral que retrata a Revolução Pernambucana de 1817, sendo o artista Gastão Formenti o autor da obra intitulada “A alegoria à Revolução Republicana de 1817”. Cabe ressaltar que o espaço interno do Palácio do Campo das Princesas é aberto ao público para visitação, sendo necessário agendamento. Na visita, os participantes contam com mediador cultural. O vitral retrata a derrota dos revoltosos de 1817 e diversas alegorias envolvendo o movimento podem ser percebidas, como é o caso do homem que segura a bandeira de Pernambuco. Também pode ser encontrada a figura de um leão, que simboliza a bravura dos pernambucanos.

Placa 03 - Cadeia Nova (atual Arquivo Público de Pernambuco)



Placa 03. Neste local funcionou a Cadeia Nova, um prédio construído em 1731. Foi ali que alguns dos revoltosos, como Domingos José Martins, ficaram presos. Localizado na Rua do Imperador, o prédio abriga, atualmente, o Arquivo Público de Pernambuco. Localiza-se na Rua do Imperador, no bairro de Santo Antônio.

Placa 04 - Palácio Velho, sede do governo do estado da época



Placa 04 - A atual Igreja do Espírito Santo fez parte do Colégio da Companhia Jesus do Recife, que acabou expulsa da cidade, no final do século XVIII. O local abrigou o governo da capitania de Pernambuco. Foi dali que o governador Carlos Pinto Miranda fugiu quando eclodiu a Revolução de 1817, indo para o Forte do Brum.

Placa 05 - Livraria Ramiro Costa (voltada para Ponte Maurício de Nassau)



Placa 05- A placa assinalando a Ponte do Recife enfatiza a importância da ponte de madeira, em 1817, uma vez que foi o local por onde passavam os revolucionários. No dia da eclosão do movimento, houve uma tentativa não exitosa de destruir a ponte para impedir que os revolucionários avançassem, pois era o único elo entre o bairro do Recife e o bairro de São José. A placa foi colocada na antiga livraria Ramiro Costa, na esquina entre a Avenida Martins de Barros e Rua 1º de Março;

Placa 06 - Forte do Brum



Placa 06 - Foi no Forte do Bom Jesus, construído no século XVI pelos holandeses, também conhecido como Forte do Brum, que o governador Caetano Pinto Miranda Montenegro abrigou-se, fugindo dos revolucionários de 1817. Contudo, logo após a eclosão da revolução, o governador se rendeu aos revoltosos e foi levado para o Rio de Janeiro. O Forte do Brum localiza-se no Bairro do Recife (Recife Antigo) e abriga hoje o Museu Militar do Forte do Brum.

Placa 07 - Forte ds Cinco Pontas



Placa 07 - Foi no Forte das Cinco Pontas, construído pelos holandeses no século XVII, que cerca de 150 pessoas envolvidas na Revolução Pernambucana de 1817 ficaram presas. Além da placa contando o evento, foi colocada, também no Forte das Cinco Pontas, uma outra placa com o nome dos 150 participantes que ali permaneceram presos. O Forte de São Tiago das Cinco Pontas está localizado no bairro de São José, área central do Recife. Atualmente, funciona no espaço o Museu da Cidade do Recife.

Placa situada na cidade de Salvador, no antigo Campo da Pólvora



Fonte: Foto cedida por Silvio Amorim, fazendo parte do acervo pessoal do idealizador do projeto História nas Paredes.

O circuito da Revolução Pernambucana de 1817 conta, também, com uma placa na cidade de Salvador. Dada a relevância histórica dos acontecimentos lá desenrolados, é interessante que o professor mencione a existência dessa placa fora do território de Pernambuco. Foi no Campo da Pólvora que diversos líderes da Revolução Pernambucana de 1817 foram executados, a exemplo do Padre Roma e de Domingos José Martins.

Além destas placas, o Circuito da Revolução de 1817 conta também com uma placa colocada no Seminário de Olinda em comemoração à Revolução de 1817 como forma de preservar a memória da participação de membros da Igreja Católica. Muitos dos revolucionários estudaram no Seminário de Olinda, a exemplo do Padre Roma e do Padre Miguelinho, e estiveram sob a influência das ideias iluministas. O Seminário de Olinda está localizado no sítio histórico, na Cidade Alta, onde está a Igreja Nossa Senhora das Graças, construída em 1552. O local é considerado um dos patrimônios culturais mais antigos do país. Fundado em 1798, o Seminário de Olinda teve como um de seus objetivos formar cidadãos e difundir ideias de caráter liberal.

Em virtude da logística para levar os alunos de Recife à Olinda, acreditamos não ser viável ocorrer visita ao Seminário de Olinda. Contudo, dada a importância histórica do Seminário para a difusão dos ideais libertários da época da Revolução de 1817, é importante que o professor trabalhe este patrimônio, durante a realização do circuito, mencionando-o e explicando a relevância dele. Na foto abaixo, vê-se o seminário de Olinda numa perspectiva de cima, em imagem feita por drone.

Seminário de Olinda, centro difusor das ideias libertárias que influenciaram a Revolução Pernambucana de 1817.



Fonte: Foto da Prefeitura de Olinda. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/sUzh5OASVH/?utm_source=ig_web_copy_link>

Após a visita aos locais que receberam as placas alusivas à Revolução de 1817, no projeto História nas Paredes, sugerimos a visita à Capela de Nossa Senhora da Conceição, na Praça da Jaqueira. Tomando-se por premissa que os estudantes tenham realizado a leitura recomendada, em casa, do HQ “1817, Amor e Revolução” e tendo eles assistido ao filme “1817, a Revolução Esquecida”, em sala, é possível que o professor rememore junto aos estudantes os desdobramentos resultantes do casamento de Domingos José Martins, um dos líderes da revolução, com Maria Teodora, filha do comerciante Bento José da Costa. O casamento, ocorrido na Capela Nossa Senhora da Conceição, serviu de pano de fundo para o roteiro do filme e da HQ.

Capela de Nossa Senhora da Conceição, palco do casamento de Domingos José Martins, líder da Revolução Pernambucana de 1817.



Fonte: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/images/stories/igrejadajaqueira.jpg>>

PARTE 05 - Atividade Avaliativa

PASSO 07 - Atividade avaliativa

Como forma avaliativa, propomos que o professor desenvolva uma atividade de culminância em que os alunos possam expor os materiais coletados durante as visitas aos patrimônios culturais: uma feira de ciências, na escola, com a temática “Patrimônios Culturais do Recife e o Ensino da Revolução Pernambucana de 1817”.

Nesse momento, os alunos, que estão divididos em oito grupos, poderão utilizar as informações coletadas nas fichas para fazerem explicações. Também poderão expor as fotos e os desenhos realizados. Como sugestão, há a possibilidade de que cada grupo construa uma maquete sobre o patrimônio cultural pelo qual ficou responsável. Ao materializar um patrimônio sob forma de maquete, fica mais fácil a compreensão para as pessoas que contemplarem a exposição do trabalho, tendo-se em vista que, talvez, tais pessoas nunca tenham visitado os patrimônios que são apresentados.

FICHAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL



**Atividade individual - Passo 04 da sequência didática
(respostas no caderno do aluno)**

1. Como se organizava o território da capitania de Pernambuco, em 1817?
2. De acordo com as imagens projetadas na aula, como era a cidade do Recife, no século XIX?
3. As pessoas que aparecem nas imagens pertencem a quais classes sociais e que funções desempenhavam?
4. Na comparação entre 1817 e hoje em dia, que mudanças você identifica na paisagem do Recife e nos hábitos das pessoas?
5. De acordo com o filme, quais foram as causas da Revolução Pernambucana de 1817?
6. Que locais do Recife você consegue identificar no filme?
7. Escolha um desses locais que tiveram importância na Revolução Pernambucana de 1817 e fale um pouco sobre o que aconteceu ali.

Nomes dos integrantes do grupo

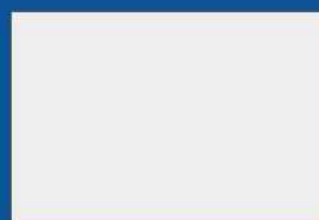
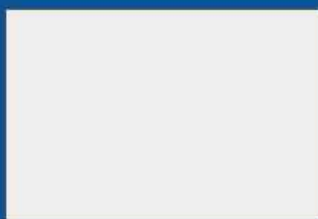
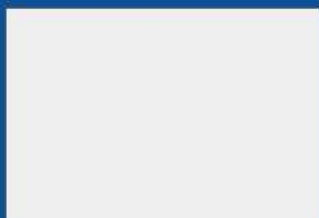
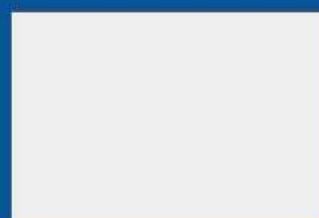
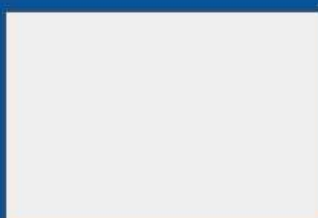
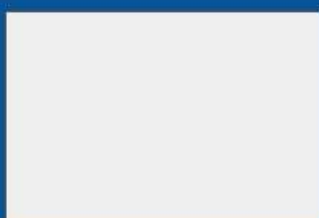
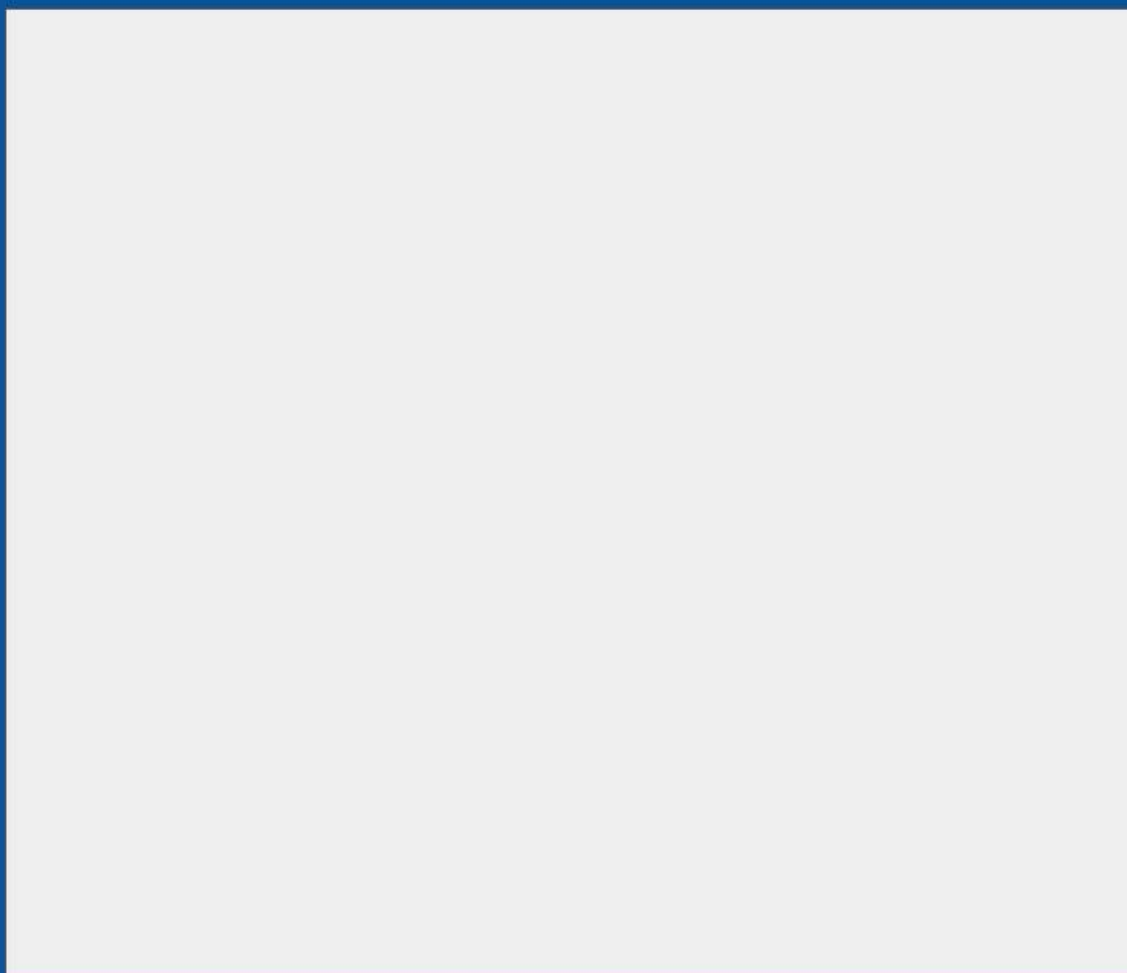


Foto da equipe

Anexar uma foto de todos os integrantes da equipe na visita ao patrimônio pelo qual o grupo ficou responsável



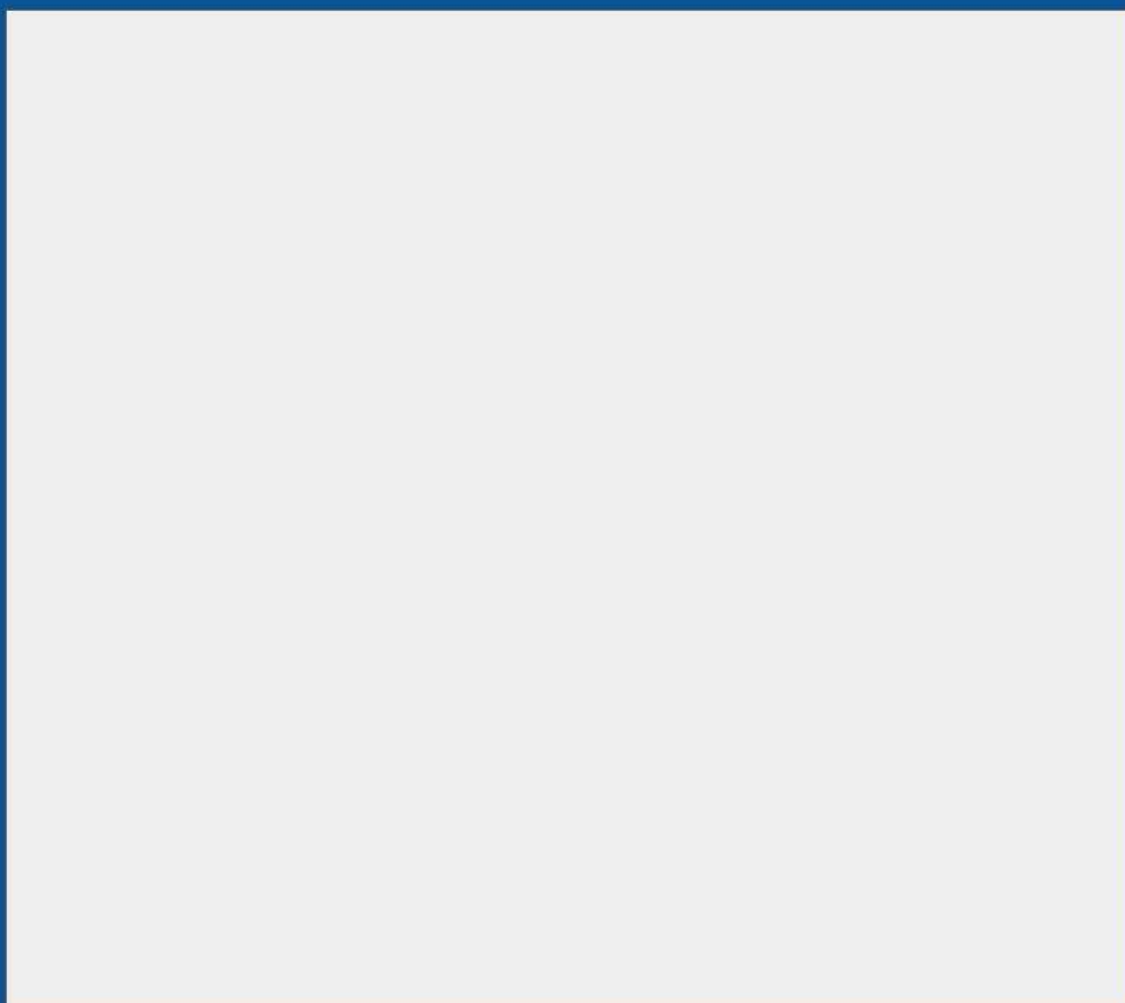
Nome da escola e localização

**Professor responsável e período de
realização do projeto**

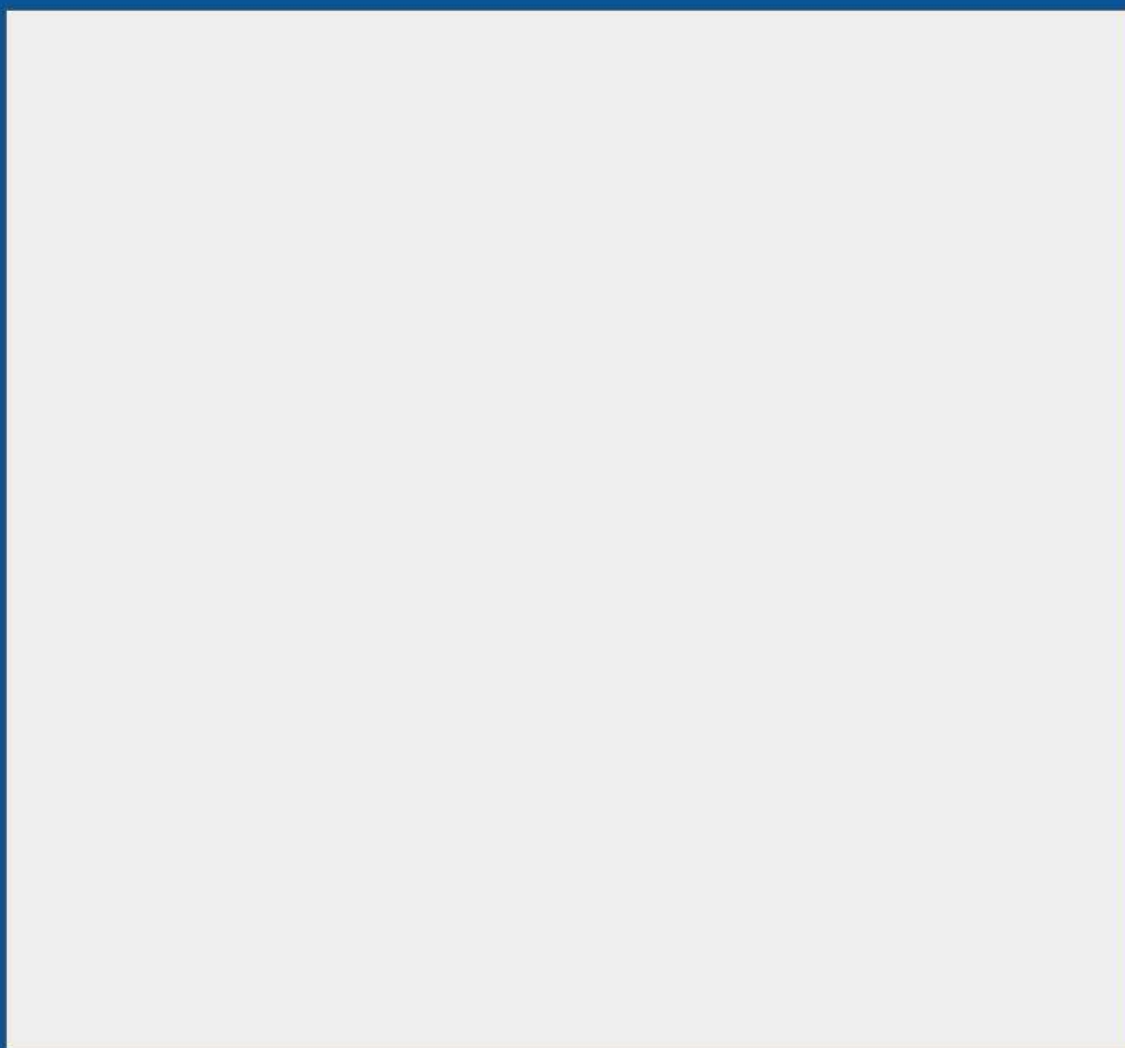
Identifiquem, durante o passeio panorâmico de ônibus, nomes de 03 ruas do Recife que guardam relação com a Revolução Pernambucana de 1817

Indiquem o patrimônio pelo qual o grupo ficou responsável, façam uma descrição deste bem cultural, especifiquem em qual período histórico ele foi construído e comentem sobre o seu estado de conservação, avaliando possíveis depredações.

Elaborem um mapa do local onde está localizado o patrimônio cultural, fazendo desenhos de ruas, pontes, praças, casas e edifícios que estejam na mesma rua ou nos arredores.



Pesquise imagens antigas do patrimônio cultural e do seu arredor, se possível do século XIX. Identifiquem as mudanças urbanísticas e arquitetônicas ocorridas no local.



Em relação à placa existente no patrimônio, em que data ela foi colocada? De acordo com a placa, que acontecimentos se desenvolveram, durante o período de 1817, no local? O patrimônio visitado já existia no século XIX ou ele é um monumento mais moderno? Caso seja uma construção posterior, o que funcionava no local?

A atual bandeira de Pernambuco foi criada na Revolução Pernambucana de 1817, tendo sofrido algumas poucas alterações. Desenhe a bandeira de Pernambuco, identifique as mudanças e pesquise o significado dos símbolos nela existentes.

Imaginem-se como técnicos da prefeitura do Recife responsáveis pela avaliação do patrimônio para promover melhorias na área. Elaborem um mini relatório onde conste a importância do patrimônio para a cidade e expliquem a importância de preservá-lo, sugerindo meios de conservação

REFERÊNCIAS

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

LEITE, Glacyra L. **A Insurreição Pernambucana de 1817**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

LIMA, Mario de Oliveira. **Dom João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1996.

MATOZZI, Ivo. **Currículo de História e educação para o patrimônio**. Educ. rev. [online]. 2008, n.47, pp. 135-155.

Placas no Recife contam a história da Revolução Pernambucana de 1817. Prefeitura Municipal do Recife, Recife, 03 de março de 2017. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/03/07/2017/placas-no-recife-contam-historia-da-revolucao-pernambucana-de-1817>.

SANTOS, Paulo. **1817: Amor & Revolução**. Recife: Editora CEPE, 2017.

ZABALA, A. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.